

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

29 DE ABRIL DE 2013

No dia 29 de abril, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- **ATAS** – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 22 de fevereiro de 2013.
- 2- **PÚBLICO – 1.º Período de intervenção.**
- 3- **Período de Antes da Ordem do Dia.**
- 4- **Período da Ordem do Dia:**
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro;
 - 4.2- Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2012 - CMM;
 - 4.3- Inventário da Autarquia - 2012;
 - 4.4- Proposta de Alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela;
 - 4.5- Proposta de Regulamento das Distingções Municipais;
 - 4.6- Proposta de Regulamento do Banco de Livros Escolares de Mirandela;
 - 4.7- Processo de Candidatura dos Juizes Sociais / Aprovação de Lista;
 - 4.8- Relatório do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição.
- 5- **Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
- 6- **PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.**

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE (Em Regime de Substituição)	Rui Fernando Moreira Magalhães
1.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro
2.º SECRETÁRIO.....	Fernando Manuel Gomes Alves

A escolha do 2º Secretário, Fernando Alves, resultou de uma proposta do Presidente em regime de substituição que foi aceite pelos líderes dos Grupos Municipais, dispensando-se qualquer votação.

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 44 presenças, pelo que o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 68 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

José Manuel Lemos Pavão, Elina Marlene Sousa Fraga, José Baltazar Aguiar, Adérito Joaquim Ferro Pires, Miguel Ângelo da Costa Fernandes, Maria Eduarda Neiva Rosa, Carla Sofia Caldeira Manuel de Sousa, Vasco Aníbal Saldanha, Márcio Paulo da Silva Filipe, Clara Maria Assunção Quental Silva e Manuel Augusto Ferreiro.

Justificação de Faltas:

- Miguel Ângelo da Costa Fernandes: sessão de 29 de abril de 2013.
- Maria Eduarda Neiva Rosa: sessão de 29 de abril de 2013.
- José Manuel Correia Morais: sessão de 29 de abril de 2013.
- Vasco Aníbal Saldanha: sessão de 29 de abril de 2013.
- Márcio Paulo da Silva Filipe: sessão de 29 de abril de 2013.

- Clara Maria Assunção Quental Silva: sessão de 29 de abril de 2013.
- Manuel Augusto Ferreiro: sessão de 29 de abril de 2013.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, António José Pires Almor Branco, e os Vereadores Júlia Maria A. Lima Sequeira Rodrigues, João Maria Casado Figueiredo, Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, José Assunção Lopes Maçaira, Manuel Carlos Pereira Rodrigues e Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bom dia a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, Deputados Municipais, o público e a comunicação social. Vamos dar início à sessão de abril da Assembleia Municipal de Mirandela.

Como já tiveram a oportunidade de ver, esta Mesa é diferente. Hoje vou ter que presidir a esta sessão da Assembleia Municipal na medida em que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Dr. José Manuel Pavão, teve dificuldades na ligação do voo, de Paris para Portugal, e não vai conseguir vir a esta Assembleia Municipal, ao contrário do que estava previsto.

Como tal, peço também aos deputados municipais alguma compreensão e tolerância para com a Mesa. Vamos tentar desempenhar com eficácia e transparência estas funções, que não são fáceis. Contudo, tenho a certeza que com o vosso apoio e a vossa tolerância vamos chegar a bom porto.

Permitam-me desde já informar o seguinte:

Nesta sessão da Assembleia Municipal, Miguel Ângelo Fernandes foi substituído por Patrícia Bernardo, Maria Eduarda Neiva Rosa por Emanuel Sérgio Batista, o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Asnes pelo seu substituto legal João Gonçalves, Márcio Paulo Filipe por Ricardo Daniel Garcia e Clara Quental Silva por Manuel Agostinho Beça de Sousa. Em relação a Vasco Aníbal Saldanha, não foi possível efetuar a sua substituição já que esse pedido apenas chegou à Mesa da Assembleia Municipal no dia 26 de abril.

A Mesa recebeu também uma informação do deputado municipal José Manuel Correia de Moraes. Ele informou sobre a sua renúncia ao mandato, invocando motivações pessoais e políticas. A renúncia é um direito próprio do eleito local. Não precisa sequer de ser sujeita a qualquer apreciação por parte do plenário e, como tal, limitei-me apenas a informar o plenário.

Relativamente a correspondência recebida, houve uma informação sobre as listas de espera, da Unidade Local de Saúde do Nordeste, que diz o seguinte:

“No que concerne à consulta externa, existe uma resposta em tempo adequado, nas especialidades de anesthesiologia, otorrinolaringologia, ginecologia, obstetrícia, medicina interna, medicina física e reabilitação, oftalmologia, pediatria, urologia, cirurgia geral, neurologia e cardiologia.

Conforme foi nosso compromisso, existiu uma melhoria significativa nas especialidades de cardiologia e oftalmologia, cujo tempo médio de espera é atualmente de 97 e 71 dias, respetivamente.

Nesta Unidade Local de Saúde foram realizadas 205 cirurgias programadas e 116 cirurgias urgentes, em idade pediátrica.

Estas intervenções foram realizadas por ortopedia, cirurgia geral, otorrino, estomatologia, ofalmologia, ginecologia e urologia.”

Recebemos também a informação da Câmara Municipal de Bragança a propósito da resolução sobre acessibilidades no Distrito de Bragança e ligação aérea, Bragança / Vila Real / Lisboa, uma resolução dos Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito de Bragança, relativamente à mesma matéria, uma informação da Universidade do Minho sobre o Seminário da democracia local, agradecendo todo o empenho da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, da Santa Casa da Misericórdia, um convite para a Procissão do Enterro do Senhor, uma justificação de António Joaquim Pereira Figueiredo, um questionário da Freguesia de Barcel, uma informação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e finalmente outra informação da Procissão do Senhor dos Passos e do Encontro.

PONTO 1 – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013.

Após estas notas prévias, vamos passar ao ponto um da nossa Ordem de Trabalhos: Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 22 de fevereiro de 2013. Presumo que toda a gente a tenha recebido em tempo. Está aberto o período de inscrições. Não sei se alguém quer efetuar alguma intervenção. Parece que não vejo ninguém que o queira fazer. Vamos então passar de imediato à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A ata foi aprovada por maioria, com 0 votos contra, 5 abstenções e 39 votos a favor. Significa isto, que dos 75 deputados municipais, estão presentes neste momento, 44 deputados.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a ata da sessão ordinária de 22 de fevereiro de 2013.

PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Há alguém do público que queira intervir? Façam o favor de se inscrever. Parece que não há ninguém para se inscrever. Não havendo, vamos ao Período de Antes da Ordem do Dia.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Presidente da Assembleia Municipal:

Acho que é sempre positivo, de vez em quando, irmos ao Regimento ver o que ele diz sobre as regras do uso da palavra, em saiba que estas regras são mais do que conhecidas.

Vamos ter um período inicial de 60 minutos, o qual é dividido pelo número de inscrições efetuadas, garantindo as seguintes regras: a intervenção de cada deputado não pode exceder 10 minutos e garantem-se pelo menos três minutos de intervenção.

Está aberto o período de inscrições, façam o favor. Estão inscritos 10 deputados municipais. Vamos distribuir o tempo, tentando que a seguir a um deputado intervenha outro de outra cor política. 60 minutos a dividir por 10 deputados, dá 6 minutos para cada intervenção.

Este sistema de imagem foi uma experiência que utilizámos pela primeira vez na sessão anterior. É um modelo, bem copiado, da Assembleia de Aveiro, onde o Dr. Pavão esteve em determinada altura. Funcionou muito bem na sessão anterior e julgo que hoje também vai funcionar.

Tem a palavra, em primeiro lugar, o deputado Agostinho Beça.

Deputado Municipal Agostinho Beça de Sousa (PS):

Exm.º Senhor Presidente da Mesa, em substituição, Exm.º s Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores.

Neste espaço que, segundo o Regimento da Assembleia, é o apropriado para tratar de assuntos gerais de interesse para o município, venho abordar novamente uma questão que considero de grande importância para o futuro das atividades relacionadas com a caça e a conservação da natureza, no território do concelho de Mirandela.

Certamente que alguns se devem lembrar da minha insistência, pelo menos em duas assembleias, para que fosse definitivamente reativado o conselho cinegético e municipal e da conservação da fauna em Mirandela.

Pois bem, quero agora comunicar publicamente que, por fim parece estar em vias de se concretizar este desiderato. Contudo, ainda não está e, se tardar muito, prometo voltar ao tema, mesmo correndo o risco de ser maçador.

Com efeito, dadas as competências atribuídas pela Lei de Bases da Caça aos Conselhos Cinegéticos Municipais, o assunto reveste-se de grande importância, em meu entender, para a gestão da caça e da fauna bravia e indiretamente para a gestão do espaço rural.

Por outro lado, já que não está em funcionamento, podemos ser lavados a pensar que todas as questões relacionadas com a matéria foram sendo resolvidas pacificamente e que até nem fará falta nenhuma a este conselho. Mas não é bem assim. Os pareceres solicitados pelo Estado a esse conselho, na ausência do mesmo, são resolvidos tacitamente e não pacificamente, ou seja, sem que ninguém se pronuncie sobre questões pertinentes para os interesses dos intervenientes (caçadores, agricultores, ambientalistas, etc.)

A terminar, refiro ainda que oportunamente, quando o Conselho Cinegético Municipal de Conservação da Fauna estiver em funcionamento, poderei informar a Assembleia, mais pormenorizadamente, sobre as competências do dito e sobre outros aspetos relacionados com a matéria.

É essencial refletir como pode esse conselho intervir em decisões de ordenamento do território de gestão racional e sustentada da caça e de conservação da natureza.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Membros desta Assembleia Municipal, meus senhores e minhas senhoras.

Assinalou-se o 39º Aniversário do 25 de Abril – Dia da Liberdade. Neste dia do ano de 1974 os militares e o povo descarregaram dos ombros o peso da mortalha de 48 anos de ditadura fascista, de obscurantismo, de sofrimento e de medo.

Mas neste mesmo dia 25 de Abril de 1974, também trazia no ventre o sonho da liberdade sem amarras, de uma democracia participativa, moderna e avançada. O sonho de um Portugal renovado, desenvolvido, justo e solidário. O sonho de um Portugal onde o povo tivesse direito à saúde, à educação, à justiça, à cultura, ao trabalho digno e com direitos. Enfim, ao sonho de um Portugal onde as pessoas se pudessem sentir felizes e realizadas.

Todos estes sonhos, embora ainda não realizados, continuam vivos porque os homens e mulheres deste país têm o direito de sonhar, sempre, por mais e melhores condições.

Mas este País, ao longo das últimas décadas, graças a políticas erradas levadas a cabo pelos sucessivos governos PS, PSD e CDS, tem feito com que muitos destes sonhos, principalmente às gentes desta terra, sejam sistematicamente adiados.

Vejam-se, por exemplo, os ataques desferidos contra os serviços públicos e os seus trabalhadores, com o encerramento ou esvaziamento de importantes serviços públicos nas áreas da Educação, da Saúde, dos serviços de Correios, entre outros.

Veja-se no poder local com a extinção de freguesias, com a redução de pessoal das autarquias locais, com a Lei dos Compromissos e com a Lei das Finanças Locais. Veja-se o definhamento da economia com o encerramento diário de empresas, com o desemprego a bater recordes, com as pessoas a recorrerem cada vez mais à ajuda de instituições, perpetuando a pobreza e a miséria. Veja-se o que foi feito na indústria das pescas e da agricultura com as políticas de subsídios ao abandono e à não produção, emanadas da União Europeia e sempre aceites pelos governantes deste país.

Mas estas políticas de desastre nacional não param por aqui. Estão em vias de encerrar uma série de tribunais e repartições de finanças. Os serviços do Instituto de Emprego e Formação Profissional foram completamente desorganizados. Prepara-se a privatização da água e está em curso o maior despedimento da administração pública de que há memória.

A reforçar tudo isto, vem o corte dos salários e pensões, o corte nos subsídios sociais, o roubo descarado nos subsídios de férias e Natal e o aumento brutal dos impostos.

A insistir nestas políticas neo-liberais, o fim do caminho será a ruína total do país e do povo. Basta ver e ouvir as notícias, para estar atento ao que nos rodeia, para saber que as falências não param de aumentar, que o desemprego bate recordes e que a maior parte dos desempregados não recebe qualquer apoio social. Que os jovens e outras camadas da população emigram, que a pobreza alastra e milhares de famílias caem na miséria. O abandono escolar em todos os graus de ensino volta a números elevados e há muitas pessoas que deixaram de ir ao médico ou de comprar medicamentos e há cada vez mais famílias a recorrerem às instituições de solidariedade nacional e que também estas já não têm capacidade para mais.

Por tudo isto e muito mais que aqui poderia ser dito, esta política de terra queimada, do quanto pior melhor para o grande capital e a especulação dos mercados financeiros, tem que ser urgentemente travada.

Meus senhores e minhas senhoras, assim não vamos lá.

Se foram estas políticas que fizeram com que o país chegasse a este ponto, não é nem pode ser com a mesma receita que vamos ter resultados diferentes. Não é com mais cortes nos salários e pensões, na saúde e na educação, na justiça e nos apoios sociais do Estado, que se recupera o mercado interno.

Não é com o aumento cego e brutal de impostos que se dinamiza a economia. O que é preciso e urgente é uma mudança radical de políticas. É preciso e urgente inverter as políticas neo-liberais levadas a cabo ao longo das últimas décadas, viradas apenas para os chamados mercados, esquecendo a economia real e as pessoas.

É preciso e urgente, dizer aos nossos governantes e aos Senhores da troika, do FMI, da União Europeia e do Banco Central Europeu que não é com austeridade em cima de austeridade que o país cria riqueza para sair da crise em que nos meteram.

Meus senhores e minhas senhoras, em mês de celebração de liberdade, não podemos deixar de alertar para o facto de que se nada for feito para inverter estas políticas, se nada for feito para apostar verdadeiramente na produção nacional, na agricultura, nas pescas e na indústria, se nada for feito para dinamizar o mercado interno, nomeadamente através do aumento dos salários e pensões, se nada for feito no sentido de apostar em mais e melhor investimento público, se nada for feito para a criação de mais emprego estável e com direitos, é a liberdade e a própria democracia que estão postas em causa.

Por isso é preciso dizer, sem medos nem preconceitos, que esta União Europeia, alimentada pelos partidos do “arco do poder”, que mais não é que um “arco dos interesses”, não é a União Europeia que interessa aos trabalhadores e aos povos da Europa e, por isso, também não pode interessar aos trabalhadores e ao povo português.

Urge defender a esperança dum Portugal desenvolvido, justo, democrático e soberano, em que as comemorações do 1.º de Maio e a participação dos trabalhadores e todos os afetados por esta política são parte integrante desta luta.

Urge exigir a demissão deste governo e convocar novas eleições, rejeitar o memorando da troika e defender a esperança trazida pelo 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa.

Deputado Municipal José Eduardo Almeida (PSD):

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor^as e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, comunicação social, minhas Senhoras e meus Senhores.

É do conhecimento de todos nós que muitas famílias vivem dias muito difíceis, pelo desemprego que lhes bateu à porta, quer seja pela falência da empresa onde trabalhavam ou simplesmente pela não renovação de contrato, ou até pela incapacidade das empresas manterem o número de funcionários devido à crise que atravessamos, ou até aproveitando-se desta, tem conduzido a grandes dificuldades causadas sobre o endividamento, traduzindo-se de uma forma inesperada em famílias completamente desestruturadas e que num ápice se viram na pobreza e na exclusão social.

É do conhecimento de todos nós que a pobreza está a alastrar, tal como o risco de nela cair ser cada vez maior.

Atenta às mais variadas e inúmeras situações que infelizmente não param de crescer, a Câmara Municipal de Mirandela tem vindo, e muito bem, a assumir a prioridade ao tomar medidas que possam dar resposta a este flagelo de carências sociais, algumas delas muito graves, no nosso concelho.

Este investimento nas pessoas, já é tão importante, Senhor Presidente, que tenho de realçar aqui o esforço, o trabalho, a vontade e a determinação com que a Câmara Municipal tem levado a cabo as medidas de política social implementadas.

Na verdade, todos nós sabemos que os instrumentos do Estado não chegam. É importante tratar as situações de urgência e de emergência num contexto de rede social. Razão porque a rede social foi alargada, envolvendo o maior número de parceiros, para assim mais facilmente serem sinalizadas as situações de carência. Esta tem sido a prioridade e este é o melhor caminho a seguir neste tempo de crise.

Neste sentido, estão a ser desenvolvidos inúmeros projetos, como o Banco Solidário, o Gabinete de Sobre endividamento, a dinamização do Banco de Voluntariado, o Conta-me uma Conta, o Envelhecimento Ativo e outros projetos de apoio local, assim como a rede de residências de Terceira Idade, com mais um Lar a ser concluído em S. Pedro Velho e a cobertura da rede de apoio domiciliário integral a todo o concelho de Mirandela.

Tudo isto só é possível, é preciso dizê-lo, com o trabalho em rede e com vários parceiros, como a Santa Casa da Misericórdia, as IPSS's e as Juntas de Freguesia nelas envolvidas.

Para concluir, apenas referir que dos apoios sociais e de emergência social já usufruíram mais de 800 pessoas, distribuídos por vários tipos de apoio, nomeadamente em livros, refeições, isenção de passes escolares, faturas de água, de luz, renda de casa, gás, medicamentos, infantário e outros.

Penso que é este o caminho e é necessário continuar este trabalho e agora cada vez mais e a ver o que nos rodeia, também com o nosso coração.

Deputada Municipal Maria João Caseiro (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia, Executivo.

Eu queria apenas um pequeno esclarecimento da Mesa, se possível.

Há pouco o Senhor Presidente da Mesa referiu que numa data de especialidades médicas o tempo era adequado. Eu gostaria de saber em que parâmetros foi feita essa avaliação e qual é o tempo, se há comparação com o anterior, ou se não há.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor^a deputada, esta informação é da Unidade Local de Saúde do Nordeste Transmontano. Confesso que não tenho nenhuma informação a dar-lhe, porque não consta mais nada senão aquilo que eu li hoje. Podemos colocar essa questão de novo à ULS e na próxima sessão terá a sua resposta.

Deputado Municipal Carlos José da Silva Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro Velho:

Muito bom dia Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já sei que estão à espera que fale nos morangos. Eu vou falar, mas não vou começar por aí.

Numa altura em que se fala tanto em qualidade de vida e em saúde, eu gostaria de mencionar aqui uma atividade que nós iniciámos há cerca de três anos em S. Pedro Velho que são as aulas de hidroginástica para os nossos idosos. Não sei se fomos pioneiros, corrijam-me se estiver enganado, mas de facto tem sido um sucesso.

Há cerca de três anos, na continuação das aulas de educação física que estávamos e continuamos a ter com o Professor Nuno Pinheiro, adstrito à Câmara Municipal, ele fez-nos a proposta de tentarmos trazer às piscinas de Mirandela as senhoras que participavam nas aulas de educação física. No princípio, achei que não ia resultar. Não imaginava ver aquelas senhoras com 70 / 80 anos, (habitado a vê-las com um lencinho preto), de fato de banho. Não me passava pela cabeça porque pensava que elas teriam alguns preconceitos em participar nessas atividades. Mas afinal foi uma lição porque o preconceituoso era eu. Elas alinharam e têm funcionado muito bem. Cada vez tem havido mais gente a participar. E na continuação do que falou o Professor Almeida, de facto isto deve-se a um esforço da Câmara Municipal. Sem ela não seria

possível. Este ano, já com a ajuda do transporte e com a presença do Professor Nuno, continuam essas atividades com o mesmo entusiasmo.

Quero dizer também que esta atividade se alargou a outras freguesias, onde tem havido muita participação. Sei que está a funcionar no Franco, no Romeu, nos Passos e tem funcionado muito bem. Penso que o nosso papel de Presidente de Junta também passa por aí. Não passa só por tapar buracos~. Temos que apostar também neste tipo de atividades porque quando estamos a ajudar estas 10 a 15 pessoas que vêm às aulas, estamos a ajudar os maridos, estamos a ajudar os filhos, estamos a ajudar a que elas em casa tenham mais paciência para os maridos, para os filhos, para os netos e que contribui para o bem estar delas e de quem vive com elas.

O nosso agradecimento à Câmara pelo apoio que nos tem prestado nesta atividade.

Agora sim, o assunto que estavam à espera, a “Feira dos Morangos”. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para convidar todos os presentes, todas as bancadas, para nos visitarem nos dias 11 e 12 de maio na nossa V Feira e penso que vai ser mais um sucesso. Portanto, apareçam.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais membros da Mesa e Exm.^ª Assembleia.

Comemorámos na passada quinta feira o 39º aniversário da revolução do 25 de Abril, de 1974, assim, jamais poderia o grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mirandela, deixar de se associar a esta data e ao mesmo tempo deixar o registo da nossa gratidão ao grupo dos valorosos militares que tomaram e dirigiram esta iniciativa, tendo em vista libertar o povo português do obscurantismo.

Recordo que neste dia, impulsionado também pelos meus dezassete anos, sem saber o que em concreto comemorava, jubilei de alegria, até porque se questionava a dependência praticamente feudal em que os mais desprotegidos da nossa região viviam e já a guerra colonial pairava no meu horizonte e me causava alguma perturbação.

Apesar dessa idade, estava já atento às realidades sócio económicas da época, que me afligiam, a pobreza era por demais evidente, de forma que nesse dia vi, como não podia deixar de ser, uma luz ao fundo do túnel.

Assim, desde muito cedo me envolvi em todo este percurso, querendo também participar ativamente no processo de transformação do nosso País, bem como da nossa terra.

Foram sem dúvida, grandes conquistas e avanços na vida de todos nós, a nossa terra e consequentemente o nosso País, sofreram uma transformação em todos os domínios, hoje não há comparação possível.

Lembro apenas que o estado social, a par do serviço nacional de saúde, apesar dos ferozes ataques que permanentemente lhe são dirigidos, são duas marcas que vão ficar para a história, como marcas de todo este processo de transformação.

Se é verdade que o poder local é também uma das marcas dessas conquistas e responsável também por muitos desses avanços, não será menos verdade, que muitas das autarquias, transformaram autênticas redes clientelares.

Não resisto a reproduzir aqui um artigo de opinião, do Professor universitário Paulo Morais, publicado no Correio da Manhã, do passado dia 16 do corrente mês de abril.

Diz assim o referido artigo:

“Os câmara boys.

As Câmaras Municipais são as maiores agências de emprego do país. A integração de boys partidários nos quadros de pessoal das câmaras e empresas municipais, é regra e com a aproximação da data das eleições autárquicas, adivinha-se um despautério de admissões e nomeações em catadupa.

Esta situação é particularmente expressiva no que diz respeito aos dirigentes que, nas juventudes partidárias, organizam as campanhas eleitorais e arregimentam votos. Uma vez instalados nos seus tachos, continuam por norma a trabalhar ao serviço dos partidos, mas remunerados à custa dos municípios. Ao longo dos últimos anos, este fenómeno agravou-se de tal forma, que algumas empresas municipais mais parecem sedes partidárias dissimuladas.

Contudo, é nos municípios mais pequenos, alguns com apenas quatro ou cinco mil eleitores, que este problema se torna ainda mais grave e dramático, no plano social. Nesses municípios, a obtenção de um qualquer emprego ou a promoção numa função, depende quase exclusivamente do presidente da câmara local. Isto porque, o maior empregador do concelho, é a câmara; o segundo maior, é por regra, a misericórdia local ou alguma instituição de solidariedade, que atua em o conúbio com o poder autárquico. Segue-se-lhes a administração central descentralizada, de forte dependência política ou eventualmente uma empresa de média dimensão, amiga da câmara. Com esta estrutura de emprego, só o presidente da câmara e os caciques que dele dependem, conseguem atribuir empregos que, em regra beneficiam afilhados e familiares do presidente, os militantes do partido e os apaniguados das redes clientelares.

Claro que a sua seleção raramente resulta do seu currículo ou das suas competências.

Estas práticas reiteradas, nomeadamente nos pequenos concelhos do interior, consolidam na maioria do território nacional, a ideia de que o estudo, a formação e o esforço, de nada adiantam. Fazem vingar a

tese de que a qualidade do desempenho é irrelevante, para ocupar um qualquer cargo. A qualidade não constitui critério de escolha de colaboradores ou de progressão nas carreiras. A estrutura de recursos humanos está invertida. O profissionalismo foi dizimado pelo clientelismo.”

Hoje, como referi, passados estes 39 anos, apesar de grandes desilusões e as dificuldades por todos sentidas, continuo a dizer, valeu a pena.

Deputado Municipal Fernando Manuel Alves (PSD):

Bom dia Senhor Presidente da Mesa e restantes membros, bom dia Senhor Presidente do Executivo e restante Vereação, bom dia caros deputados e deputadas, bom dia municipais e comunicação social.

O motivo que me traz aqui hoje é a manifestação de agrado pela recente instalação do Conselho Municipal de Juventude pelo Município de Mirandela, na senda daquilo que é uma aposta clara na juventude por parte do município.

O passado recente, com os eventos e atividades desportivas que têm sido realizadas, a semana da juventude, as sessões de esclarecimento do impulso jovem, a instalação do recente Conselho Municipal da Juventude e a promessa do orçamento participativo jovem, entre outras políticas que irão ser implementadas, demonstram esse princípio e essa aposta clara.

A formação deste espaço democrático, onde os jovens têm a possibilidade de levar as suas reivindicações aos poderes constituídos e serem desta forma sujeitos ativos no que é o processo político do seu concelho, constitui uma valiosa conquista para a juventude no geral e para nós, na JSD, uma particular importância, pela nossa permanente batalha em conferir voz à juventude, pelo reforço do exercício da cidadania e a resistente ambição do incremento da qualidade e pluralidade da democracia.

Esta nova oportunidade de intervenção traduz-se numa parceria entre os jovens, o município e as instituições, para que a sua contribuição para os modelos de desenvolvimento a implementar seja efetiva e o seu desejo de fazer futuro seja atendido.

Agradecemos a corresponsabilidade que o mecanismo confere no momento de planeamento de decisão e temos claro que a mesma deve ser assumida no escrutínio e na avaliação, num claro reconhecimento da responsabilidade partilhada por todos os seus intervenientes.

A atuação da Juventude Social-democrata e do Partido Social-democrata neste mecanismo pautar-se-á pelo espírito crítico construtivo, pela exequibilidade, abrangência e mensurabilidade das suas propostas, por forma a alcançar o máximo impacto positivo na vida dos jovens Mirandelenses.

É uma atitude que ficou logo clara na primeira reunião efetuada, onde tivemos oportunidade de propor apoio e fomento jovem em áreas como a participação social, o associativismo, nomeadamente formação para dirigentes associativos, o emprego e empreendedorismo, no âmbito da educação para o empreendedorismo nas escolas, nos diferentes graus de ensino.

A aposta na criatividade aliada à valorização dos recursos naturais, do ambiente e do potencial endógeno, com meios como o IPB, as escolas, o turismo, multimédia, município, marketing e comunicação. E nesta área gostaria de destacar o artigo recentemente escrito (ontem), pelo Vice-reitor da Universidade do Minho, Dr. José Mendes, “Inovação na Tradição”.

Áreas, também como a agricultura, educação, cultura, desporto e a proposta de criação de uma marca jovem que abrangesse e identificasse todos os eventos realizados por este Conselho Municipal da Juventude.

Podemos resumir que foi um primeiro plenário bastante participativo e produtivo, onde foi criada também uma comissão de regulamentação, cujos trabalhos já foram iniciados.

A verdade é que nós queremos que esta nova etapa na relação dos jovens com o poder político local, que tem todas as condições para resultar numa frutífera estratégia desenvolvida, vá ao encontro das necessidades, as exigências e os anseios dos homens e mulheres de amanhã e que seja um estímulo para a promoção de uma juventude mais atenta, exigente e participativa.

Na esperança de que nesta tarefa possamos cumprir o espírito das palavras de S. Francisco de Assis: “começar por fazer o que é necessário, depois o que é possível e de repente darmos por nós a fazer o impossível.” Muito obrigado.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Muito bom dia Senhor Presidente da Assembleia, os restantes membros da Mesa e demais presentes na sala.

Queria chamar a atenção para o tráfego que é constante e muito pouco fluido na zona do tribunal, na rua que desce da Inês, vindo da Central. É complicado, não sei como é que não há ali mais acidentes. Só quem frequenta aquela zona com alguma regularidade é que se apercebe. Não digo para se fazerem rotundas porque não tem espaço mas que seja estudada uma forma mais segura de transitar por aqueles lados.

Já uma vez aqui falei, e volto a referir, que são apenas uns escassos metros para pôr alcatrão, entre as Zonas Urbimira 1 e Urbimira 2, lá atrás, onde há um poste de transformação.

Depois, de vez em quando ouço rumores, (eu sou uma adepta convicta, de há muitos anos, de reciclagem) *ó professora, depois aquilo vai tudo junto!...*definitivamente eu gostava de saber se efetivamente

a reciclagem que se faz, a separação dos lixos, se depois segue para as zonas devidamente separado e se nós estamos a exercer a nossa condição cívica e em seguida formar também as jovens crianças que temos a nosso cargo.

Sobre a questão do Conselho Municipal de Educação, já há muito tempo que não o ouvimos falar. Não sei se tem funcionado mas a rede escolar alterou profundamente. Penso que a sua composição também terá que ser reajustada a uma nova realidade e que fosse discutido nesse Conselho Municipal de Educação o nosso território educativo. Ouvem-se estatísticas do abandono escolar. Eu que estive durante uns sete anos ligadíssima a essa problemática. Não há uma única razão mas várias razões, mas uma delas é esta: há realmente um fator cultural, infelizmente, em Portugal, mas sobretudo nas zonas mais pobres e do interior. E solicitava que esse Conselho Municipal de Educação olhasse esse território e implementasse outros projetos que já se implementam pelo país fora, como o projeto Fénix, Turmas Mais, etc.

Independentemente de haver um único agrupamento e que tem outra facilidade em promover, têm outras possibilidades em discutir os assuntos, com outra equidade.

De qualquer maneira, o Conselho Municipal de Educação continua a existir, é como o célebre Conselho de Segurança e outros que tais, se existe, que funcione, considerando a especificidade do nosso território educativo.

Essencialmente era isto que tinha para dizer, Antes da Ordem do Dia, se faltar venho depois.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Senhora deputada, terá com certeza outras oportunidades para o fazer.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Ainda tenho muito tempo. Um minuto dá para ler um poema?

Presidente da Assembleia Municipal:

Se for rápido.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Tem a ver com o 25 de Abril.

“Liberdade sem festa”

Sopro de luz.
Claridade estonteante.
Sorvo-te, como aspirante
a um outro estado,
deambulante...

Em relva estendida,
inerte,
cubro-me desta luz
tão brilhante.
Quente.
Gozo a plena liberdade!

Sou dona deste momento.
Sou dona deste estar...
Em abril, distante
impensável seria
ser dona deste pensar.

A luz de abril
em 25, ocorrida,
talvez houvesse chuvas mil...
Apenas recordo
cravos aos molhos
agitando a meus olhos
um vermelho
tal seara de papoilas
ondulantes
de brisa suave...
E balões
e canções
de ritmos inocentes

desmedidos...
E prisões
a abrir
e abraços a sorrir.
E pessoas
apressadas
em chegar
ao seu país
sem nariz
de pinóquios...
Essas chegaram mais tarde
Sub-repticiamente,
embrenhadas
em teias tecidas,
por mim ignoradas.

E famílias aliviadas,
outras preocupadas.
Destas tenho pouca memória
(já seria revolucionária),
sem culpa, era tão só
uma cachopa
a sentir deslumbramentos
a afirmar uma maioria
coincidente...
Liberdade
e liberta
a assumir responsabilidade
do meu eu
e a fluir identidade
em território que já era meu.

E cordões humanos,
unidos,
entrosados,
em abraços
de ilusões
e comícios
e manifestações
e palavras emocionadas...

Hoje, que não há festa,
faz sentido, estar alerta.
Mas a luz que nos ilumina
só se empresta
a outros,
temporariamente...
Depois, regressa
A este país, sua pertença!

Deputado Municipal Rui Sá (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas:

Senhor Presidente, Senhores Deputados; Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, público, comunicação social, a todos, muito bom dia.

Dezoito anos depois de ter sido criada como pólo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, o IPB, cresceu, ganhou autonomia como ESTGM, continuou a crescer e como Escola Superior de Administração, Comunicação e Turismo de Mirandela, vai finalmente ter novas instalações.

Dito desta forma, até parece muito pouco. Trata-se apenas de novas instalações, dir-me-ão alguns. Não, não são apenas a infraestrutura mas sim a continuidade do ensino superior em Mirandela que estava posta em causa. O funcionamento decorre da utilização de 3 espaços distantes uns dos outros. O edifício onde nos encontramos, propriedade da Câmara Municipal, as instalações arrendadas à PT e o Edifício dos Serviços Sociais onde funciona a cantina, próximo da piscina Municipal, mais propriamente onde estão a ser construídas as novas instalações.

O constrangimento da distância e a inadequação das instalações foram identificados num relatório da Comissão de Avaliação da Associação de Universidades Europeias (EUA) como um forte entrave à continuação da ESACT.

Seria impensável perder o ensino superior. Ninguém estaria preparado. Mirandela e as suas gentes já não sabem viver sem o ensino superior. Dezoito anos de convívio criaram cordiais laços, hábitos e tradições e a saída abriria uma ferida muito difícil de sarar.

Mas para que possamos verdadeiramente compreender o peso que esta instituição representa para a economia local, é inevitável fazer um pequeno enquadramento.

As instituições de ensino superior situadas em localidades do interior do país, como é o caso de Mirandela, têm sido extremamente importantes na sustentação económica dessas localidades, que alia a criação, transmissão e difusão do conhecimento técnico-científico em concertação com a sociedade e numa perspetiva de coesão territorial, permitindo atrair mais alunos e promover a inserção regional e a qualificação da população, com manifestos benefícios económicos e sociais. Este contributo é decisivo no sentido de inverter, estancar ou desacelerar o despovoamento a que estas zonas estão sujeitas.

Saliente-se o continuado e sustentado crescimento do número de alunos, passando de 259 alunos no ano de 1999 para 1200 uma década depois. E quando todo o ensino superior perde significativo número de alunos, a ESACT aguenta-se muito bem e tem este ano letivo, portanto, 2012/2013, 973 matrículas. É ainda digno de realce a significativa percentagem de trabalhadores estudantes que representam 23%, ou seja, 220 alunos. Os ingressos pelos "maiores de 23", que este ano representa 6%, cerca de 60 alunos, que de outra forma, pela distância (são residentes locais ou dos concelhos limítrofes), não teriam oportunidade de frequentar o ensino superior.

Relativamente ao corpo docente são atualmente 71 professores, dos quais 40 a tempo inteiro e desses 50% são doutorados.

Reportando-me a um parágrafo de um estudo de impacto socioeconómico do ano 2010 da tese de doutoramento de um professor da ESACT, que passo a citar:

"A frequência de um número de alunos substancial influência consideravelmente a economia e a dinâmica da região. Em estudos efetuados, estima-se que os gastos diretos dos indivíduos da Escola de Mirandela seja de cerca de 3.582.612 €, considerando que os alunos só permanecem 10 meses por ano."

É verdade que o Concelho de Mirandela encontra-se numa localização central. Esta centralidade é uma mais valia para a Escola e um fator de atratividade de alunos, mas não é só a centralidade. Mirandela tem sabido (perdoem-me a expressão) "agarrar" e fixar alguns eventos importantes, como sejam: o campeonato nacional e europeu de Jetski, a festa da Geografia, o seminário "as Assembleias Municipais e Reforma do Poder Local", entre outros seminários e workshops que aqui se realizam. Tudo isto faz de Mirandela uma cidade com vida, uma cidade pequena mas moderna, uma cidade fervilhante e simultaneamente serena, características para as quais a ESACT também tem contribuído decisivamente.

Na edição de 15 de abril do Jornal Terra Quente pode ler-se: É O FIM DE UM LONGO CALVÁRIO!

Para o presidente do IPB, o início de construção do campus da ESACT de Mirandela é "o fim de um longo calvário", mas também o início de um novo desafio de consolidação e afirmação da escola. "São um argumento muito positivo para o processo de avaliação de cursos que está em marcha pela agência de avaliação e acreditação", ressalva Sobrinho Teixeira." Fim de citação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, sabemos que o facto de se tratar da maior escola descentralizada do País não foi suficiente, pelo menos durante 18 anos, para o cumprimento de promessas dos sucessivos governos.

Para desbloquear o financiamento foi necessário o envolvimento pessoal e político do atual Presidente de Câmara, Eng.º António Branco, recorrendo mesmo à Bolsa de Mérito deste programa, assumindo assim e sem hesitação, este projeto em detrimento de outros investimentos previstos para o concelho.

Esta obra representa na globalidade um investimento de quase de 5 milhões de euros suportados em 85% pelo ON2 - Programa Operacional Regional do Norte, cabendo à Câmara Municipal de Mirandela 15% de comparticipação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não poderia terminar sem felicitar o Senhor Professor Sobrinho Teixeira, ilustre conterrâneo, e de uma forma muito especial o Senhor Presidente da Câmara por mais esta vitória de Mirandela (que também é sua).

Estou certo, na minha modesta opinião, que ficará para sempre ligado à obra mais importante dos últimos 20 anos para o nosso Concelho.

Pessoalmente, como ex-aluno, fico-lhe muito grato. Obrigado!

Deputado Municipal Ricardo Garcia (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Confesso que na minha ingenuidade pensava que métodos de pré-campanha antes dela ter sequer iniciado já não aconteciam, pelo menos descaradamente, mas enganai-me. Foi para mim uma enorme surpresa quando o município me entregou este panfleto de propaganda política, disfarçada de informação do Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, com a particularidade da sua fotografia, como se ninguém o conhecesse.

Que V^a. Ex.^a queira nesta reta eleitoral lançar obra para mostrar trabalho, deixando as restantes obras sem luz ao fundo do túnel é com V^a. Ex.^a. Não consigo perceber, e gostava que me esclarecesse, em que moldes esta empreitada foi planeada. Fizeram algum estudo, auscultando os comerciantes e a população, para se perceber a implementação do estacionamento tarifado? Resultados, desenvolvido com quem e por quem? O que vão beneficiar os comerciantes desta política, em termos de crise? Como vai salvaguardar o direito dos moradores e comerciantes, quanto à tarifa de estacionamento? E aqueles que não têm garagem e que porventura não utilizam as viaturas para se deslocarem, para os seus postos de trabalho?

Agradecia que democraticamente me respondesse a estas questões, para que eu e tantos outros cidadãos, pudséssemos perceber o objetivo do Executivo, oportunidade perdida neste panfleto, de esclarecer a população.

E já agora, de caráter meramente curioso, quanto é que gastou a autarquia com este panfleto?

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, público em geral, muito bom dia.

Em primeiro lugar quero dizer que o 25 de Abril não é da CDU, não é do PS, não é dos outros partidos. É do povo, é de toda a gente. Em primeiro lugar quero deixar uma saudação muito especial ao 25 de Abril. É por causa dele que aqui estamos reunidos a discutir esta ordem de trabalhos, cada um com a sua opinião e os seus pontos de vista mas respeitando sempre as opiniões de quem pensa de maneira diferente de nós.

A liberdade que se conquistou é um bem que devemos conservar e se possível ampliar mas nunca confundir liberdade com libertinagem.

Muito se fez ao longo destes anos e especialmente no campo autárquico. Portugal não tem nada a ver com o Portugal de antigamente.

Muita coisa ainda há para fazer mas não pensemos só em direitos. Também temos que pensar naquilo que cada um de nós pode fazer pelo progresso do nosso país.

Em 6 de abril realizou-se no Auditório Municipal de Mirandela o “II Seminário sobre a Democracia Local”, com o tema “As Assembleias Municipais, Escolas de Democracia e de Cidadania.”

Em primeiro lugar, quero agradecer e louvar a Mesa da Assembleia Municipal por todo o trabalho que tiveram em nos proporcionar um painel de pessoas com um alto valor intelectual e que pedagogicamente fizeram intervenções de elevado nível. Organizar um Seminário com este valor não é fácil e requereu muito trabalho. Tivemos presentes neste Auditório muitas pessoas, que se deslocaram de muito longe e de vários pontos do país para ouvirem tão ilustre oradores.

Mas uma coisa me deixou triste e até revoltado foi a ausência muito notada dos membros desta Assembleia Municipal. Alguns estiveram presentes, mas a grande maioria primou pela ausência. Quem perdeu foram os ausentes.

Parabéns à Mesa e que isto não seja motivo para estes seminários terminarem. Lembrem-se que água mole em pedra dura tanto dá que até que fura.

Presidente da Assembleia Municipal:

Terminado este período, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que entender e que foram aqui colocadas.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito bom dia Senhor Presidente, substituto, neste caso, uma saudação à Mesa da Assembleia recém constituída. Muito bom dia aos Senhores Deputados, Senhores Vereadores, público e comunicação social.

Gostaria de começar por saudar a data que aqui nos traz, o “25 de abril”. É bom ouvirmos alguém dizer que o 25 de Abril não é de ninguém. O 25 de abril deu-nos essa liberdade. Deu a liberdade a algumas pessoas de poderem escolher o partido que bem desejam no momento em que o poder lhes interessa e quando esse poder lhes interessa. Hoje em dia é a maior vitória que nós temos. Não há reservas mentais para aqueles que no momento que mais lhes interessa escolhem os partidos que mais lhes interessam, conforme os governos que mais lhes interessam, provavelmente para os investimentos que mais lhes interessam. É uma liberdade que nós conquistámos ao longo dos tempos.

No entanto, eu gostaria de começar, com toda a sinceridade, com algo que ficasse marcado na história desta Assembleia.

Recordo que terminou ontem o campeonato nacional da 2.^a divisão e o nosso Sport Clube de Mirandela teve um percurso que eu acho que é de enaltecer. Foi um percurso de humildade, feito ao longo de diversas jornadas. Não terminou com o resultado que nós gostaríamos mas que acho que é de enaltecer precisamente essa postura de humildade. Gostaria que ficasse aqui registado o resultado único que Mirandela teve e a classificação que teve e saudar esse momento.

Em relação às questões colocadas, dizer ao deputado Agostinho Beça que sobre o Conselho Cinegético Municipal, como sabe, foi enviada a lista para o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e que aguardamos o respetivo parecer para depois se proceder à publicação, uma vez que existiam alguns elementos do conselho que não estavam devidamente representados.

Quando vier esse parecer, iremos proceder à publicação e à convocatória formal desse conselho. Aguardamos a todo o momento que nos seja enviado.

As questões concretas que nos foram colocadas, vou responder à deputada Odete Ferreira. Quanto às obras na zona do tribunal, irá assistir a algumas alterações no trânsito quando estiver terminada a obra da Avenida das Amoreiras uma vez que se enquadra num projeto global que é a regeneração do Centro Histórico de Mirandela "Tua Mirandela" e uma das partes é a chamada zona 30, que terminará apenas depois das obras estarem realizadas.

Quanto à ligação da Urbimira 1 e Urbimira 2, aquele espaço é privado e há ali um problema que vem desde alguns tempos. Nós temo-lo utilizado, temos colocado lá algum material mas o espaço em si é privado e esperamos que dentro de algum tempo tenhamos alguma novidade em relação a isso. Noutras alturas foi possível porque não era uma ligação entre os dois loteamentos, motivo por que não foi realizado. Não era por mais aquele pedacinho que o loteador não o iria fazer. No entanto, está bem encaminhado o assunto para haver uma solução a curto prazo. Dizer-lhe que no aspeto da reciclagem, Mirandela é exemplar. E é exemplar não só pelo que faz localmente mas também pelo que tem em termos de equipamentos.

Em Mirandela temos uma cobertura de ecopontos que ultrapassa claramente o que deve ser a média nacional de cobertura. Isto é, enquanto que a média nacional determinada para a cobertura por habitante, deste tipo de equipamento, é cerca de 500 habitantes por ecoponto, nós estamos muito abaixo disto. Neste momento estamos na ordem dos 324, com algumas oscilações. E temos também dois ecocentros que fazem a recolha de tudo o que é material reciclado de nível superior.

Posteriormente esse material é recolhido por uma empresa, também no âmbito da Resíduos do Nordeste, que é empresa Intermunicipal e é entregue depois a diferentes níveis de triagem. Essa triagem resulta na sua separação, conforme a sua utilização posterior e todos os materiais que são recolhidos são obrigatoriamente registados, na sua valorização, ou não. Trata-se até duma questão económica. A venda do cartão, do vidro, plástico ou doutro, têm um resultado que não é sustentável do ponto de vista da venda, em relação à recolha, mas de qualquer das maneiras tem um resultado.

Hoje em dia temos também os sistemas de valorização, como a Valorpneu e a própria sociedade Ponto Verde, que também têm a obrigatoriedade de ter métodos indicadores.

Nós temos o privilégio de ter vários equipamentos no nosso concelho e termos uma rede. Como tal, se lhe perguntarem para onde é que vão os materiais que são selecionados numa primeira fase pela população, todos eles são encaminhados para diversos tipos de valorização. A única coisa que ainda não temos é a valorização de orgânicos mas muito brevemente iremos ter uma unidade que até os resíduos orgânicos que conseguimos separar em aterro serão transformados num produto composto que depois será vendido a uma unidade que será inaugurada, se tudo correr bem, durante o mês de maio, ou junho. Está a ser concluída neste momento.

Somos um concelho, - não só o concelho, mas também a região – com excelentes atividades na reciclagem, que podem ser indicadas como de boas práticas.

Em relação ao Conselho Municipal de Educação, tivemos uma reunião no dia 22 de abril, há oito dias atrás, e são realizadas periodicamente. No entanto, em primeiro lugar, será interessante refletir sobre as competências efetivas do Conselho Municipal de Educação porque, infelizmente, muitas das vezes essas competências passam essencialmente por emissão de pareceres e pouco mais, isto é, não tem uma capacidade executiva. E neste momento até estamos com um vazio curioso com a participação de diversas entidades.

Com a extinção da DREN (Direção Regional de Educação do Norte), não há representante de qualquer Direção Geral no Conselho Municipal de Educação, nem a DRESC (Direção Regional de Educação do Centro) nem a DRE (Direção Regional de Educação). Significa que o Conselho Municipal de Educação formalmente não tem um representante do Estado, o que é obrigatório.

Em segundo lugar, o agrupamento, seja mais pequeno ou maior, também não é representado no Conselho Municipal de Educação. Existem professores, representantes dos diversos escalões, básico, pré, até secundário, mas existe aqui também um vazio porque o anterior representante do ensino secundário abandonou a sua atividade profissional e segundo a DREN, é à Câmara Municipal que compete lançar o procedimento de eleição e segundo a Câmara Municipal, do ponto de vista legal, não existe nenhum motivo para uma Câmara Municipal lançar um procedimento eletivo dentro de uma instituição que não é da sua responsabilidade.

O conselho continua a cumprir a sua função dentro do que lhe é possível. Posso-lhe dizer que os três principais pontos do último Conselho Municipal de Educação (a ata ainda não foi emitida) foram: a rede de transportes escolares e o plano de transportes escolares anual, que é habitualmente aí analisado, o reordenamento da rede escolar, que todos os anos é analisado também no Conselho Municipal de Educação (encerramento ou abertura de escolas, ou outra situação) e nesta reunião tivemos um ponto que não é tão normal, que é a criação de uma escola de ensino básico, pela Santa Casa da Misericórdia, entre outros assuntos que foram abordados, e naturalmente o parque escolar.

O Conselho Municipal de Educação funciona mas precisará de algumas alterações legislativas porque funciona mais como um órgão consultivo e não executivo e ativo.

Gostava também de realçar a intervenção feita pelo Rui Sá em relação à questão da Escola Superior de Educação, Comunicação e Turismo de Mirandela. Tem sido realizado um grande esforço ali mas é importante que façamos uma reflexão sobre esta questão e sobre o que ela representa para Mirandela. É importante que se pense que está ligada diretamente ao progresso, ao futuro de Mirandela, mas também à manutenção de um percurso que tem vindo a ser feito ao longo dos tempos. É uma obra que não tem a ver com a questão física. É uma obra que tem a ver essencialmente com a estratégia de Mirandela, para o futuro e eu enalteço o facto de aqui ter sido destacada.

Finalmente, dizer que por vezes fico confuso porque me dá a impressão que se fazem perguntas nesta Assembleia sem se ter feito o devido trabalho de casa.

Compreendo que nesta altura que vamos entrar em campanha as pessoas tenham a vontade de demonstrar a sua maior ou menor diferença em relação ao Presidente da Câmara mas que eu me lembre nesta Assembleia foi aprovado um regulamento tarifado, onde estavam as zonas e como ia ser aplicado. Aconteceu nesta Assembleia. Não foi nada que fosse feito debaixo da mesa, que fosse escondido a ninguém. Foi aprovado aqui. Estão lá as zonas, estão lá as formas e tudo foi debatido nesta Assembleia.

Também no plano de ação “TuaMirandela”, uma candidatura que foi aprovada em seu devido tempo, também estava lá o estacionamento tarifado, como uma estratégia a definir em Mirandela, em diversos locais, aliás, as zonas estão definidas, como a zona das Amoreiras e outras zonas que apenas não avançaram para existir também um progresso contínuo da aplicação desta medida. Mas seria importante, pensar e perguntar também o que é que pensam os comerciantes daquela zona em relação ao estacionamento tarifado e quais foram ao longo dos anos, nomeadamente a imprensa, as solicitações que eles fizeram, por mais que uma vez, para a implementação do estacionamento tarifado naquela zona e naquele local.

É por este facto que eu acho curioso, perguntar quais foram as iniciativas necessárias para implementar o estacionamento tarifado numa obra que agora vai ser iniciada. Porque é que se fez esta obra? Porque está incluída num plano de ação que foi aprovado em devido tempo, que inclui uma área de intervenção e que tem um conjunto de intervenções, devidamente financiadas e devidamente estruturadas. São um conjunto de intervenções que estão nesse plano de ação. O plano de ação está disponível na página da Câmara Municipal e estão lá elencadas as intervenções que nós iremos fazer gradualmente, com o financiamento que nos foi concedido.

Quanto ao panfleto, dizer-lhe que foi elaborado por uma equipa de grande nível. Contratámos um gabinete que é muito falado nas reuniões de Câmara e muitas vezes aqui, esse gabinete trabalha diretamente com o Presidente da Câmara, que se chama “GACIP”. Foi elaborado dentro desse gabinete e foi imprimido, segundo sei, na impressora que também serve o meu gabinete. Como deve compreender, os custos foram enormes para podermos informar a população daquilo que está a ser feito hoje em dia em Mirandela.

Presidente da Assembleia Municipal:

Está terminado este esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara. Penso que há mais um deputado municipal que se quer inscrever e falar. Relembro que caso o plenário assim o entenda, poderá haver um segundo período de intervenções de 30 minutos, distribuído proporcionalmente.

Tem a palavra o deputado Figueiredo.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Exm.º Senhor Presidente da Câmara e restantes membros do Executivo, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes da Junta, meus Senhores, minhas Senhoras.

Portugal vive o problema mais grave dos últimos 40 anos.

O ex-presidente da República, numa entrevista publicada no passado dia 25 de Abril, ao jornal do Brasil, afirmou que o Governo de Passos Coelho tem de cair e ele continua a dizer que é o mais grave, que nunca houve tanto desemprego, tanta pobreza, este governo tem que cair e espero que caia o mais depressa possível, há um país neo liberal, exige estabilidade e não pagamento à troika, a súbita alta dos mercados, que querem ganhar dinheiro e não querem emprestar nada, afirma tudo isto Mário Soares, numa entrevista a uma agência do Brasil, publicado numa edição online desse mesmo jornal.

Fiquei perplexo e completamente desastinado com este tipo de linguagem. Este Senhor também não terá culpa? Foi ele que governou o país durante tantos anos e foi o Presidente da República também durante anos e com toda a certeza foi ele que ajudou alguns boys (como diz o Senhor deputado municipal Jorge Pereira) e clientela política a instalarem-se no poder. Eu diria, alguns troca-tintas, como se costuma dizer na nossa gíria popular.

Este ex-governante devia ter um pouco de bom senso e de moralidade. A diferença está em ser-se honesto e patriota e o Senhor Mário Soares não está a sê-lo. E digo isto porquê? Pessoalmente sou pelo cumprimento das legislaturas. Esta legislatura foi sufragada pelo povo. Esta é a verdade crua e nua. Cada qual diz o que lhe apetece e depressa se passa de bestial, como num curto espaço de tempo, se passa a

besta. Eu nunca ouvi o Dr. Soares a pedir que o anterior governo deveria cair. Ele até dizia que estava a fazer um bom trabalho em termos macro económicos.

O problema disto tudo é que as elites, no nosso país, falam quando lhes convém e parece-me a mim, por aquilo que diz o Dr. Mário Soares, o Partido Socialista também não tem telhados de vidro, são os verdadeiros defensores de abril, com a dignidade, honestidade e socialmente para com os mais desfavorecidos...pura ilusão! Não adiantam qualquer tipo de explicação, pois não entendem e ainda assim acham que procedem corretamente, pura ilusão.

E porquê, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, restante Executivo, Senhores deputados municipais, minhas senhoras, meus senhores?

Vejamos os casos das PPP's. Todos nós temos que pagar nos próximos dez anos, mais de doze mil milhões de euros, todas as obras derraparam, em alguns casos, 300% e as outras só com acréscimo acumulado dos encargos líquidos dessas PPP's e concessões que já somou 1.340.000 milhões de euros, entre 2009 e 2011 e não estava lá o governo do PSD, representando mais do que a redução da despesa pública, com os pensionistas em 2012.

Como sabem, com os cortes dos subsídios de férias e de Natal, que foram de 1.260.000 milhões de euros e alguns deputados do PS, alguns independentes vêm para este palanque a falar de moralidade do social...é engraçado...dá para rir.

Já não falo das fundações, como por exemplo, uma criada a 12 de setembro de 1991, que é do Senhor Dr. Mário Soares. Por acaso sabe esta Assembleia, quanto é que o governo, no ano de 2011, deu para as fundações? 270 milhões de euros, Senhores Deputados Municipais.

Por acaso sabem que a dívida pública aumentou 90.000 milhões de euros, de 2005 a 2010, Senhores deputados? Onde estava o governante Dr. Mário Soares? Sabem quanto o governo pagou este ano? 1.400.000 milhões de euros em alugueres. Onde estava este ex-governante?

Questionado sobre este estado social e as conquistas de abril, Soares respondeu que estão completamente destruídas.

É evidente que neste governo nem tudo está bem, eu não sou uma forma ática também, Senhores deputados. Sou um ser pensante e o primeiro passo é que este governo está a fazer um longo caminho e será o reinício de que Portugal, que por si próprio consiga emitir a sua dívida e pagar aos seus credores.

Depois aparece um Senhor Seguro a dizer que está preparado para governar e pede maioria absoluta, mas temos que fazer sacrifícios, Senhores deputados.

E digo eu, não assinaram o memorando da troika? Ou vão dizer que não pagam como o Senhor ex-governante, Dr. Mário Soares?

Eu digo com toda a sinceridade, que o Partido Socialista é essencial para conjuntura em que vivemos. Neste contexto político é essencial mas não poderá radicalizar a sua postura porque não tenham dúvidas que quem manda é a troika que nos dá o dinheiro. É a troika que vos dá o dinheiro a vós, a mim, para me pagar ao fim do mês, senão não teríamos dinheiro. Essa é a pura realidade porque o nosso Estado está descapitalizado e se não nos mandarem as tranches não há dinheiro.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não sei se o Senhor Presidente quer responder? Não.
Vamos então prosseguir.

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4, Período da Ordem do Dia.

Aqui, mais uma vez chamo à colação o Regimento, que diz o seguinte:

“Para a discussão de cada ponto da Ordem do Dia, não pode qualquer membro da Assembleia, exceder 10 minutos, na única intervenção possível.”

É verdade que nas outras assembleias não tem sido bem assim mas eu peço por favor para tentar respeitar o Regimento, obviamente com a elasticidade que o bom senso impõe e justifica.

Está aberto o período de inscrições, por favor.

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

Bom dia a todos. Estão inscritos neste ponto 4, 4.1, os seguintes deputados municipais: Agostinho Beça, Odete Ferreira, Luís Sousa e Rui Magalhães.

Presidente da Assembleia Municipal:

Se me permitem, eu faço já a minha intervenção, porque depois terei que controlar o decurso da sessão.

Eu só queria dizer que estar a presidir a esta sessão me está a custar um bocadinho por não ter podido ausentar-me pelo menos por uma hora.

Eu vou explicar porquê. Hoje de manhã, dia 29 de abril, está a decorrer uma marcha solidária e uma missa campal, em memória das crianças vítimas de maus-tratos e das crianças desaparecidas.

Amanhã mesmo, neste Auditório (aqui lanço o convite aos deputados municipais) vai decorrer o Seminário com o tema “Os Maus-tratos na Infância: Prevenção, Diagnóstico e Intervenção” também com a presença de oradores de grande experiência nacional, incluindo o Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Dr. Armando Leandro, que pela primeira vez vem a Mirandela.

Quería também partilhar convosco uma mensagem que me enviaram, porque no fundo, este tipo de incentivos é que nos levam a acreditar que vale sempre a pena fazer algo em benefício das nossas crianças e dos nossos jovens, e sobretudo neste mês de abril, a que a CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) de Mirandela se associou, que é o mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância.

Partilho convosco uma mensagem que foi enviada por uma professora de Almada, “Rita Alves”, que esteve em Mirandela numa dessas iniciativas, referindo-se à Nuclisol Jean Piaget:

“A Diretora desta Instituição e a sua equipa, são uma espécie em vias de extinção, por isso se mantêm naquele habitat protegido, prosseguindo de uma maneira esquisita, para os tempos que correm. Trabalham sem dinheiro, com vontade, força, com a comunidade, presidências e parcerias, com as famílias, com o comércio local e com muita alegria.

Até o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, são uns entusiastas da poesia. A Câmara Municipal inaugurou há pouco tempo um percurso poético pela cidade, que não imaginava que existisse.

Conheço ciclovias, percursos pelos monumentos, percursos de manutenção...agora poéticos!...em Mirandela existem.

Encontrei a mãe da menina que já estuda no ensino superior, que com dois anos, disse ao passear pela rua, em obras com buracos “ó mãe, olha a estrada, tem as janelas abertas!” e também o avô tem uns braços muito grandes, que diz: “anda cá minha netinha.”

Encontrámos também o pai do menino, agora a terminar o ensino superior e que com cinco anos, disse: “nós somos pessoas inventadas por um programa que nunca existiu.”

Todos eles nos dizem que a publicação destas frases é muito importante na sua vida de leitores e essa é uma das principais razões para o Cancioneiro se manter de pé desde 1989.

Para além da qualidade literária e emocional do encontro, existiu também a parte gastronómica, claro. Felizmente que Mirandela é numa cova do país. Se assim não fosse, teríamos rebochado até Lisboa.” Fim de citação.

Muito obrigado.

Tem agora a palavra Agostinho Beça.

Deputado Municipal Agostinho Beça de Sousa (PS):

Uma chamada de atenção. Segundo o Regimento, o espaço do Período Antes da Ordem do Dia é para tratar assuntos de interesse do município e não de política nacional.

Quanto ao relógio, quer-me parecer que devia ser aperfeiçoado. Quando o tempo dos Senhores deputados terminasse, deviam começar a tocar campainhas. É que já houve pelo menos dois deputados que ultrapassaram largamente o seu tempo e nada aconteceu.

Sobre a informação do Senhor Presidente da Câmara, apenas três notas:

O Congresso Internacional Rotas Turísticas, Valorização e Posicionamento, refere que foram parceiros desta iniciativa. Acho que não custava nada ter incluído também a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte até porque eu integrei a equipa organizadora deste congresso em nome da Direção Regional e não custaria nada mencioná-la também porque parece-me ser um organismo com relevo no município.

O Seminário sobre a Democracia Local, as Assembleias Municipais, Escolas de Democracia e Cidadania, uma interessantíssima iniciativa, como já aqui foi dito, contudo, lamentavelmente, notou-se muito a ausência dos membros desta assembleia.

Sobre o Conselho Municipal de Segurança, apenas refiro que na reunião do dia 13 de março, dos 30 membros que o constituem, apenas estiveram presentes, 11 membros.

Voltarei a falar neste assunto no ponto 4.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em regime de substituição, Senhores deputados.

Antes de mais queria dar as boas-vindas a alguns novos membros nesta Assembleia e também no Executivo e desejar-lhes votos de bom trabalho.

Eu queria antes de mais sugerir ao Gabinete do Senhor Presidente que esta informação escrita e extremamente útil para a Assembleia poder acompanhar as atividades desenvolvidas, apoiadas pela Câmara

Municipal, que procurasse ser o mais sintético possível, evitando algumas repetições. Na leitura destas sete ou oito páginas, aparece pelo menos referido três vezes, a “Feira do Tordo.”

Depois há atividades desenvolvidas por várias entidades locais. Penso que a Câmara faz e muito bem em publicitá-las, em dar algum apoio, mas se não forem desenvolvidas diretamente, não vejo a necessidade de virem aqui retratadas.

Uma das questões que já em tempos aqui referi, é que gostava de ver um esforço político, sério nesse sentido, é a questão da denominação de origem controlada para a alheira. Nós tivemos este grande festival de alheiras, a alheira foi votada também uma referência gastronómica nacional e a mim espanta-me de no mercado haver alheira de todo o sítio e mais algum e haver alheira de todo o feitio e mais algum, que já desvirtua o próprio conceito do produto subjacente. Gostaria de saber se estão a ser desenvolvidos esforços nesse sentido, de criarmos uma marca e controlar esse processo.

Quanto à questão do Conselho Municipal de Juventude, que já foi aqui referido, o Senhor deputado teve aqui uma intervenção muito interessante, exprimindo algumas atividades que a CMJ ambiciona levar a cabo e falou em aposta clara deste executivo, nas políticas da juventude. Eu não lhe chamaria aposta clara, quando o conselho é criado no último ano do mandato, aposta clara teria sido há bem mais tempo.

Também lhe devo recordar que os Conselhos Municipais de Juventude são órgãos de natureza consultiva. Eles não gerem um orçamento. Podem ajudar na coordenação da execução de determinadas políticas na área da juventude. Quando se diz que vão realizar várias atividades, é preciso ver que orçamento vai ser alocado, tendo em conta que é um órgão consultivo. Já foi aqui sublinhado relativamente a outros órgãos consultivos, (eu não quero ser pessimista) mas acho que vamos estar perante outro órgão inócuo, criado por esta Assembleia, que quando olhamos para a presença, das reuniões do Conselho Municipal de Segurança, como já foi aqui dito, só estiveram presentes 11, dos 30 membros.

Também, por uma questão de estilo de redação, também chamo a atenção, que vem aqui descrito os elementos que faltaram. Eu não gosto muito da palavra faltaram porque dá quase a entender que os que não vieram não assumiram o compromisso. Podem ter justificado a falta. É preciso ter isso em conta, que eles não coordenam nem comandam o agendamento da reunião e, portanto, têm que ajustar as suas vidas profissionais e pessoais para essa data e pode muitas das vezes não ser possível. O termo parece que cria ali uma lista negra nos que faltaram. Agora, órgãos consultivos com esta composição é muito difícil conseguir esta gente toda à volta da mesa. E lê-se aqui que não é só que não houve quórum, é que já à partida, quem agendou a reunião, sabia que ia não ter quórum, que está aqui escrito “*os membros reuniram e cumpriram a ordem de trabalhos, por não existirem pontos que exigissem deliberação.*”

Referir que relativamente ao Seminário para a Democracia Local, desde já agradecer o exemplar das atas que nos foi oferecido, congratular a iniciativa, que por alguma discordância que há e que eu fiz sublinhar e que dou nota à Assembleia, a discordância é única e exclusivamente de método. Nós achamos que, se isto é para ser uma atividade da Assembleia e é bem que assim seja, deve envolver todos os grupos na discussão dos conteúdos e eventualmente os possíveis oradores. Ser ouvidos não significa que os grupos depois vão sugerir alguém ou vão querer alterar alguma coisa. Ser ouvido é uma cortesia e isso não foi feito. É uma matéria que eu tantas vezes me bati por ela, que tem a ver com a modernização do poder local, com a reforma do poder local, etc., gostaria de ter sido consultado sobre os conteúdos que iam ser discutidos, sobre os convidados, todos de grande perfil, não tenho nada a dizer, alguns dos quais, colaboradores em projetos que tenho em curso, como o Professor Cândido Oliveira, do NEDAL.

Alerto para que em próximas iniciativas e para que seja verdadeiramente uma atividade desta Assembleia e não do grupo político do PSD, porque se fosse só do grupo político do PSD, podia ser meritório na mesma, não estamos a discutir o mérito da atividade, mas estamos a discutir o método da abrangência, de ser o mais inclusivo possível.

Deputado Municipal Fernando Manuel Alves (PSD):

Era só para prestar um esclarecimento ao deputado Luís Sousa.

Eu sei que a natureza do Conselho Municipal da Juventude é consultiva. Eu nunca disse que determinadas atividades iam ser realizadas pelo Conselho Municipal da Juventude. O que eu disse foi que nós, JSD e PSD, no âmbito do Conselho Municipal da Juventude, tivemos oportunidade de apresentar estas propostas na primeira reunião. Nunca dissemos que é o Conselho Municipal da Juventude que as vai realizar.

E relativamente à constituição do Conselho Municipal da Juventude, embora seja no último ano de mandato, também deve saber que a revisão do regime jurídico é a Lei n.º 06/2012.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Concordo plenamente com o que disse, de facto a revisão só foi feita agora.

Já agora também uma pequena nota que tem a ver com cortesia e com relacionamento com a oposição já que vamos discutir o relatório da oposição.

Referir que também nesta nota informativa à Assembleia deveria vir mencionado, que o nosso grupo teve a iniciativa de trazer esta matéria aqui, tal como o relatório da oposição e a sua discussão aqui.

A mim espanta-me que nós temos aqui mais dois grupos da oposição, é um direito que lhes assiste, peçam sempre para o relatório vir aqui para ser discutido. São pequenas notas, na menção que aparece relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, não vem referido, é uma questão de ser genuíno na prestação de informação, esta foi uma iniciativa por um nosso membro, trazida a esta Assembleia.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao ponto que está a ser discutido, apenas uma nota.

Alheira de Mirandela também foi às escolas. Não contrario o consubstanciado que aqui é referido, que salvo o erro é elaborado pelo Senhor Presidente em substituição e já conheço o estilo que não é pejorativo. Sei que é minucioso, embora achemos que a informação do Presidente poderia vir muito mais sucinta mas também evita ler a agenda e outras coisas.

Não vou emitir opinião pessoal porque estava naquele dia em aulas. Sei a que horas os alunos chegaram às aulas, etc. Eu faço esta sugestão: se a alheira de Mirandela ou quem quer que a represente, quer associar-se, quer promovê-la, então a escola faz sempre o magusto escolar. Acho que tinha toda a pertinência que fossem oferecidas as alheiras nessa altura e era uma forma de as implementar e os miúdos gostariam, haveria tempo para as assar, enfim...é apenas uma acheça.

E só tinha isto para intervir mas como neste ponto foi chamado a colação este mês de maus tratos, que eu louvo a adesão da CPCJ de Mirandela a esse repto nacional. Vou tentar estar um pouco amanhã no seminário, conciliando com os meus afazeres profissionais. Mas porque é que chamo à colação este assunto? É que realmente, as pessoas esquecem-se que hoje cada vez mais é difícil conciliar o trabalho profissional com outro tipo de atividades. Basta dizer, se mete atestado médico por um dia, descontam o dia inteiro, etc. etc. Nós, cada vez temos de trabalhar mais e não é fácil estar em todas as atividades.

A referência à rota da poesia. Fiquei a sabê-la agora. Não sei de quem foi a iniciativa e depois gostaria de saber mais sobre essa matéria.

Isto é, nas atividades, nem oito nem oitenta. As pessoas quando não estão, umas, por alguma preguiça, pode ser, mas uma grande parte, é porque não pode, porque também tem que ter os seus momentos de descanso, não pode estar em todo o lado.

Deputada Municipal Cristina Passas (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador:

Bom dia Senhor Presidente, bom dia Senhores Secretários, bom dia Senhor Presidente da Câmara e Exm.º s Vereadores, caros Deputados.

Eu, numa forma muito breve e como humilde parecer técnico, gostaria de tentar esclarecer duas situações que me são muito caras.

Em primeiro lugar refrescar um assunto que foi do painel anterior e explicitar ao Senhor deputado Ricardo Garcia que o estacionamento é algo ansiado há muito tempo pelos comerciantes.

Ansiado no sentido de que a rotatividade do estacionamento implica a dinamização do próprio comércio. Não só porque nós nos podemos colocar no nosso lado de consumidores e quando pensamos que grande parte daquele estacionamento - tendo Mirandela bons parques anexos, de estacionamento talvez um pouco mais longe, em que os nossos próprios comerciantes, técnicos de serviços públicos, poderiam deixar as suas viaturas, mas não, o nosso facilitismo (eu falo por mim) faz com que se deixe o carro o mais próximo da porta - no entanto, faz falta aos consumidores e esses consumidores fazem falta ao nosso comércio. Daí que a rotatividade é um facto perentório para a dinamização do nosso comércio.

A Associação Comercial esteve a trabalhar há longo tempo com a Câmara, no sentido da resolução deste problema. As coisas não acontecem quando nós queremos mas quando nós podemos.

Este é um assunto.

Ao outro assunto, gostaria também de responder. Estou-me a virar para a ala direita porque é da ala direita que vêm as minhas maiores dúvidas em relação à certificação da alheira de Mirandela.

Nós temos que pensar que encontramos alheira, não só em Portugal, mas em toda a parte do mundo, certo?

A alheira não pertence à Associação Comercial, que é a entidade gestora da "alheira de Mirandela", não pertence a Vinhais, não pertence a Montalegre, não pertence a Boticas, pertence a uma vivência histórica, que nos representa gastronomicamente a nós transmontanos.

Acontece que a certificação da alheira é um processo que já vai longo, isto é, quando me dizem o que é que estão a fazer pela certificação, eu pergunto o que é que conhecem, para perguntar o que estamos nós a fazer, que é para nós a partir dali, explicarmos.

Neste momento, a alheira é uma "ETG" (Especialidade Tradicional Garantida). Uma ETG pode ser produzida em qualquer parte do mundo, eu até diria do universo.

No entanto, neste momento, a Associação Comercial de Mirandela, enquanto entidade gestora e a Câmara Municipal, estão a acabar um longo processo de tornar a alheira de Mirandela uma "IGP" (Indicação Geográfica Protegida).

Isto é, “Alheira de Mirandela” com o nome de Mirandela, só poderá ser confeccionada, produzida e embalada, no concelho de Mirandela. A partir dali, nós temos que entender que o nome de alheira de Mirandela, se confunde e muito, com o concelho.

Muitas vezes dizem: alheira de Mirandela tradicional, alheira de Mirandela caseira, isso não implica um nome certificado, não estão a cumprir as regras que estão implícitas no caderno de especificação.

O trabalho institucional está a ser feito. Se depois há quem não o cumpra, obviamente que haverá entidades fiscalizadoras que deverão fazer esse papel.

E como penso que logo à tarde não estarei para fazer esta intervenção, gostaria de deixar aqui um momento de regozijo em relação a uma colega, que é técnica superior desta Câmara Municipal, que é a Fátima Verdelho, que acabou o seu mestrado com uma nota de “dezanove” e cujo tema foi o marketing nos serviços públicos. Ela vai fazer uma apresentação dum paper no IPAD, o melhor instituto de marketing nacional que nós temos, dos serviços que o GAM desenvolve. Isto é, para nós conseguirmos uma boa tese também temos que trabalhar em bons serviços e aqui está a prova.

Deputado Municipal Ricardo Garcia (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto à questão do estacionamento e o que me preocupa é como vão estar os moradores salvaguardados quanto a essa tarifa. Há moradores que moram ali e há pessoas que trabalham em frente à residência. Como é que eles vão fazer com o carro, vão ter que deslocar o carro para o outro lado da cidade? Onde está a política de salvaguarda dos moradores? É isso que me interessa saber.

Quanto à alheira, Senhora deputada Cristina Passas, eu mais do que ninguém levo o nome da alheira de Mirandela a vários pontos do país, (é a minha atividade principal), certificada e não certificada, levo as duas. No entanto, concordo plenamente consigo. É necessário pressionar as entidades que fiscalizam a atividade porque muitas das vezes, colegas meus e apesar dos vários alertas feitos por mim, vendem alheiras doutras localidades, com o nome da alheira de Mirandela e isso é muito mau, tanto para nós, como para a qualidade do produto, que muitas vezes é posta em causa.

Presidente da Assembleia Municipal:

Terminado este período, Senhor Presidente da Câmara, faça o favor de responder, se assim o entender.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente em regime de substituição, Senhores Deputados. Duas ou três respostas muito rápidas e concretas, em relação a algumas questões.

Em relação à alheira, acho que estamos falados. Há uma ETG a funcionar neste momento. Há uma IGP que se está a aguardar a respetiva resposta. É o processo que é conhecido por todos que andam nesta fileira.

Gostava de dizer à Professora Odete Ferreira que o cabrito serrano foi à escola, a alheira foi à escola e para a semana vai o morango à escola. Nós gostamos de os lá levar. É bom que os alunos percebam que quando levamos lá estes produtos estamos a levar-lhes um bocadinho de nós. Esse é o conceito. Pode haver modelos melhores, modelos piores, mas esse é o conceito que nós queremos defender.

Dizer mais uma vez, em relação ao estacionamento, que é muito fácil: é ler o regulamento que está aprovado, ponto. É a minha resposta. Eu não faço nada que não esteja no regulamento, ponto. Se for ao site da Câmara, poderá verificar que está lá o regulamento que aqui aprovámos ainda antes. Aproveita, lê o regulamento e as suas respostas estão lá todas.

PONTO 4.2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 – CMM.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08 de abril de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PSD e 3 votos contra, sendo dois dos membros do PS e um do membro do CDS/PP:

- 1 – Aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2012, da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64 da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro;**
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do indicado preceito e ainda alínea a) do n.º 6 do art.º 64, alínea c) do n.º 2 do art.º 53 e n.º 2 do art.º 49, todos da mencionada Lei.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então passar para o ponto 4.2, Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2012, da Câmara Municipal de Mirandela.

Está aberto o período de inscrições, por favor.

Três inscrições para o ponto 4.2: Ricardo Garcia, Faustino Cunha, Jorge Pereira.

Adotando a mesma metodologia, o n.º 2 do art.º 24 do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, diz o seguinte: nas discussões das Grandes Opções do Plano, PPI e Orçamento, do Relatório de Gestão e Contas e da Proposta de Revisão do Regimento, cada deputado Municipal pode intervir dez minutos da primeira vez e cinco minutos da segunda vez ou optar por uma única intervenção de quinze minutos, devendo manifestar à Mesa a opção que toma.

Eu convido os Senhores deputados municipais, quando efetuarem a sua intervenção, dizerem à Mesa se querem usar dez, mais cinco, ou apenas quinze minutos. É o que diz o Regimento.

Deputado Municipal Ricardo Garcia (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço uso do direito da palavra para apresentar à Mesa uma recomendação escrita para definitivamente fazermos cumprir o Regimento e a lei.

É de obrigação da Câmara Municipal de Mirandela, prestar a esta Assembleia, para fiscalização, todo o suporte documental inerente à Prestação de Contas da Câmara, das fundações e empresas municipais.

Mais uma vez perdemos aqui a oportunidade de fiscalizarmos as contas de todas as empresas, zelando assim pela transparência política.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Exm.º Senhor Presidente e ilustres Membros da Assembleia.

Que estamos numa conjuntura difícil, de contenção de despesa e redução do endividamento, já o sabíamos em 1 de janeiro de 2012 e até antes, em dezembro quando o orçamento foi aprovado!

Queixou-se o executivo de uma redução da receita, de 538.206,00 euros, que "*determinou uma intervenção urgente no que à sustentabilidade financeira municipal diz respeito.*"

Não se referiu o executivo ao acréscimo da receita de 577 mil euros, resultantes da arrecadação dos 5% do IRS, que em 2011 não foi feito.

Pois bem, vejamos um exemplo de gestão condicionada por uma expectativa conjuntural restritiva:

1 - O orçamento para 2012 começou logo (tal como os anteriores) por uma previsão excessiva de receita de 51,66M€, vindo a obrigar a uma correção em baixa para 33,8M€, de que resultou um grau de execução de 59%. Queria à parte lembrar que a oposição sempre tem vindo a criticar os orçamentos apresentados, por serem excessivos, inventados, extrapolados, mas depois parece que houve algumas forças que obrigaram a que eles fossem um bocadinho reduzidos, porque era escandaloso.

2 - Em 2012, o executivo da Câmara Municipal de Mirandela, para uma despesa total orçamentada em 19,7M€, assumiu compromissos de 43,334M€ (29,58M€ em Despesas Correntes e 13,75M€ em Despesas de Capital). Os compromissos que estão assumidos, terão que ser pagos.

Um passivo total de 47,3M€, representa um valor superior a 216%, para uma receita média de 20M€, que é a receita média da Câmara Municipal de Mirandela, dos últimos três anos a esta parte, não foi só em 2012, valores arrecadados, isto representa um passivo superior a 216% da receita média. Eu estou a citar o relatório.

Senhor Presidente, perante um quadro destes, de que vale estar a analisar individualmente as contas? O Executivo terá que se organizar para uma despesa corrente inferior a 15M€ e de 5M€ para despesa de Capital.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre esta questão, gostaria de dizer que nos revemos na declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista, na reunião do passado dia 08/04/2013, sobre os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2012, da Câmara Municipal.

Faço aqui a sua reprodução na íntegra, que diz assim:

Da análise dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão referentes ao ano de 2012, vale a pena refletir sobre as opções políticas estratégicas deste executivo, de maioria PSD e avaliar a implementação de medidas de diferenciação positiva para as empresas do nosso concelho e para os Municípios.

Podemos afirmar que à semelhança dos anos anteriores, a gestão do Município fica aquém do rigor orçamental exigido aos responsáveis políticos. Hoje torna-se ainda mais complicado justificar o buraco de 32 milhões de euros. E repito 32 milhões de euros.

Num concelho como o nosso, com 23.850 habitantes (INE 2011), cada um dos Municípios, incluindo os mais novos, teria que pagar um valor acima de 1.340 € para honrar os compromissos assumidos por este executivo. Tratando-se de um valor atual, a que crescem ainda os juros dos empréstimos contraídos. E

vejam... Chegámos a estes montantes com total desresponsabilização dos culpados por esta situação financeira.

Se nos dissessem, quando tínhamos 15 anos e andávamos na escola secundária, agora num estado miserável, que chegaríamos à falência das contas da Câmara e que os responsáveis não pagariam pela incompetência, não acreditaríamos. Porque nessa escola quem estudava e cumpria os regulamentos, tinha boas notas e aumentaria as probabilidades de seguir para o ensino superior. Na vida, em particular na má gestão pública, não se cumprem as regras, tiram-se más notas e não há qualquer penalização dos responsáveis. Quem paga somos nós. E estamos todos a pagar pela incompetência de uns quantos. É realmente, muito injusto.

Este é certamente o maior problema dos cidadãos, criado pelos políticos. Para chegar ao topo, não precisam de demonstrar que são excelentes gestores e políticos sérios, honestos e competentes. Tem a grande vantagem de que quando caem do cume, e acontece sempre – mais cedo ou mais tarde – não prestam contas a ninguém. Fazem dívidas, deixam empréstimos, gerem mal e ninguém é responsabilizado.

No País é frequente a desculpabilização com a gestão anterior, como referi na análise do ano passado. No entanto, em Mirandela são os mesmos que temos hoje aqui sentados.

Em resumo, acontece mais uma vez, o desnorte na elaboração de um Orçamento, que o torna irreal para 2012, como se pode constatar pela seguinte análise:

- **Na receita Previsional** com Dotação de 51.664.344,00 €, foi executado 20.548.846,92 € o que corresponde um grau de execução de 39,77% e um desvio orçamental de 60,23%.

- **Na despesa Previsional** com Dotação de 51.664.344,00 €, foi executado 43.332.028,86 € o que corresponde um grau de execução de 83,87% e um desvio orçamental de 16,13%.

Dado que a análise e dúvidas mais relevantes foram apresentadas e debatidas pelo Vereador João Casado, em discussão anterior à votação, destacamos nesta declaração de voto, três questões basilares:

1. Na receita, a execução foi de 20.548.846,92 € e após modificações a previsão ficou em 33.824.269,34 €. Em termos percentuais, arrecadamos somente 60,75€ do montante que prevíamos. Já do lado da despesa, gastámos 128,10% relativamente ao previsto. Ou seja, a execução foi de 43.332.028,86 € e a previsão após modificação ficou em 33.824.269,34 € (quadro 1);

2. Na despesa de 2012, foram apresentados aos valores das despesas correntes efetivamente pagas (15.257.023,16 €) e o valor das Despesas de Capital pagas (4.460.129,32 €), e não o valor das despesas realmente efetuadas (pagas e não pagas) que ascende a um montante global de despesa de 43.332.028,86 €, em vez dos 19.717.152,48 €, que constam do Relatório. Esta operação consegue criar um valor de despesa irreal equiparado ao valor da receita, e por outro lado afirma “acertaram o valor para contenção da Receita mas esqueceram-se de o acertar em contenção para a Despesa”;

3. O Princípio do Equilíbrio Orçamental (alínea e) do ponto 3.1.1. do Pocal refere que “O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”. No entanto, no ano de 2012 verifica-se, mais uma vez, o incumprimento deste Princípio, uma vez que não foram incluídas o total das despesas efetuadas mas o total das despesas pagas.

Plano de Saneamento (Empréstimo)	7.600.000,00€	100%
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	3.994.688,71€	53%
Associação de Municípios	780.676,36€	10%
Resíduos do Nordeste	599.898,43€	8%
Total a pagar a 3 fornecedores	5.375.263,50€	71%
Valor para pagar aos restantes	2.224.736,50€	29%

Esta operação de “cosmética financeira” compromete o valor real dos números que nos apresentam.

Convém ainda referir que o empréstimo a duas instituições bancárias, no valor de 7,6 Milhões de euros, incluído no Plano de saneamento financeiro da Autarquia, não paga os 19,5 Milhões de euros de dívida (pelos dados disponíveis) a fornecedores e empreiteiros.

Dos 7,6 Milhões de euros, 5,375 Milhões de euros, ou seja 71% vão servir para pagar a três fornecedores, a saber as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (53%), a Associação de Municípios da Terra Quente (10%) e a Resíduos do Nordeste (8%). O valor residual (29%) vai deixar por pagar muitas dívidas acumuladas ao comércio e empresas locais.

Como aconteceu em 2010, 2011 e agora em 2012, agravam-se as preocupações com as contas deste executivo.

Demonstra ser incompetente para gerir eficazmente o dinheiro público, cada vez mais escasso.

À semelhança de anos anteriores não conseguiu atrair novos investimentos, criar condições de inverter a tendência crescente do desemprego no concelho, melhorar os apoios sociais, incentivar a economia local, estimular o turismo, qualificar as nossas escolas, concluir projetos há muito parados (Museu

do Azeite), iniciar projetos há muito adiados (complexo desportivo, polidesportivos de Carvalhais e do Romeu, escola de artes, habitações sociais).

Como disse no início desta declaração, vale a pena refletir sobre as opções políticas estratégicas deste executivo. Vejamos as prioridades...

É prioritário investir na construção do edifício da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, do IPB, mas não é urgente e inadiável investir na qualificação das nossas escolas Luciano Cordeiro e a Escola Secundária?

É prioritário investir num hospital privado, mas não é urgente e inadiável bloquear a saída desenfreada de valências, que põe em causa o funcionamento dos nossos centros de saúde e unidade hospitalar, abandonando a prestação de cuidados de saúde de qualidade aos nossos Municípios?

Não é prioritário o investimento de uma unidade móvel de saúde, que existe em tantos concelhos nossos vizinhos?

Constrói-se ou não, o anunciado acesso ao nó oeste de Mirandela?

A redução das taxas aos Municípios e empresas sedeadas no concelho é uma medida de diferenciação positiva, que deveria ser aplicada em Mirandela. Havendo rigor na gestão do Município, facilmente se poderia aliviar a carga fiscal das nossas famílias e empresas. Ou seja, reduzindo a despesa em gastos supérfluos, não precisamos de arrecadar mais receita paga pelos Municípios.

Mirandela não tem um Plano Estratégico.

Não são planeados os investimentos prioritários nem a aposta na distinção de Mirandela nos setores da educação, da saúde, do turismo, da agricultura e agroindústria.

Onde queremos estar daqui a 20 anos? Como vamos fazer para lá chegar? Foram antecipados os impactos das alterações de rotas de excursionistas com as novas vias do IC5 e IP2. Foram avaliadas soluções e alternativas? É óbvio que não.

A verdade é que Mirandela tem grandes desafios no futuro.

Investir na mobilidade dentro do concelho, apostar na agricultura e no desenvolvimento rural, divulgar as vantagens de viver em Mirandela (redução de impostos, acesso a cuidados de saúde de qualidade e a uma educação de excelência), criar rotas de turismo religioso (temos igrejas deslumbrantes), dar a conhecer o concelho aos nossos jovens, as tradições (se fizéssemos um inquérito a alunos do secundário, veríamos quantos conheciam todas as freguesias e o mundo rural), abrir este Palácio dos Távoras aos nossos visitantes. Enfim...mais projetos, ideias inovadoras e melhores gastos.

Não é impossível, basta canalizar as energias para implementar soluções que as pessoas reconhecem como vantajosas.

Acredito que se conseguem bons resultados sem ter que fazer trabalho menos transparente em períodos eleitorais, pressionar os nossos conterrâneos pelo emprego, por este ou aquele benefício, com estas e outras ameaças.

Essa é a parte da vida política que gasta energia, produz ruído e não trás nada de bom, só leva ao afastamento progressivo dos melhores quadros.

A verdade é que Mirandela tem: condições naturais (uma beleza estrondosa), humanas (pessoas trabalhadoras e afáveis; temos talentos únicos no desporto, na música, na restauração, entre outras) e conjunturais (excelentes empresários, estruturalmente empreendedores) e também um bairrismo saudável que aproxima os nossos à Terra.

A Mirandela falta gestão rigorosa das contas públicas e orientação do poder político. Falta transparência e cultura democrática. Falta um orçamento participado e a aproximação dos cidadãos aos órgãos de poder local. E permitam-me, porque é importante: falta responsabilidade, transparência e humildade na governação.

Deputado Municipal António Figueiredo (PS):

Esta declaração de voto que o Senhor deputado municipal, o Senhor Jorge Pereira veio aqui textualizar, para mim é frouxa, é ridícula e não traz nada de novo ao concelho e Mirandela. Eu digo-lhe porquê Senhor deputado. Por acaso sabe quanto o anterior governo gastou no DGV, em papelada? 300M€, Senhor deputado. Sabe quanto vai pagar pelas indemnizações, Senhor deputado? 400M€, que dava para pagar as dívidas das câmaras, praticamente. E vem-me para aqui com esta retórica política nefasta, daquilo que não diz nada, não traz nada de bom para o concelho e vem para este palanque a tentar criar situações de quiusque, onde elas não existem. Valha-me Deus, Senhor deputado!

O Senhor é partidário também, como o ex-governante Mário Soares, é porque é um troca tintas, neste caso, porque diz assim o ex-governante Mário Soares:

“Eu sou partidário da tese da Argentina e do Brasil, que quando estavam nesta situação diziam: não pagamos.” Então não vamos pagar também nós! Não pagamos, não pagamos, afirma o Dr. Mário Soares ao jornal online no Brasil. É isto credibilidade?

Tenha bom senso e tenha credibilidade, em vir para este palanque e dizer a verdade.

Nem tudo está bem, nisso concordo consigo, mas não venha para aqui deitar lama para os olhos das pessoas que elas têm forma biónica, têm vida e pensam.

Presidente da Assembleia Municipal:

O deputado Pedro Fonseca, quer intervir? Faça o favor.

É para defesa da honra? Só se for, porque o deputado tem um minutinho.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma vez que foi aqui quebrado o Regimento e que já se pode falar em todos os pontos de assuntos diversos, estávamos a falar do orçamento e veio-se aqui argumentar com a política nacional. Nesse caso também teremos todo o direito de argumentar doutras situações.

Vir para aqui tentar justificar a dívida colossal da Câmara Municipal e responsabilizar a má gestão deste executivo durante anos com a situação do anterior governo PS, é lamentável e é redutor da gestão que tem sido feita nos últimos anos desta Câmara Municipal.

Eu quero aqui dizer que existem (graças a Deus) bons exemplos da gestão autárquica também no Partido Social-democrata e queria aqui apontar a gestão da Câmara Municipal de Mogadouro, que é uma das melhores Câmaras Municipais em termos de gestão.

Aqui não se trata de partidos. Trata-se de individualizar cada situação e apontar responsáveis pela má gestão e danosa dos dinheiros públicos de todos nós. Vir justificar o erro deste executivo com os erros do Partido Socialista no governo é lamentável.

Já que foi quebrada a regra, eu pretendo, neste momento, apresentar uma moção:

“Em defesa dos Micro, Pequenos e Médios Empresários”

O tecido económico do concelho, em particular da cidade de Mirandela é caracterizado por uma significativa densidade de estabelecimentos do comércio tradicional, de restauração e hotelaria, de pequenas indústrias, do ramo automóvel, de serviços (farmácias, cabeleireiros, gabinetes de contabilidade e projetos, clínicas, ginásios, etc.), entre outros.

Todos estes setores estão a passar por uma fase muito difícil, resultante do cada vez mais reduzido poder de compra das populações, do agravamento da carga fiscal, nomeadamente com o IVA da restauração a 23% da nova Lei do Arrendamento Comercial, permitindo aumentos inaceitáveis de rendas e facilidades de despejo.

As linhas de crédito anunciadas estão longe de permitir o acesso dos micros e pequenos empresários ao crédito. A justiça permanece onerosa e demorada. O há muito reclamado Apoio Social em caso de insolvência ou encerramento forçado, contemplado no Orçamento do Estado para 2013, veio acompanhado da TSU de 29,60% para 34,75% e possível utilização só a partir de 2015.

Apesar das principais medidas passarem por políticas nacionais, o Município, no exercício das suas competências, pode dar um contributo para a defesa e dinamização das micros, pequenas e médias empresas, nomeadamente em termos de derrama, das taxas e tarifas, da percentagem do IMI a cobrar, dos horários do comércio, da segurança contra incêndios, assaltos ou meros acessos a estabelecimentos comerciais e industriais, da animação das zonas comerciais de cada núcleo urbano, da iluminação de Natal, da limpeza urbana, do embelezamento dos espaços, da redução ou do aumento das taxas dos reclames, toldos, esplanadas e outra ocupação da via pública, bem como de todos os regulamentos relativos às atividades industriais e comerciais. A par da questão central do pagamento atempado de serviços e bens adquiridos às pequenas empresas.

Assim, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida a 29 de abril de 2013, decide:

1- Reclamar do Governo medidas urgentes na Fiscalidade, nomeadamente reduzindo o IVA da restauração, reposição dos apoios à interioridade, particularmente no IRC, no crédito, no apoio ao investimento, com programas adequados do QREN e em especial para o Comércio, na Justiça, não afastando mais dos cidadãos e empresas, na alteração da legislação do Arrendamento, que deve assegurar a estabilidade negocial e de apoio Social, com a entrada em vigor logo que os empresários tenham carreira contributiva suficiente.

2- Recomendar ao Executivo Municipal:

a) Que analise a possibilidade de isentar ou reduzir temporariamente algumas taxas (reclames, toldos, utilização da via pública), ou mesmo impostos (IMI, Derrama) e simplifique o respetivo processo de licenciamento a estabelecimentos dos setores da pequena indústria, do comércio tradicional, da restauração e dos serviços;

b) Que promova a criação de um Conselho Municipal para as Atividades Económicas, que junte representantes das associações empresariais e sindicais do setor, com o objetivo de contribuir para um melhor conhecimento da realidade de cada setor, para a definição de estratégias de desenvolvimento e apoio às decisões a assumir pelo Município.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente da Mesa, por inerência, Senhores Secretários, Senhores Deputados Municipais, distinto Executivo Municipal e restantes Vereadores em regime de não permanência.

Eu queria ser breve e dizer que a intervenção do Senhor deputado Figueiredo, me pareceu muito infeliz, muito pouco diplomática e ética e que não é preciso falar tão alto. Penso que nenhum de nós nesta

sala estará assim tão surdo para nos fazermos ouvir uns aos outros. Infelizmente já estamos habituados a este tipo que eu chamo de incidentes, que ele nestas e noutras situações costuma fazer. Emprega muito a palavra “valha-me Deus”, então eu respondo: vala-lhe Deus a ele, se tiver por donde.

A declaração de voto que os Senhores Vereadores do Partido Socialista fizeram e que é subscrita na íntegra pelo grupo parlamentar do Partido Socialista é uma declaração bastante concisa, bastante descritiva e que reflete o nosso desencanto e o nosso desgosto por esta Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2012.

Não temos que estar a desviarmo-nos para métodos de governo anteriores, que funcionaram a partir de S. Bento, de Belém, da Assembleia da República, não estamos aí, porque se tivéssemos sido eleitos, teríamos toda a legitimidade. Não vamos estar a refugiarmo-nos nessas situações, porque não é lícito, não é legal, não tem cabimento nenhum.

Estamos a falar dum governo municipal e que se tem verificado que ao longo de vários anos de governação contínua tem contribuído para as contas estarem como estão, isto é, estarem muito mal. É bom lembrar, até quando este Executivo em funções, que praticamente está a funcionar a 50%, porque a começar pelo Senhor Presidente, que foi eleito e não disse a ninguém que ia abdicar do seu mandato, a meio do mandato, foi-se embora, se calhar não viu grandes horizontes. Estamos a falar no caso da Senhora Vereadora e ex-Vice-Presidente do município, Dr.ª Gentil Vaz, uma pessoa que eu respeito e sempre respeitei, com quem se podia sempre falar e debater os assuntos. Uma pessoa amigosa, aliás o próprio nome dela, quando diz “Gentil”, uma pessoa gentil e íntegra. Quando ela saiu e abandonou este Executivo também nada foi explicado. Saiu sem dar azo a grandes discórdias dentro do grupo parlamentar do PSD e deste Executivo porque ela não viu neste Executivo grande futuro nem grande horizonte.

Perante estes factos e perante estes argumentos, o grupo parlamentar do Partido Socialista, só tem a responder, a esta Prestação de Contas e Relatório de Gestão apresentados, o Partido Socialista tem que votar forçosamente contra.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vamos ver se colocamos um bocadinho de ordem nisto porque parece que só os dos cabelos brancos é que vêm aqui falar das contas, ali o meu amigo Faustino... Haverá eleições este ano? É capaz.

Quero dizer ao Senhor deputado Jorge Pereira que toda a gente aqui sabe ler. Não há ninguém analfabeto porque todos leram a declaração de voto dos partidos. E quero dizer também ao Senhor deputado Carlos Fraga, que umas vezes é independente e outras vezes é do PS. É conforme lhe convém e nunca deve fazer juízos de valor. Quem sai e quem entra é livre de o fazer, por isso se fez o 25 de Abril, Senhor deputado. Ou foi só para si?

Eu vou falar das contas que foi aquilo que vocês não fizeram.

O Relatório de Atividades e Conta de Gerência de 2012 da Câmaras Municipal, é como de costume apresentado a esta Assembleia Municipal, dando cumprimento ao art.º 64 da Lei 169/99, de 18 de setembro.

Como nos anos anteriores, entendo que as “Contas” são da competência do Tribunal de Contas pois tecnicamente elas estarão corretas e serão eles que irão ou não validar esses resultados.

Relativamente ao Relatório de Atividades é que devemos fazer uma análise política da atividade desenvolvida durante este ano.

Estes documentos são geralmente interpretados de maneiras diferentes, quer pela oposição, quer pelo grupo parlamentar do PSD, que apoia o Executivo em permanência.

Em relação às intervenções da oposição é o costume. Fazem o seu papel e realçam os aspetos que mais lhes interessam, sabendo que não estão corretos ou não referem aquilo que os podem prejudicar nas suas intervenções. Enfim, não podemos criticar pois cumprem o seu papel de oposição. Compete-nos a nós, que apoiamos o executivo, refutar essas opiniões e lembrar aquilo que eles, apesar de saberem, não querem admitir.

O documento é tão explicativo que é impossível fazer uma análise muito detalhada, mas em síntese gostaria de realçar alguns pontos:

- Verificamos que durante o ano de 2012 houve um aumento nas receitas e despesas, mas isso deve-se à integração dos Serviços Municipalizados;
- Outro ponto que me chamou a atenção foi a execução de dois milhões e cento e vinte mil euros em funções sociais, representando 39,85% das despesas totais do Plano de Atividades, onde estão incluídos os transportes escolares, o fornecimento de refeições escolares e transferências para várias instituições. Numa palavra, gastos com os municípios num tempo que não é fácil para ninguém;
- Constatei que temos 98% de cobertura de água e saneamento no concelho e de 100% na recolha de resíduos. Poucos concelhos se podem gabar deste feito;
- Houve uma execução do Plano de Atividades de 61,88%, um valor muito superior ao de 2011, apesar de termos uma lei dos compromissos que dificulta qualquer gerência.

Em relação à dívida, temos que dizer o seguinte:

- Todas as dívidas estão no relatório, ao contrário de algumas câmaras que as não mencionaram;

- Pela primeira vez a dívida desceu, o que nunca tinha acontecido;
- O valor da dívida situa-se entre os 21 e os 22 milhões de euros;
- Neste valor estão incluídos os 12 milhões, referentes a águas, saneamentos e resíduos. Esta dívida existe entre a Câmara e as Águas de Portugal, em que se assinou num protocolo entre ambas, em que o preço da água em alta é um e eles querem faturar outro preço, muito mais elevado. Quando este diferendo se resolver e se as Águas de Portugal ficarem com a venda em baixa das águas, a dívida diminuirá consideravelmente e ainda receberemos uma renda pela utilização das infraestruturas;
- No entanto é preciso referir que relativamente a águas e resíduos, a Câmara tem um prejuízo mensal de cento e vinte mil euros ou seja um milhão e quatrocentos e quarenta mil euros anuais, isto sem contabilizar a manutenção destes serviços;
- Se isto não se resolve teremos um aumento da dívida todos os anos, de dois milhões de euros;
- Como resolver esta situação?
 - Ou se chega a um acordo com as Águas de Portugal, ou se aumentam as taxas da água e dos resíduos, o que é manifestamente impossível devido ao sufoco das pessoas, provocado pelas dívidas deixadas pelo governo anterior.
- Para quem gosta de fazer análises de comparações, verifiquem os preços da água e resíduos de outros municípios, que não são muito longe do nosso

Em relação às declarações de voto da oposição, apraz-me registar o seguinte:

- Concordo com muitas coisas que o PS disse, mas que não tirou conclusões dessas afirmações;
- Referiu “A Escola Secundária onde estudou se encontra muito degradada.” Concordo plenamente, mas eu nunca ouvi criticar o governo anterior pela loucura que cometeu no arranjo de escolas no litoral, que nem em países mais ricos existem e agora não há dinheiro para o seu funcionamento, tão dispendioso que ele é. Também não os ouvi quando esse mesmo governo anulou o concurso da Escola Secundária de Mirandela porque a empresa que ganhou não lhe era afeta baseado num pormenor de que os contentores onde se iam dar aulas não tinham sido contabilizados.

Temos que ser sérios nas análises que fazemos:

- Refere “Na vida, em particular na gestão pública, não se cumprem regras, tiram-se notas e não há qualquer penalização dos responsáveis. Quem paga somos nós. E estamos todos a pagar pela incompetência de uns quantos. É realmente muito injusto.” Eu não era capaz de sintetizar tão bem, é profundamente injusto estarmos a pagar as dívidas deixadas por outros e para as quais nada contribuímos. Ainda hoje não compreendo porque razão o governo socialista nacionalizou o BPN que era privado. Os culpados deviam ir para a cadeia e os prejuízos eram dos acionistas. Crime é roubar alguma coisa para comer.

- Relativamente à saúde, culpabiliza a Câmara pelos maus cuidados existentes no concelho, acusando-a de investir no Hospital Terra Quente.

Quem destruiu a saúde no concelho, no distrito e em todo o interior?

Foi a Câmara de Mirandela?

Tenhamos memória e neste ponto tantas culpas tem o anterior como o atual governo, para eles só conta o grande número de votos do litoral.

O Hospital Terra Quente é uma pedra no vosso sapato. Têm que admitir que perderam a aposta.

Quanto à declaração do PP é mais do mesmo, quem se recorde das anteriores já sabe o que diz esta. O que é interessante é que os dois partidos apresentam números diferentes em relação ao mesmo documento. Em, política a mesma coisa, para uns é branca e para outros é preta. É a vantagem de estarmos em democracia e podermos dizer o que quisermos.

Numa coisa são coerentes, votaram contra o Plano de Atividades e votaram contra o Relatório e Contas. Mas isto não é novidade, foi, é e será sempre assim. Nesta Assembleia Municipal as oposições votaram sempre contra estes dois documentos. Eu até desconfio que se por hipótese os documentos fossem feitos por eles, continuavam a votar contra.

Mas confesso que ainda não consegui compreender qual a razão pela qual os seus partidos não reconhecem o valor destes vereadores e resolveram apresentar outros candidatos para as novas eleições autárquicas. *“Há razões que a própria razão desconhece.”*

Nesta altura o povo costuma dizer que já cheira a primavera e eu digo que já cheira a eleições. Ninguém é político e até se fala mal deles, mas já se começam a movimentar para arranjar um lugar ao sol, nem que para tal se tenha que virar o casaco, é preciso, é estar na primeira linha.

Mas não criem muitas ilusões, quem manda são os eleitores e eles querem factos, já não vão em demagogias, meias verdades ou promessas que qualquer pessoa vê que não podem ser cumpridas.

Mas apesar de todas estas contrariedades, é de louvar o trabalho que o Executivo em permanência fez durante o ano de 2012. Minorar os efeitos da crise na vida das pessoas, foi o objetivo principal deste Executivo PSD.

Para terminar, o grupo parlamentar do PSD vai votar favoravelmente o Relatório e Conta de Gerência de 2012 porque o seu trabalho contribui para o desenvolvimento e progresso do nosso concelho.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Senhor deputado.

Deputado Luís de Sousa, é para intervir? Faça favor.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

E vou ser muito rápido, Senhor Presidente e Senhores deputados, só para dizer o seguinte:

De facto, na Prestação de Contas a gente tenta focar muito nos dados que são fornecidos pela Câmara e é maçudo estarmos aqui a ouvir repetidamente, os rácios que são apresentados e a interpretação como disse e bem, o deputado Dinis, nós faremos a nossa, tocando nalguns pontos que consideramos mais críticos e a maioria fará o seu trabalho de defender a gestão da Câmara.

Não é novidade a nossa posição, é provável que não seja novidade, mas também não é novidade os níveis de endividamento que esta câmara assumiu. Também não são novidade os níveis de endividamento perante terceiros e fornecedores que esta câmara assumiu. Não deixa de ser novidade, os orçamentos com que todos os anos fomos aqui confrontados, com previsões de receitas que nunca foram conseguidas e previsões de despesa que nunca foram cumpridas. Não é novidade e nós acabamos por repetir mais do mesmo.

Eu não entraria pelos números mas pelas opções políticas, que foi isto que várias vezes aqui pedimos ao Senhor Presidente que nos clarificasse quais eram essas opções políticas, o que é que teria que ficar de fora, não dá para fazer tudo. Esta Câmara nunca esteve assim tão endividada.

Vamos ter eleições, sim, não sei quem é que vai ficar a seguir. Nós não saímos nas notícias, saímos pelas boas razões, que se devem a organizações da sociedade civil. Quando se trata de notícias da Câmara, saímos pelas piores razões.

Opções políticas: minorar os efeitos da crise, uma maior intervenção social. Eu não sei quais são os efeitos práticos que está a ter por exemplo com a criação de emprego, sendo certo que a Câmara não pode empregar toda a gente, como costuma ser prática nalguns municípios.

Faço a mesma questão que fiz outrora ao Senhor Presidente da Câmara que nos elucide quais são as obras que vai deixar de fazer. Eu acho que mais ou menos já estamos cientes das que vai deixar de fazer. basta olhar para elas, ver o número de meses que faltam até ao final do mandato, ver a dívida que têm para fornecedores e ver a dívida que têm à banca e o que está, ficou.

Eu não vivo no município, é verdade, mas vivi cá muitos anos e é essa a razão porque estou aqui eleito, a representar este município, com muito orgulho.

Provavelmente não estarei cá no próximo mandato, é uma opção que faço. Cumprir ou procurei cumprir com o meu dever. Tentei dar o meu melhor, dar um bom contributo para que elevássemos o nível de discussão das matérias que dizem respeito ao nosso município, para que discutíssemos as opções políticas e a gestão de uma forma saudável. Mas é verdade que, continua a ser uma cidade agradável para viver. Podia estar melhor, eu acho que podia. Vejo a zona histórica muito decadente.

De facto sentimos todos a crise mas sentimos por todo o país. Não é único desta região. Se calhar esta região até acaba por ter algumas atividades económicas que vão de certa maneira minorar alguns efeitos da crise, até o próprio apoio familiar que ajuda a colmatar alguns desses efeitos.

Agora, não posso dizer que esta autarquia tem umas finanças saudáveis e que se recomenda. Se vão procurar fazer melhor, se vão procurar corrigir, certamente não será nos próximos seis meses. Isto foi o que foi, foi o resultado de vários anos de más decisões do ponto de vista de recrutamento, de obras que deveriam ter sido pensadas.

Eu sei que todos os presidentes gostam de deixar a marca da obra feita mas eu acho que mais do que a marca da obra feita é deixar as contas minimamente saudáveis porque isto tem efeitos que se replicam depois na economia local.

São opções estratégicas que têm que ser feitas. Não se pode fazer tudo. Não se pode querer tudo. Alguma coisa tem que ficar de fora e foi isso que ao longo dos anos não foi feito.

E a somar a isso, uma política de recrutamento que também não me pareceu a mais saudável, como foi a justificação da contratação de dois juristas porque havia mais leis e eram precisos mais juristas. Agora percebi porque os recrutaram, porque há um fluxo brutal de revisões de regulamentos nesta Assembleia e pelo menos algum trabalho estão a ter.

É isto que eu deixaria aqui como leitura política, desejando votos de bom trabalho a quem vier a seguir para poder equilibrar e saldar as contas da Câmara.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor Presidente da Câmara, se quiser responder, por favor.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente em regime de substituição, Senhores Deputados.

Gostaria de começar por dizer que é importante que fique claro nesta reunião. Estamos a discutir a Prestação de Contas referente ao ano de 2012 e não do ano de 2013. Nem é o orçamento do ano de 2013.

Uma saudação profunda e reconhecida aos funcionários municipais. Este ano de 2012, foi um ano particularmente difícil para todos eles, por vários motivos. O principal tem a ver com o processo de certificação que culminou na certificação no ano de 2013, embora o trabalho e as auditorias tenham sido realizadas durante o ano de 2012.

Esse trabalho culminou numa reestruturação de serviços que muito nos orgulha, mas principalmente, culminou também no reconhecimento daquilo que é o papel destes colaboradores da Câmara Municipal e dessas pessoas que no dia a dia nós temos tendência sempre para olhar de forma meio enviesada. Muitas vezes esquecemo-nos que, para lá das suas funções correntes, diárias, naturais, associadas à nossa atividade, como sejam limpeza, como sejam as redes, cumprem um papel incrível na sociedade mirandelense.

Muitos daqueles que apontam o dedo, são os primeiros a dirigirem-se à Câmara Municipal, quando querem fazer alguma coisa. Às vezes não têm sequer a capacidade para mexer um banco na rua, para montar uma tenda ou para fazer seja o que for. E os funcionários municipais têm a flexibilidade e a capacidade de responder em todos os momentos, a todas as solicitações, em todos os locais.

2012 foi um ano difícil para todos devido a diversas atitudes nacionais que puseram em causa a sustentabilidade das suas vidas e as suas remunerações, incluindo a a redução das horas extraordinárias. Nesse sentido, devo dizer que o ano 2012 foi um ano atípico.

Aceito as críticas naturais mas estamos aqui de cabeça levantada quando apresentamos um documento. Mas fico confuso, quando alguém que eu respeito me apresenta aqui números, que das duas uma: ou é para brincarmos com isto "salvo seja", ou então as contas andam mal feitas. Quarenta e sete milhões de euros, eu sugeria uma reciclagem. Acho que essa reciclagem é fácil, é muito simples.

Hoje em dia há documentos que são públicos. Nós somos controlados pela DGAL online, isto é, tudo o que fazemos, pela famosa lei dos compromissos, no momento em que o fazemos ou antes de o fazermos, depois de o fazermos, quando o fazemos...eu costumo dizer a brincar - aliás os Senhores Presidentes das Juntas já me ouviram dizer isto 50 vezes - que agora tenho um semáforo, quando está verde, avanço, quando está vermelho, paro. Esta é a nossa gestão. Falar em 47 milhões de euros, é no mínimo, olhar para esta Câmara e não entender minimamente o trabalho que está a ser feito.

Mas, pelo menos podiam-se entender o CDS/PP e o PS, porque uns falam em 47 e outros falam em 36...entendam-se!...

A dívida que nós apresentámos é a dívida que está registada legalmente e o que eu gostava de ouvir aqui, a quem fizer uma análise séria a este documento, é dizer assim: é verdade que nós temos mais receitas, é verdade que nós tivemos um milhão e meio de receitas por ano, desde há dois anos, mas a verdade é que este ano diminuimos de dívida e o que está aqui escrito, não é por acaso...este ano de 2012, diminuimos de dívida. Este ano fizemos esse esforço necessário para entrar nesse caminho da diminuição da dívida efetiva líquida. Está plasmada neste documento, está registada neste documento e é evidente que ainda temos muito caminho que trilhar. Este ano fizemos uma diminuição líquida de funcionários, que está registada nesse documento. Este ano fizemos opções difíceis para a nossa gestão.

Mas a mim, o que ainda me dói mais, são certas hipocrisias, que oiço aqui, por vezes.

Quando dirigentes pediam: fornos; praias fluviais; etars; bairros recuperados!...Nessa altura não havia problemas porque alguém pagava, alguém estava por detrás e suportava, tudo aquilo que se achava natural à sua aspiração e hoje chegamos aqui e dizemos...não, afinal não, houve uma má gestão...é verdade. Nós errámos quando decidimos apostar na cobertura integral da rede de saneamento no nosso concelho...é um erro para alguns que não vivem cá.

Agora a verdade é que nós hoje temos uma rede de água e saneamento completa no nosso concelho. Foi um investimento enorme. Hoje em dia penaliza-nos, é verdade. Contudo, eu sinto-me muito satisfeito com essa opção. Ando de cabeça levantada porque sei que a minha população, em termos de salubridade, está em níveis de equivalência com a população urbana. É assim que se faz a coesão dentro dum concelho.

E também o fizemos noutras áreas, também o fizemos na área da qualificação dos equipamentos, também o fizemos na área da qualificação das acessibilidades.

Pela primeira vez, durante muitos anos, houve uma equivalência entre o meio rural e o meio urbano e isso está claramente descrito nestes documentos que vocês aí têm porque está lá tudo o que foi realizado, o que não foi realizado e a evolução do que não foi realizado.

Quando me falam em redução de investimentos, naturalmente que houve opções. E já aqui foi dita uma: a Câmara Municipal optou por construir a Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, em favor doutras obras que se calhar eram importantes também, como a requalificação deste edifício. Isso está claro no Plano de Saneamento Financeiro que trouxemos aqui na última Assembleia. Está lá o mapa com o que nós nos comprometemos e está lá a transferência de verbas que fizemos.

Nós hoje não andamos a dizer o que não fazemos. Nós hoje apresentamos aqui o que fizemos. E principalmente não temos qualquer problema em vir aqui e assumir aquilo que fizemos. Houve um exagero de infraestruturação? Perguntem a quem está no nosso concelho, perguntem a quem neste concelho o tem. Houve um exagero no apoio à sociedade civil? Perguntem à cobertura que temos, integral, dos lares residenciais. Perguntem ao nível de equipamentos, quem esteve lá para apoiar? E quem neste momento sabe, que temos que fazer uma inversão de percurso.

Estamos a fazer essa inversão, e estamos a assumi-la, mas continuamos a manter o caminho que pretendemos. Podemos ir mais devagar? Vamos mais devagar. Podemos ir com mais dificuldades? Vamos com mais dificuldades. Mas num ano difícil, num ano terrível como foi o anterior, conseguimos esse objetivo, diminuir e diminuimos. E vamos continuar a diminuir hoje e para o futuro porque é assim que nós fazemos, nós somos determinados.

É evidente que há olhos que não veem e às vezes nem queremos que vejam porque também só veem para um lado e a verdade é que há olhos que não conseguem ver...eu não quero sequer...enfim, que esses olhos olhem para mim...não preciso. Olhem é para Mirandela. Não sejam hipócritas...olhem para o que às vezes apontam como a obra é sua e que às vezes tiveram uma intervenção, que a gente sabe muito bem porque somos todos de cá, estamos em Mirandela, vivemos em Mirandela e também sabemos como é que as coisas foram feitas.

Quando vejo puxar galões sobre obras que foram feitas nesta terra ou sobre iniciativas que foram tomadas nesta terra, muitas das vezes encolho os ombros porque sei muito bem qual foi a participação de pessoas que aqui vêm, em nome de Deus ou de seja lá quem for, defender aquilo que eu sei como foi feito e os processos como foram feitos.

Apresentámos hoje o Relatório de Contas, apresentámos a forma como nós trabalhámos durante este ano (2012), mas também digo que apresentámos a filosofia do que foi durante anos, a necessidade, e infraestruturar este concelho. E eu gosto que falem em dados, como ouvi aqui, de 98% de cobertura. Não foi a Câmara Municipal que o escreveu, foram os censos. Vão ver outros concelhos. Vão verificar. Há opções do passado que foram difíceis. É verdade que há opções que nos penalizam, como por exemplo a adesão às Águas de Trás-os-Montes. Todos sabemos. Não é uma realidade local mas uma realidade de várias câmaras da nossa região. Nós estamos a aguentar, estamos a negociar e não penalizamos a nossa população.

Verifiquem quais são as tarifas que são realizadas e quais são as tarifas que foram feitas.

Aderimos ao PAEL? Não o fizemos, e porquê? Porque significava uma penalização enorme para os nossos municípios e significava que nós nos íamos colocar do outro lado. E hoje estamos aqui sem penalizações fiscais nestas áreas, como na água, saneamento e outras, a aguentar durante o ano e a diminuir. Não houve solidariedade, fomos nós que o fizemos sem penalizar a nossa população.

Assim, quando se diz que não dá para fazer tudo, aceito claramente esse pragmatismo, que é o pragmatismo deste país neste momento, que eu assumo também, quando apresento este documento referente ao ano anterior, mas quando apresentei o orçamento do outro ano e quando fizemos a diminuição que fizemos.

Eu recordo que nós baixámos o orçamento para valores muito inferiores ao que sempre aconteceu porque hoje em dia somos pragmáticos nessa abordagem e essa abordagem e esse pragmatismo estão aqui. Nós sabemos o que fizemos, sabemos muito bem que estamos a pagar por isso mas sabemos também muito bem que a qualidade de atendimento que temos para a nossa população, tem que necessariamente ser reconhecida e é isso que nós exigimos num documento como este.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor deputado, é para? Mas rapidamente.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

O Senhor Presidente sabe que eu sou sucinto naquilo que digo e portanto não vou ocupar muito tempo mas gosto que ficamos todos esclarecidos.

Queria reafirmar que todos os números que apresentei são fundamentados no Relatório de Contas e que o total do passivo de quarenta e sete milhões de euros, está a páginas 11 do balanço.

Nesse sentido, agradeço a intervenção do Senhor Presidente e concordo com ela em que chegou à conclusão que os orçamentos eram muito empolados e resolveu torná-lo mais próximo da realidade. Congratulo-me por isso.

Muito obrigado Senhor Presidente.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Um tipo de linguagem que já uma vez foi objeto de reparo e que eu volto a frisar. Não há distinção entre eleitos não residentes e residentes. Cuidado ao tipo de referências que o Senhor nunca ouviu da minha palavra, Senhor Presidente, dizer que eu não queria infraestruturas para as pessoas que residem neste município, acho que é um bocadinho de contenção. Nesta Assembleia, isso nunca foi motivo de distinção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então passar à votação:

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Prestação de Contas e o Relatório de 2012, da Câmara Municipal de Mirandela, foi aprovado por maioria, com 15 votos contra e 49 votos a favor.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 64 membros dos 75 que a compõem, deliberou, por maioria, com 15 votos contra e 49 votos a favor, aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2012 da Câmara Municipal.

PONTO 4.3 – INVENTÁRIO DA AUTARQUIA – 2012.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 08 de abril de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor e uma abstenção do Senhor Vereador do CDS/PP, Arq.º Nuno de Sousa:

- 1 – Aprovar o Inventário da Autarquia de 2012, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64 da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro;**
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e respetiva avaliação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64, alínea c) do n.º 2 do art.º 53 e n.º 2 do art.º 49, todos da mencionada Lei.”**

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo intervenções, vamos já votar este ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

O Inventário da Autarquia de 2012, foi aprovado por maioria, com 0 votos contra, 1 abstenção e 63 votos a favor.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 64 membros dos 75 que a compõem, deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 63 votos a favor, aprovar o Inventário da Autarquia de 2012, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais.

PONTO 4.4 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE MIRANDELA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de março de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a alteração do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Deputadas municipais e deputados municipais, espero que tenham tido um bom almoço e que venham com ânimo para a segunda parte desta sessão da Assembleia Municipal.

Vamos passar ao ponto 4.4, Proposta de Alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela.

Permitam-me dizer o seguinte:

Esta Proposta surge hoje aqui nesta Assembleia Municipal, sob sugestão de alguns elementos desta Assembleia Municipal.

Para além das instituições ou representantes que faziam parte do Conselho Municipal de Segurança, com esta alteração, farão parte desse conselho, a Junta de Freguesia de Abreiro, que de certa forma representa as freguesias do sul do concelho de Mirandela, a Unidade Pastoral de Mirandela, um representante da APPACDM e um representante da delegação de Mirandela da ASAE.

A ideia do Executivo é de não excluir ninguém que possa ser útil para fazer parte deste conselho.

É verdade que quanta mais gente tiver o Conselho Municipal de Segurança, mais difícil é ter quórum. Eu acho que já houve, infelizmente, algumas experiências que corroboram esta afirmação.

Está aberto o período de inscrições, quem se quiser inscrever, faça favor.

Temos o deputado Agostinho Beça, Pedro Fonseca e Faustino Cunha

Tem, a palavra o deputado municipal Pedro Fonseca.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Muito boa tarde a todos.

Queria apenas fazer um Requerimento:

“Exm.º Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

No uso do seu direito e em respeito pela legislação em vigor, a CDU vem por este meio e através do seu eleito na Assembleia Municipal de Mirandela, requerer junto de V. Ex.ª a ata da reunião do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela, realizada em 13 de março de 2013.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Se me permitem, quero acrescentar o seguinte:

Em conversa com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, entendeu-se por bem, publicitar as atas do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela, no portal do município de Mirandela.

Creio que não há grandes problemas a esse nível, posso-lhe garantir que a parti de agora, assim vai ser. Já não poderei dizer o mesmo relativamente às atas da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mirandela, por razões óbvias, como bem entendem, de preservação da privacidade e da intimidade dos menores, crianças, jovens e respetivas famílias.

Não há qualquer problema em publicitar essas atas. É verdade que nunca o fizemos mas vamos fazê-lo, também por uma questão de transparência e de verdade.

Tem a palavra Agostinho Beça, por favor.

Deputado Municipal Agostinho Beça de Sousa (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre o Conselho Municipal de Segurança, peço desculpa por alguma ignorância sobre esta matéria, mas na verdade não tive tempo de me preparar devidamente, o que farei logo que tenha oportunidade.

Apenas gostaria de ser esclarecido, se possível, sobre as razões deste conselho integrar também a ASAE (Agência para a Segurança Alimentar e Económica). Será porque tem a palavra “segurança”? É que eu pensava que se tratava aqui neste conselho de questão de segurança de pessoas e bens e não de bens alimentares e atividades económicas.

Como já tinha dito anteriormente e já mais alguns deputados o disseram, 30 pessoas, é um conselho para não funcionar.

Peço então apenas o esclarecimento, sobre a questão da ASAE.

Muito obrigado.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, muito obrigado.

Eu vi-me na obrigação de falar porque sou um dos membros do Conselho Municipal de Segurança e não pude vir na última reunião. De facto, também me interrogo e acho que esta Assembleia devia interrogar-se, sobre o papel daquela comissão porque não só é muita gente, depois, faltam uns, faltam outros, não há seqüências, não há assuntos para deliberar. Aliás a última ata até dizia que não tinha havido quórum mas não tinha havido deliberações.

Estar ali a ouvir relatórios, a saber quantos quilómetros andaram os bombeiros, quantas saídas fizeram, quantas pessoas foram autuadas... aquilo é perder tempo.

Neste momento e ouvindo a informação que o Senhor Presidente deu há pouco, ir disponibilizar a ata para o portal, está bem, é um processo simples, porque ninguém vê e dessa maneira evita-se mandar para os membros, então não custa nada, se têm email, também vai por email, se não há, vai a ata. Até porque são questões de segurança, que em princípio exigem algum sigilo porque pode haver o levantamento de uma suspeita de uma situação qualquer e que não pode estar num portal.

Deixo isto à consideração de todos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, permitam-me deixar aqui algumas notas, na medida em que eu também sou secretário desse Conselho Municipal de Segurança.

Segundo se deve recordar o Senhor deputado Faustino Cunha, a composição deste Conselho Municipal de Segurança, tem engrossado, por força de sugestões de deputados municipais desta Assembleia Municipal, às quais nós demos guarida. E eu não queria utilizar o termo “a reboque”, porque parece que não é um termo muito bonito.

Nós limitamo-nos a aceitar sugestões que são feitas em nome do princípio do acolhimento dessas mesmas sugestões.

Em relação à questão da ASAE, essa sugestão foi feita em reunião do próprio Conselho Municipal de Segurança, na medida em que nós entendemos que o conceito de segurança é um conceito lato. Pode incluir segurança infantil, a segurança de pessoas e bens ou a segurança alimentar. É um conceito que foi adotado no seio do próprio Conselho Municipal de Segurança, que é questionável, admito que sim, mas essa foi uma sugestão que surgiu numa reunião do Conselho Municipal de Segurança.

Quanto à questão de ser ou não ser o conselho deliberativo ou consultivo, isso resulta da própria lei. Obviamente que o conselho é meramente consultivo. O que nós entendemos é que, por exemplo, na última reunião as onze pessoas que lá estavam, no mínimo que não tivessem perdido o seu tempo. Apesar de não haver quórum, devíamos reunir, devíamos discutir, refletir sobre determinadas realidades.

Foi um entendimento que me pareceu unânime e é assim que tem sido feito.

Agora, entenda deputado Faustino Cunha, esta questão depende um bocadinho da consciência e da responsabilidade individual de cada um.

A única coisa que eu posso dizer como secretário do Conselho Municipal de Segurança, é que eu pessoalmente nunca faltei a qualquer reunião desse conselho. Outros faltam não sei porquê, se calhar por falta de tempo, acho que é uma questão que deve ser objeto de reflexão, uma questão infelizmente recorrente neste conselho, como noutras estruturas, conselhos, comissões e outros órgãos que apelam à participação de muita gente da sociedade civil, das instituições, das coletividades, infelizmente, se calhar teremos ainda muito trabalho a fazer a esse nível.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Senhor Secretário, aí devo discordar um pouquinho com aquilo que disse porque é assim, saber, sabe porque é que não vêm, ou são faltas justificadas, ou são faltas injustificadas. Essa foi a observação que eu fiz há pouco porque naquela comunicação que é enviada pelo Presidente eu não gostei da forma como foi apresentado faltaram e depois um rol de personalidades.

O termo faltaram dá a ideia de que não se assumiram os compromissos. E não assumiram o compromisso por razões profissionais ou pessoais. Se forem justificadas, todos os membros têm conhecimento.

O problema que se coloca é simplesmente este. Ou este órgão é um órgão de discussão dos temas de segurança, única e exclusivamente, pode reunir com quatro, pode reunir com cinco, com dez, com quinze, com todos, o quórum é indiferente e a agenda nem sequer tem pontos para serem deliberados, é só discutir essas questões.

Se a função é ser um órgão consultivo em que as deliberações possam depois ser tidas em conta no processo de elaboração política de segurança pública em sentido lato, como bem disse, mas para informar políticas públicas, então deste ponto de vista, eu devo dizer que este órgão é completamente inócuo e o atual formato não permite que ele seja outra coisa.

Nós aqui temos é que decidir o que é que queremos.

Queremos um órgão o mais inclusivo possível em que quem não pode por razões pessoais ou profissionais não vai, mas quem está, está e discutem-se as matérias, tudo bem.

Se queremos que saiam deliberações que possam informar políticas públicas, com trinta entidades, desculpem, mas não dá. E isto tanto é válido para este órgão, como é válido para outros.

Eu não tenho uma resposta absoluta para este problema. Acho que é uma questão que a Assembleia tem que discutir e decidir o que quer.

Só uma observação relativamente ao sigilo de determinadas matérias. Mal de nós, o Ministério Público quando publica as coisas nos portais, como é que era de sigilo e de defesa da privacidade. É óbvio que matérias de privacidade são omitidas, há formas de o fazer. Os documentos podem ser publicitados na mesma, omitindo os nomes das pessoas.

Também é sabido que muitas das vezes, a gente lendo o contexto, chega lá, não sendo essa a forma mais certa de garantir a privacidade mas é aquilo que a própria justiça adota e que também pode ser adotado nestes casos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor Presidente da Câmara, não sei se quer dizer alguma coisa.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, boa tarde a todos.

Apenas dois ou três esclarecimentos, dizendo exatamente que a constituição do conselho resulta de propostas que são apresentadas, nomeadamente nesta Assembleia, apresentadas por Vereadores desta Câmara Municipal. Neste caso específico em relação à ASAE, resultou duma questão que foi levantada em determinado momento no tempo que ainda havia representação dos diversos agrupamentos, (não havia só um agrupamento) quanto à segurança alimentar em espaços públicos, até que ponto seria importante também haver uma avaliação e uma opinião sobre essas questões. São questões que são abordadas também no Conselho Municipal e foi nesse sentido que veio a sugestão da ASAE participar, no fundo trazendo um pouco à discussão o que se pretende também neste conselho.

É importante entender e eu até fico um bocado surpreendido com o deputado Faustino porque ele quando esteve, foi dos mais interventivos, mais participativos e acho que a postura coincidiu com aquele momento.

O Conselho Municipal, tem como foi dito aqui, duas funções: uma deliberativa e uma consultiva, ou pelo menos de análise.

O que se tem debatido ultimamente é a análise dos indicadores de segurança pelas entidades que aqui estão, dos indicadores de segurança, da GNR e da PSP, dos indicadores associados ao nível dos incêndios e de outro tipo de indicadores dos Bombeiros Voluntários, de apoio e de outros indicadores que surgem. Eu gostava de dar o exemplo concreto de uma situação que me parece interessante neste Conselho. Aconteceu com o Quartel da GNR da Torre de D. Chama, em que em determinado momento, por proposta do representante do Ministério Público, foi aprovada uma deliberação de que era pertinente a continuidade da GNR na Torre de D. Chama e esse voto foi subscrito pelo Ministério Público, pela própria GNR e pelos restantes elementos daquele Conselho.

Isto significa que nós manifestámos, do ponto de vista colegial, uma posição que era de interesse comum ao nosso Concelho.

Parece-me interessante e profundamente aproveitável o trabalho que pode fazer este Conselho Municipal de segurança.

É evidente que eu tenho manifestado, aliás já o disse aqui quando foi abordada esta situação, que quando alargamos o âmbito destes conselhos, corremos o risco de não termos o quórum, o mesmo que acontece noutros órgãos. Mas de qualquer forma, nós temos sempre a capacidade de separar entre o que é deliberativo e o que é apenas consultivo.

E a atividade consultiva deste Conselho Municipal de Segurança, é interessante e julgo que retributiva para o nosso concelho, bem como os dados que lá são apresentados que juntamente com a ata irão ser transmitidos para a população, porque muitas vezes são indicadores que nós desconhecemos.

É ali que analisamos porque motivo aumentou ou diminuiu a área ardida durante o ano, se isso se deve a características naturais. Discutimos também até que ponto é importante ou não reforçar o dispositivo das forças de segurança em determinado momento, principalmente os bombeiros.

Enfim, julgo que tem um papel interessante e ativo e que é pena não ser participado da forma que gostaríamos, facto que não invalida que continue a desempenhar o seu papel.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Senhor Presidente.

Vamos então passar à votação da Proposta de Alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

A Proposta foi aprovada por maioria, não teve votos contra, teve 8 abstenções e 53 votos a favor.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 61 membros dos 75 que a compõem, deliberou, por maioria, com 8 abstenções e 53 votos a favor, aprovar a Proposta de Alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela.

PONTO 4.5 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES MUNICIPAIS.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 25 de março de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor (três dos membros do PSD e dois dos membros do PS) e uma abstenção do membro do CDS/PP, conforme proposto:

1 – Aprovar a Proposta de Regulamento das Distinções Municipais;

2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos então ao ponto 4.5, Proposta de Regulamento das Distinções Municipais.

Está aberto o período de inscrições. Agostinho Beça e Luís de Sousa.

Faça o favor, deputado Beça.

Deputado Municipal Agostinho Beça de Sousa (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É apenas para chamar a atenção de um pormenor que presumo seja uma gralha, mas acho que merece referência.

Do art.º 9.º ao art.º 18.º, escreve: “as distinções e na epígrafe de cada artigo diz: distinção de mérito científico, etc., por aí adiante...” No art.º 12.º em vez de distinção, diz: “medalha de mérito cultural”.

Eu presumo que isto seja uma gralha, porque lendo mais adiante, a forma de distinção não é uma medalha, mas sim um troféu e portanto sugiro esta retificação.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Senhor deputado.

Já vi que está pelo menos atento, ao texto do regulamento. Já vi que deve ter sido um erro, que será devidamente retificado. Muito obrigado pela sugestão.

Tem a palavra o deputado Luís de Sousa.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Tenho primeiro uma observação relativamente à forma como são apresentadas estas propostas de alteração.

Gostaria de recordar que deve vir como proposta de alteração de regulamento e não como proposta de regulamento.

Em segundo lugar, quando são propostas alterações, das duas uma: ou nos mostram primeiro as alterações e depois fazem o texto consolidado no final, ou então fazem já o texto consolidado com as alterações, desde que as evidenciem, para nós termos noção comparativamente o que é que foi alterado em relação ao regulamento anterior, para não estarmos aqui com duas fotocópias a ver o que foi mudado e que não foi.

Acho que há pequenas retificações a serem feitas, isto é um princípio que deve prevalecer nas outras alterações de regulamentos.

O Art.º 3.º, remete para o art.º 21.º, onde outras instituições podem também propor a concessão de distinções, isso é um erro. Se formos ao art.º 21.º, fala do registo.

Artigos 5.º e 8.º, se vêm propor uma alteração ao regulamento de forma a fazê-lo pautar por critérios de rigor, coerência e isenção, adotem o mesmo procedimento de atribuição para as duas coisas.

Quer dizer, nas medalhas, se eles apresentam maioria qualificada, chega-se às distinções, maioria simples. Não pode ser, é maioria qualificada para ambos, se quiserem rigor e coerência, é assim.

Quanto às questões das distinções, acho que há aqui algumas que são um bocadinho repetitivas, ou estamos a ir muito ao detalhe, de estar a criar a distinção para o criador de porcos, para o olivicultor, estamos a ir muito ao detalhe.

Por exemplo, empreendedorismo empresarial, obviamente são duas coisas diferentes. Mérito social e do voluntariado, são duas coisas diferentes, mas não estaremos praticamente a bater na mesma área? Se quiserem podem ser estas todas.

Se deliberarmos que estas alterações vão ser introduzidas, ou nos trazem uma versão reformulada e tiramos isto da agenda, ou então procedemos aqui às alterações e votamos as alterações ou se é para votar isto assim, nós francamente, vamos votar contra.

Presidente da Assembleia Municipal:

Se permitem a minha opinião quanto à questão das maiorias, qualificada ou simples, é uma questão de opção, porque uma coisa é estarmos a falar de uma medalha de ouro, que provavelmente implica um maior consenso e outra coisa diferente é estarmos a falar duma distinção de mérito, são opções...admito que possa haver interpretações diferentes e pontos de vista divergentes. Mas essa, julgo eu que terá sido uma opção do Executivo, mas melhor do que eu, com certeza o Senhor Presidente da Câmara, poderá dizer aquilo que entender.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

É sempre uma opção, nós podemos deixar isto conforme está, a questão é esta: medalhas, quantas é que vai atribuir? Uma de vez em quando. Distinções vão ser com mais frequência e as distinções vão ser atribuídas por maioria simples.

Ou somos coerentes com o preâmbulo que estão a vender porque não podem vender um produto adjetivando-o e depois nos critérios de atribuição, dizer que é a maioria que decide. Então desculpem, mas isto não é isento, nem coerente, nem rigoroso, que são os adjetivos que estão a utilizar.

É dizer que tem de haver um consenso alargado, quando se atribuem estas distinções, por isso se utilizam as maiorias qualificadas.

É opção política, claro que é, mas se vocês fizerem opção política, também nós fazemos opção política de votar contra.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor Presidente da Câmara, faça favor.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas alguns esclarecimentos:

Em relação ao art.º 12.º, naturalmente que é uma gralha. Quanto ao art.º 21.º que está no art.3.º, dizer o seguinte:

Julgo que é do conhecimento dos Senhores deputados, que durante a reunião de Câmara foi feito um aditamento a este regulamento, que foi proposto pela Vereadora Júlia Rodrigues e isso acrescentou mais duas distinções de mérito, que fez descer o regulamento e eu acredito que destas duas distinções não houve a correção adequada na respetiva remissão. Isto é, ao acrescentarem-se estas distinções que não estavam previstas e foram anotadas durante a reunião de Câmara, houve a descida dos artigos e não houve a correção desta remissão, que no fundo não é uma remissão, é uma pós remissão, do 21.º para o 23.º

Esta remissão estava feita para o 21.º, naturalmente ao haver essa alteração que foi acrescentar duas novas distinções, houve o avançar do articulado e não foi retificado o artigo, pelo que será alterado, trata-se de uma gralha, como foi dito anteriormente.

Sobre a questão da maioria qualificada e da maioria simples, foi uma discussão que ocorreu também na reunião de Câmara e foi uma opção. Claramente, é uma opção, que exista uma forma de votação na medalha de ouro do município de Mirandela e exista uma votação por maioria não qualificada na distinção de mérito.

Essa, efetivamente é uma opção que foi tomada e foi debatida, entre outros assuntos, também, quando foi o debate sobre este regulamento.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Senhor Presidente

Vamos então passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação, foi o seguinte:

Votos contra, 7

Abstenções, 6

Votos a favor, 48

Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 61 membros dos 75 que a compõem, deliberou, por maioria, com 7 votos contra, 6 abstenções e 48 votos a favor, aprovar a Proposta de Regulamento das Distinções Municipais.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

O Senhor deputado Luís Sousa apresentou a seguinte declaração de voto:

“Declaração de Voto

O Grupo do CDS/PP da Assembleia Municipal de Mirandela votou contra a Proposta de Alteração do Regulamento das Distinções Municipais, por entender que o procedimento de atribuição de distinções de mérito do Município, por maioria simples, não reflete os critérios de rigor, coerência e isenção enunciados na nota justificativa, o que acontece na atribuição de medalhas.”

PONTO 4.6 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO BANCO DE LIVROS ESCOLARES DE MIRANDELA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 25 de março de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a Proposta de Regulamento do Banco de Livros Escolares;

2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos ao Ponto 4.6, Proposta de Regulamento do Banco de Livros Escolares de Mirandela.

Está aberto o período de inscrições.

Deputada Municipal Luisa Deimãos e julgo que mais ninguém.

Senhor^a deputada, faça o favor.

Deputada Municipal Luisa Deimãos (PSD):

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

É com regozijo que vejo chegar aqui uma Proposta de Regulamento para a criação dum “Banco de Livros Escolares.”

Os objetivos estão bem explícitos na Proposta de Regulamento. Neste tempo de crise, onde tanto ouvimos o apelo à solidariedade e muitas das vezes nos sentimos impotentes e particularmente frustrados e assustados, perante o que ouvimos nos meios de comunicação social.

Ninguém duvida que a presente crise ameaça principalmente os mais vulneráveis.

Não há nada mais lógico do que a urgência de solidariedade.

Esta palavra é derivada do termo “obligation in solidum”, que no direito romano expressava primitivamente a obrigação comunitária, ou seja as responsabilidades que o indivíduo tinha em relação a uma coletividade, à qual pertencia e de cuja manutenção se beneficiava, como a família.

Assim, a solidariedade social, subentende a princípio, a ideia de que os seus praticantes se sintam integrantes de uma mesma comunidade e portanto se sintam interdependentes.

Certamente foi com este espírito que o Executivo votou por unanimidade a Proposta de Regulamento do Senhor Presidente da Câmara, para a criação de um Banco de Livros Escolares e certamente, também nós iremos votar favoravelmente o Regulamento.

Só que, para que essa solidariedade se torne real, é necessário o nosso empenho na sua operacionalização e divulgação.

Aproveito para recordar que existem no nosso concelho outros programas de apoio.

A Câmara tem um programa de apoios económicos, para indivíduos ou famílias em situação económica precária, a quem é atribuído o cartão social.

Os utentes de cartão social usufruem de benefícios a nível de ação social escolar, alimentação e aquisição de livros escolares, comparticipação de medicamentos, entrada gratuita nos equipamentos desportivos municipais, isenção do pagamento de passe escolar e comparticipação de obras a nível de habitação.

O Plano de Emergência Social de Mirandela, que disponibiliza apoios de caráter pontual e transitório, é extensível a várias faixas etárias e contempla apoios a renda de casa, pagamento de água, luz, gás, isenta de pagamento da componente de apoio à família no ensino pré-escolar.

Está ainda em fase de implementação o projeto “Pera”, que é um programa escolar de reforço alimentar e tem como objetivos: disponibilizar aos alunos em situação de carência alimentar identificados pelas escolas, uma primeira refeição do dia.

Este programa decorre do estabelecimento de parcerias entre o MEC (Ministério de Educação e Cultura) e empresas diversas, o MEC e a Associação Nacional de Municípios, entre as escolas e as redes locais de ação social, entre o MEC e os diversos bancos alimentares contra a fome e instituições de solidariedade social.

O Plano de ação desenvolve-se em torno de quatro vetores.

Eu, aqui vou salientar só o já referido, a disponibilização aos alunos em situação de carência alimentar identificados pelas escolas, como a primeira refeição do dia e o encaminhamento das famílias dos alunos carenciados, para estruturas locais de apoio alimentar.

Estes programas existem e nunca é demais a sua divulgação, pois penso que cada um de nós, tudo fará para que a crise não se materialize no rosto de uma criança com fome ou no idoso sem dinheiro para a compra de medicamentos.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não querendo usar a recorrente frase do nosso prestigiado Professor Dinis “eu nem era para intervir”, de facto não era, neste ponto.

Louvamos a iniciativa da Câmara Municipal porque tem havido um enorme desperdício de livros escolares. Outros países muito mais ricos que Portugal, para citar, a França, já há muitos anos que os meninos têm os livros e são devolvidos, são naturalmente emprestados. Aliás, hoje até é muito comum fazer-se entre livros não escolares, os livros literários, o chamado “bookcrossing”, troca de livros, etc., esta partilha de livros porque os livros são instrumentos de cultura.

Queria apenas acrescentar, sendo que a autarquia assumiu e bem, para famílias carenciadas, a oferta de livros escolares, refeições e outras situações, que acabaram de ser recordadas pela deputada Luísa Deimãos, seria mais que natural que sobretudo no primeiro ciclo, sendo que os livros agora estão 4 anos, no mínimo, que no final do ano sejam deixados e trocados.

Há uns anos acontecia, os miúdos todos queriam os seus livrinhos novos, um livro emprestado era um bicho de sete cabeças...temos que nos deixar de prurido, outra consciência social, deixemo-nos de ideologias, não é só a questão de irmãos, nem de primos. Eu já noto nos meus alunos que hoje já aceitam usar os caderninhos pretos, que há uns anos se recusavam usar, tinham que ser de marcas e quem é professor vê nitidamente as diferenças. E eu, não tenho pejo de dizer que durante o tempo que estudei, acho que só comprei livros no atual 10.º Ano. Sempre tive livros na escola, para estudar.

Era um desperdício até para o ambiente, aliás, era só enriquecer determinados grupos livresiros.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

É para dizer que gostei imenso da intervenção que fez.

Sou filho de Professora primária, passei pelo primeiro ciclo e recorde-me perfeitamente do estigma que era os alunos que tinham os livros emprestados, eram tidos sempre como os coitados da turma. Acho que toda a gente devia andar com livro emprestado na escola, que assim tabelávamos tudo por igual. Temos que quebrar esses estigmas. Nós podemos criar o sistema de gestão mas quem vai levantar o livro é sempre o pobrezinho...e é sempre o do livro emprestado.

Eu gosto que a sociedade seja solidária mas sou pouco propenso a caridade porque caridade há a relação de poder do que dá e do que recebe. Solidariedade em partilhar a riqueza que está infelizmente, mal distribuída por este mundo.

Nós vamos ter classe média empobrecida, a fazer fila para receber livros.

Este tema é muito sério, a Odete fez aqui uma intervenção muito boa e este assunto deve ser discutido aqui na Assembleia e fazermos esforços. Da mesma maneira que educamos as crianças para a separação dos lixos, também educá-los para quebrar estes estigmas.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Muito obrigada, não venho aqui para agradecer, naturalmente.

Esta questão de quebrar esses tabus, não digo recuperar as batas, mas nos colégios há um uniforme e toda a gente louva os uniformes. Se quiséssemos recuperar isso na escola pública, uma bata, um uniforme ou outra coisa qualquer, isto para a questão de esbater, porque eu também distingo bem a caridade da relação colocada aqui, com solidariedade.

Eu, logo no início, como Diretora de turma, disse, meninos, a nossa papelaria tem ótimo material. Nem foi preciso dizê-lo a segunda vez. Todos já tinham ido comprar os caderninhos à papelaria da escola. Provavelmente este ano as livrarias ganharam menos, mas paciência. Isto também já vem dos pais. Os pais já começam a ter outra mentalidade e ainda bem.

Presidente da Assembleia Municipal:

Só uma nota em relação a este debate.

Nós somos quatro irmãos e antigamente os livros passavam todos de uns para os outros e nunca senti isso como desprestigiante, ou que me inibisse. Acho que até sentia algum orgulho quando eu recebia os livros que eram dos meus irmãos mais velhos. Não sei se hoje é assim, se não é.

Vamos então passar a palavra ao deputado Paulo Pinto.

Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD):

Boa tarde Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Secretários, Senhores Deputados.

O que me traz aqui é o seguinte:

É evidente que a metodologia é a melhor mas o que me preocupa, e não foi realçado, se bem que o assunto foi tocado, ao facto de uma Câmara Municipal se sujeitar àquilo que há vinte anos a esta parte vi as instituições, algumas ligadas ao ensino, andarem a praticar este tipo de gestão. Uma Câmara Municipal é que se vai preocupar com a gestão dos livros? Tantas comissões de pais, já eleitas, com falta de assunto, sob pena de serem acusadas que andavam lá para olharem pelos interesses dos filhos, nunca tomaram este assunto em mãos.

A Câmara Municipal, com o perfil deste Presidente de Câmara (não estamos em eleições) é que vai tomar a gestão dos livros usados poderem passar de gerações em gerações quando deviam ser comissões de pais, algumas direções de escola, porque também têm lá algum compartimento, lidam de perto e pela proximidade que têm com estes objetos.

Não estou a ver outro tipo de perfil de Presidente de Câmara, a tomar conta destes assuntos. O Dr. Silvano se calhar seria mais distraído em relação a este assunto. Dei o exemplo do Dr. Silvano pela proximidade e pela forma como trabalhou connosco.

Foi este Presidente de Câmara que tomou a iniciativa, porque viu, não sei há quantos anos a esta parte que alguém devia estar a tratar deste assunto e não foi tratado convenientemente.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acho que também costumo ser solidário com as pessoas, sejam elas pobres ou ricas, porque a solidariedade não é só com as pessoas pobres. É muito importante às vezes haver solidariedade com as pessoas ricas.

Concordo com o banco de manuais. Estavam a dizer que quando andavam na escola, que eram estigmatizados os que tinham manuais emprestados. Eu acho que é uma realidade completamente diferente. Quando nós andámos na escola, há quarenta anos, todos nós tínhamos livros emprestados. Eu tenho mais três irmãos, sou o terceiro e os meus livros também foram todos do meu irmão mais velho, que depois passaram para a minha irmã mais nova. O que acontecia antigamente e não acontece hoje é que os livros duravam gerações.

Na minha escola - não sei se é em todas as escolas - até ao dia 29 de maio os professores têm que adotar os livros. E em todas as escolas os livros são diferentes.

São iniciativas que deviam partir de cima, ou seja, editar um livro, que tenha consenso, que seja adotado até a nível nacional, mas que se mantenha, dez, quinze anos. Mas como o livro se vai manter quinze anos se as políticas mudam todos os anos também. Para apoio terá algum efeito. Nós não estudamos só nos manuais que estão adotados. É preciso fazer exercícios. Para adotar o manual e ser oferecido ou emprestado ao aluno, se calhar nem os vamos ter. Juntamo-los este ano mas para o próximo ano já estão desatualizados. Mas não deixo de concordar com a ideia.

Inclusive os Presidentes de Junta poderão ter um papel importante. Poderão ser eles os informadores dos alunos mais necessitados, do meio rural, ou até os livros serem dados pelo próprio Presidente de Junta. Será uma questão de se dialogar e chegar a um consenso.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia Municipal.

No fundo vou confirmar o que acabou de dizer o Presidente da Junta Dr. Paulo Pontes.

Nós estamos numa conjuntura em que é possível fazer isto agora e é de louvar a iniciativa do Senhor Presidente da Câmara. Mas quando se falou que as Associações de Pais ou que outros poderiam fazer, não se poderiam fazer por isso mesmo, porque o problema dos livros está nas editoras. Estamos a falar de coisas muito diferentes, de programas que mudam constantemente, de livros que mudam constantemente. Eu posso dar o exemplo. Os meus filhos têm um ano de escolaridade de diferença e entre a escola primária, um andava no primeiro e o outro no segundo e os livros não davam de um para o outro, porque mudavam todos os anos ou de dois em dois anos e não dava para aproveitar.

Hoje em dia, os livros já são adotados durante mais tempo e aí sim, os meus filhos não têm vergonha de usar livros uns dos outros.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Muito boa tarde.

A cerca do assunto, eu queria apenas refletir, para dizer o seguinte:

O Eng.º António Branco, já faz parte do Executivo Camarário há muitos anos e só agora é que se lembrou disto.

Queria também dizer, para quem conhece a Constituição, que está lá escrito, que a educação e a saúde devem ser tendencialmente gratuitas. Há países onde são gratuitas.

Portanto, se devem ser tendencialmente gratuitas, os livros escolares deviam ser gratuitos para quem estuda.

Apesar de eu concordar com este regulamento, há muito mais que se podia fazer para além disto e já foi aqui bem explicado, tanto pelo Paulo Pontes como pela Fernanda, que há esta dificuldade de articulação relativamente aos livros escolares.

Se as forças políticas deste país respeitassem a Constituição, certamente que seriam disponibilizados os livros escolares de forma gratuita aos estudantes.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu venho aqui, quase secundar o deputado Paulo Pinto, ou seja:

Às Associações de Pais e às Organizações de Pais, cabia a organização, por forma a que isto fosse possível.

E temos que nos congratular com esta iniciativa da Câmara Municipal, que não devia ser de todo da Câmara Municipal. Poderia ser dos pais, poderia ser da escola e poderia ser dos professores.

Eu digo dos pais, porquê? Eu fui o último presidente da Associação de Pais da Escola Luciano Cordeiro, durante dois anos. A Associação de Pais tinha 11 elementos e nunca reuni com os 11 elementos. Nunca conseguimos fazer reuniões com um número significativo de pais, onde se possam tomar decisões, onde os pais se envolvam na vida escolar, ou seja, na dos seus filhos. Os pais tiveram sempre e têm esta dificuldade, a escola podia efetivamente abraçá-la. A escola, para mim, são pais, são professores e são alunos. Os professores hoje, (há aqui muitos) não se envolvem na vida da escola, poderiam prestar outro serviço à escola, poderiam dedicar mais algum tempo à escola, que não fosse só o de lecionar a aula de 50 minutos e a seguir a de 50 minutos.

Esta é a minha opinião. Mirandela tem hoje "n" crianças a irem para explicações escolares no 5.º e no 6.º ano. Isto é uma vergonha para o ensino. Para mim como pai, é uma vergonha. Alguma coisa não funciona. A escola não funciona na medida que devia funcionar.

Hoje, a Gestitomé, a Consultua e outras empresas, estão com miúdos de 14, 15, 16 anos, porque a escola não os consegue abraçar e não lhes consegue dar aquilo que devia e nós pais, todos devíamos ser responsabilizados por isso.

Congratulo-me com a atitude da Câmara Municipal, que tomou a iniciativa que nós pais, escola e professores, não conseguimos tomar.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Eu presumo que todas as pessoas que estão aqui são pessoas sérias e o que aqui foi dito, é escandaloso.

Eu sou profissional há 23 anos, o primeiro ano que trabalhei foi em Mirandela e recordo-me que dava aulas de manhã e à tarde, vinha dar as minhas aulas e ninguém me “chateava mais”.

Ter-se o desprazer de vir aqui dizer que os professores deviam dedicar mais tempo à escola. Isto vai para além do que é admissível, isto é escandaloso, é estar a insultar os profissionais da educação. E como disse há aqui bastantes, há até alguns reformados, e os próprios pais podem testemunhar, que isso é mentira. Nunca os professores dedicaram tanto tempo à escola, como “infelizmente” dedicam hoje. E nunca vii em toda a sua vida tantos professores a terem que faltar à escola porque andam no psiquiatra, porque andam no psicólogo, porque têm depressões, como hoje.

Nunca dediquei tanto tempo à minha escola, como dedico agora. Dedico em parte, porque gosto e em parte porque sou obrigado.

Quantas horas é que trabalha por semana? Eu trabalho 35 horas na escola, por semana e se calhar trabalho outras 35 horas em casa, porque sou obrigado a trabalhar, porque não posso corrigir testes em casa, corrigir fichas em casa, não posso fazer testes na escola. Trabalho 35 horas na escola e 35 horas em casa e qualquer outra profissão, sai do seu emprego, vai para casa e não faz mais nada.

Não há um único professor, por muito indedicado que ele seja, que chegue a casa e possa dizer “não faço mais nada para a escola.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu volto a chamar a atenção, que neste período, em princípio, só se admite uma intervenção, de acordo com o regimento.

Deputado Luís Sousa.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

A discussão que está aqui a ser alvo de alguma problemática, é a gestão. Porque é que as Associações de Pais não fizeram isto e a Câmara tomou a iniciativa.

As Câmaras existem também para colmatar algumas deficiências da sociedade civil. Em termos de associativismo, nós estamos atrás de muitos países da Europa de Leste que se democratizaram há cerca de duas décadas. Temos um associativismo extremamente fraco e eu falo também como ativista, também me dedico à sociedade civil, sei quanto isso custa, sei quanto me sai das minhas horas livres de lazer e de família. Eu compreendo que as Associações de Pais não podem resolver um problema que é um problema de política mais a nível central, como foi aqui dito, que é de os manuais andarem a mudar constantemente e não haver alguma estabilidade.

Pelos vistos as coisas têm vindo a melhorar e ainda bem que há uma estabilidade progressiva mas se calhar também criou algumas dificuldades e talvez a iniciativa não tenha partido das associações de pais, por essa razão.

As Câmaras cá estão para colmatar essas deficiências. É louvável a iniciativa mas a pergunta que deixamos é quem vai fazer a gestão.

Já que o problema é que a sociedade civil não teve essa iniciativa, é ajudá-la a que de facto faça essa gestão. E não é estar a Câmara a chamar a si mais responsabilidades.

Chamar as associações de pais, coordenar-se com eles, para se fazer a gestão disto. Isso é possível e na sua intervenção não o ouvi falar.

Quem vai fazer a gestão? Um administrativo? É preciso saber quem é. As coisas têm que ficar claras quando se apresenta um regulamento. Se é alguém da ação social, basta colocar lá isso.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor Presidente da Câmara, faça o favor.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Julgo que fica bem claro na discussão deste assunto, que esta Assembleia tem cerca de 20% de profissionais da área da educação e é bom sinal porque significa que eles são ativos na nossa sociedade, fazem parte da nossa sociedade e que a educação é um assunto que nos preocupa a todos.

Em tudo o que fazemos, a nossa vida é transportada pela nossa experiência pessoal que tivemos a oportunidade de vivenciar, profissionalmente ou individualmente e eu graças a Deus também vivi em Mirandela toda a vida, tenho filhos e sei muito bem aquilo que são, não só as dificuldades, mas principalmente com o que somos confrontados, quando vemos um manual que ao final de um ano pura e simplesmente é encostado numa parede e não é adotado.

Sendo concreto e específico em relação a esta questão, independentemente dos comentários, há perguntas que se fazem, às quais eu acho que é importante responder.

Em primeiro lugar, art.º 3.º “A gestão dos livros escolares será feita pela Loja Ponto JÁ de Mirandela, em colaboração com os restantes serviços municipais e com o apoio do Agrupamento de Escolas de Mirandela”, está claro no regulamento.

Este regulamento, antes de ser enviado á Câmara Municipal, foi enviado para o Agrupamento, para que o Agrupamento também o avaliasse na sua conceção e na forma como ele ia ser implementado.

É necessário separar claramente dois conceitos:

O primeiro conceito é muito bem explicado aqui, pela Professora Luísa Deimãos, que tem muito a ver com uma linha social que é importante. Mas também há um conceito que não é exclusivamente social, que todos nós compreendemos, que é o conceito do desperdício, que nós combatemos hoje, noutras dimensões, noutros locais.

Ao nível desta proposta, há três intervenientes fundamentais:

Ponto 1 – Um interveniente que neste caso assumiu, – recorde que há locais onde são as Associações de Pais e há locais onde são Associações Culturais e Recreativas – desempenhar este papel, a Câmara Municipal. Para o fazer tem que ser dentro das regras duma Câmara Municipal e dentro dos conceitos de gestão que uma Câmara Municipal tem.

Ponto 2 – O Agrupamento, que vai participar, mas que também está limitado na sua participação, ao que são as definições nacionais. Eu recorde que nesta semana, o Senhor Ministro da Educação disse, que o Programa de Matemática para o Primeiro Ciclo vai ser alterado, o que significa que para o ano os manuais já não vão ser utilizados. Mas atenção, que há um mundo para lá dos manuais normais, há muitos mais elementos que são necessários.

E finalmente, há um elemento fundamental também no meio deste processo, que são os pais e os educadores. Os pais são o elemento fundamental para fazer entender o filho de qual é o objetivo deste tipo de projeto e também os educadores, a quem chamo a atenção, que também há um mundo para lá, - que foi aqui muito bem apresentado - da questão dos livros.

Há um mundo que tem a ver com dificuldades na sala, programas que podem apoiar as crianças e muitas das vezes a deteção e o encaminhamento, acaba por ser mais importante do que uma situação como esta, que se refere exclusivamente aos manuais. Chamo a atenção principalmente para essa questão.

Hoje em dia existem um conjunto de mecanismos. Alguns deles foram aqui muito bem explicados mas muitas das vezes também somos confrontados com a dificuldade em existirem crianças nos mais diversos níveis que recorram a esses mecanismos. Alguns são municipais, outros são nacionais, outros são locais, outros são das escolas.

Mas a reflexão que nós fazemos, é que muitas das vezes existem crianças que não recorrem a este tipo de mecanismos porque não existe o encaminhamento e essa é que tem que ser a mensagem principal. Conhecer os mecanismos e adotá-los. Agora, se é a Câmara a lançar este projeto ou não é, o que importa é daqui a um ano, quando fizermos a avaliação deste banco, descobrir se ele resultou do ponto de vista concreto, na diminuição da aquisição de manuais escolares no nosso concelho ou pelo menos no nosso agrupamento e essa é que será a grande vitória deste documento.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara.

Vamos então passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Este ponto foi votado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento do Banco de Livros Escolares de Mirandela.

PONTO 4.7 – PROCESSO DE CANDIDATURA DOS JUÍZES SOCIAIS / APROVAÇÃO DE LISTA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22 de abril de 2013 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a Lista dos Juizes Sociais;

2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos passar ao Ponto 4.7, Processo de Candidatura dos Juizes Sociais / Aprovação de Lista.

Está aberto o período de inscrições.

Deputado Luís de Sousa, faça favor.

Deputado Municipal Luís de Sousa (Independente CDS/PP):

Há um conjunto de questões que eu gostaria de clarificar.

Em primeiro lugar, no Relatório, no terceiro parágrafo, que inicia “*No dia 23 de março...*” há uma série de entidades, às quais foram enviadas mensagens e depois aparece no final, um Senhor Hernâni Rodrigues e eu gostaria de saber em que qualidade é que ele foi contactado. Há aqui um rol de entidades que foram contactadas e depois também foi contactado um Senhor Hernâni Rodrigues.

Também aparece aqui alguma adjetivação que me parece um bocadinho desatualizada:

“A organização aos Juizes Sociais é um processo complexo que deve ser conduzido de forma séria e responsável...” e depois mais abaixo, *“foram anexados às mensagens documentos de legislação sobre os juizes sociais e uma ficha de inscrição, a qual deveria ser entregue devidamente preenchida, com cópia do B.I., Cartão de Cidadão e do N.I.F.”*

Eu não conheço todas as pessoas, não há currículos para avaliar, se é só pelo B.I., parece-me pouco.

De qualquer das maneiras, as questões que se colocam são as seguintes:

A ordenação da lista, que aparece uma ordenação alfabética e eu pergunto se é uma lista nominativa ou ordinal. Para mim, critério alfabético não é critério nenhum.

Se é nominal, eu gostaria de saber qual é o critério de ordenação ordinal das candidaturas, que é a ordenação própria das candidaturas.

Critério de designação, art.º 5.º e 22.º, fala da limitação das funções, *“a nomeação dos juizes sociais faz-se pelo período de dois anos, com início a 01 de outubro.* Depois, uma cláusula normal nestas condições que é: *“os juizes sociais cessantes mantêm-se até aos novos tomarem funções.”*

E no art.º 22.º temos: *“na falta ou insuficiência de candidatos, a nomeação faz-se oficiosamente.”*

Portanto, são dez candidatos, mas houve 14 novas candidaturas. Eu não compreendo porque é que quatro foram reconduzidos oficiosamente, quando na realidade deveriam ter ido a concurso também, sendo que houve mais candidaturas do que os lugares que devem ser preenchidos, que são 10.

Agora peço desculpa, que isto é uma questão sensível, mas vai ser tratada com pinças.

Foi-me indicado que eventualmente poderão estar nesta lista alguns familiares do Senhor 1.º Secretário, Chefe de Gabinete, que foi designado para organizar este processo. A organização do processo não é nenhuma tarefa de seleção, não há intervenção.

Mas se as pessoas levantam essa questão...eu nunca teria aceite isto. Recordo-me de um e-mail que troquei com o Senhor Chefe de Gabinete, de perguntar, porque é que foi designado para fazer isto? Isto é uma tarefa administrativa que qualquer funcionário poderia fazer. Enfim, se foi designado para tal, também não vejo impedimento nenhum.

Os conflitos de interesses são de vária ordem: reais, potenciais e aparentes. Este é um conflito de interesses que pode por aparência criar alguma suscetibilidade e se fosse no meu caso, se tivesse algum familiar nesta lista, eu desmarcar-me-ia completamente do processo. Isto é só em tom de aconselhamento, não é de crítica, está feito, está feito. Mas visto por bem, dado que me vieram indicar...está lá com fulano, que é familiar, ou não sei quê...pareceu-me por bem dizer-lhe isto, porque eu teria tomado essa decisão.

Eu gostaria de saber como é que vamos deliberar. Se vamos deliberar a lista toda, gostava de saber quais são os 10 efetivos, em que base e com que critério eles foram selecionados e quais são os quatro suplentes. Não consigo destrinçar essa informação, agradecia que clarificassem.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então clarificar.

Se me permite, eu vou clarificar.

Primeira questão: Pelo facto de eu ter sido eleito por voto secreto, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mirandela, o Senhor Presidente da Câmara entendeu por bem que eu deveria conduzir este Processo de Candidatura.

Eu, como Chefe de Gabinete, como bem deve entender, aceitei o desafio. Provavelmente será alguma tarefa técnico administrativa ou burocrática, seja o que for.

A partir do momento em que eu aceitei ser responsável pela candidatura, eu, em primeira linha, entendi por bem, cumprir rigorosamente a lei.

Foram enviados convites a várias entidades do concelho de Mirandela, a várias instituições de Mirandela, inclusivamente a vocês, deputados municipais, para que, se o pretendessem, se candidatassem a Juizes Sociais.

Foi anexada uma ficha de candidatura, que é muito clara, relativamente aos requisitos necessários para ser juiz social.

Está lá tão claro quanto isso:

- Ter entre 25 e 65 anos;
- Saber ler e escrever português; Os 18 candidatos, todos eles sabem ler e escrever português, todos.

Eu acho que não era preciso fazer nenhum exame.

- Estar no pleno gozo dos direitos civis e políticos; Em declaração, eles assumiram que de facto, preenchiam este requisito.

- Não estar pronunciado, nem ter sofrido qualquer condenação por crime doloso; Que eu saiba, nenhum deles cometeu qualquer crime doloso.

Ou seja, as candidaturas não foram sujeitas a qualquer juízo discricionário, nem a qualquer juízo de valor. O que o Senhor deputado está aqui a dizer e até me custa falar nisto, sabe porquê? Porque as minhas opções políticas e partidárias, só a mim dizem respeito. Eu nunca quis envolver a minha família nestes processos. E vou-lhe explicar porque é que aparece aqui o meu irmão Vitor Magalhães e a minha mulher Paula Magalhães. Vou explicar porquê:

O meu irmão Vitor Magalhães é Presidente, há mais de 20 anos, dum clube de Mirandela, que se chama “Clube Amador de Mirandela”. Tem dado muito do seu sacrifício e da sua vida pessoal e profissional a favor desse clube. É um cidadão como outro qualquer de Mirandela. Eu não lhe pedi para ele ser candidato.

Não me parece que fosse correto, pelo facto de eu ser chefe de Gabinete, de ser responsável pelo procedimento, de lhe dizer, tu não apresentes a candidatura. Não era justo. Ele é um cidadão de Mirandela e tem direito a exercer a sua cidadania como qualquer pessoa.

Não é correto os nossos familiares serem prejudicados pelas opções políticas e partidárias que nós tomamos.

Em relação à minha mulher, digo aqui sem problema nenhum: eu disse-lhe quatro ou cinco vezes para não apresentar candidatura. E ela disse-me que sempre quis ser juíza social e que tinha esse direito como qualquer outro cidadão de Mirandela. E eu acabei por aceitar. Mas em relação a ela, ainda tinha alguma legitimidade para tentar que ela mudasse de opinião e não o fez.

Eu não sei porque é que eu havia de recusar!...Quem é que eu sou para recusar a candidatura de uma pessoa, que por acaso é a minha mulher, mas que é cidadã de Mirandela e que quer de uma forma voluntária e altruísta, exercer uma missão e uma função em benefício dos outros. Porquê? Eu não acho que fosse correto. Eu não fiz qualquer escolha relativamente aos candidatos. É verdade que eles são dezoito.

Eu tive o cuidado e está aqui a Professora Odete que não me deixa mentir, de ligar aos cinco candidatos que havia, que estavam na lista de 2001, porque a lista nunca mais foi atualizada. Eu achei que era o mais correto. Daí a tal forma séria e, responsável, dando importância a quem já lá esteve, a quem já exerceu esse cargo, pelo menos há dez anos atrás.

Eu tive o cuidado de ligar a cada um deles e perguntar “*vocês querem manter a vossa candidatura? Vocês querem continuar a ser juizes sociais?*” E com exceção da deputada Odete Ferreira, todos eles aceitaram continuar a ser juizes sociais.

Isto não é ser sério e responsável? Eu acho que é, sinceramente.

A lista são 18, podiam ser 30, 40, 50. Todas as pessoas que aqui estão tiveram oportunidade de apresentar candidatura. Eu vou-lhe dizer porque é que lá não estão efetivos e suplentes. Porque eu não queria a esse nível tomar qualquer decisão, não seria correto. Eles são 18, a lei exige que sejam 15 efetivos e 30 suplentes. Não houve 45 candidatos, houve apenas 18, ou seja, 3 desses vão ter que ser suplentes e eu não quis tomar essa decisão. Qual era o critério que eu iria adotar? Por idade, por altura? Não me pareceu correto tomar qualquer decisão.

Então o que é que vai acontecer, como gestor deste procedimento? A próxima tarefa, eu vou convocar as 18 pessoas que fazem parte desta lista, vão ter formação específica sobre o exercício do cargo de juizes sociais, para que todos eles saibam claramente aquilo que esperam deles, aquilo que o Ministério da Justiça quer deles e vão ser eles próprios, nessa formação, que vão decidir, quem é efetivo e quem é suplente. Mas uma coisa eu lhe garanto, para evitar problemas, aí sim, eu vou tentar influenciar as tais pessoas da minha família, a minha mulher e o meu irmão, para serem suplentes. Vai-me resolver uma situação, falta só um. Eu hei de conseguir arranjar alguém que seja suplente.

E há outra coisa que eu quero dizer: Se há conflito de interesses, que fique claro e que conste da ata, eu não vou participar na votação deste ponto...não vou e quero que seja assim.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não era eu que devia estar aqui, era uma senhora que devia estar aqui a defender os vossos direitos. Antigamente era assim, o homem mandava e a mulher....baixava....

Agora, às vezes são as mulheres que mandam e são os homens que se calam...as mulheres têm a sua opinião e eu não concordo com o que ele está a dizer, que vai fazer com que sejam suplentes.

Todo o cidadão tem direito, o ter lá a mulher, o ter lá um irmão...agora vou matar a minha família toda só porque eu estou aqui!...Com franqueza!

Que ele não saia da votação, não conte na votação, tudo bem, agora dizer que vai fazer com que a esposa e o irmão sejam suplentes, é um erro, é interferir no direito das pessoas. Hoje estamos no tempo em que a mulher e os homens mandam igual e têm opiniões diferentes. Eu até conheço casais em que um é dum partido e outro é de outro.

Eu acho que o processo foi muito bem conduzido e acho que a esposa fez muito bem. Ela quer ser, o marido não tem nada que interferir.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Seguramente foi uma questão de português, porque eu subscrevo tudo o que disse.

Eu não tenho nada contra, antes pelo contrário, até acho a afirmação que fez no final, a dizer que queria convencer os seus familiares a não assumir, acho que é infeliz. Não faça isso porque eles são cidadãos como quaisquer outros.

Aquilo que eu lhe disse e a mim toca-me enquanto deputado, trazer questões sensíveis, que alguém falou, porque trata-se sempre da credibilidade de um processo.

Se eu tivesse ouvido falar da sua boca que tinha tido intervenção direta em escolher quem é que era efetivo e quem é que ficava suplente, eu dizia, você já estava a incorrer num conflito de interesse direto. Eu era o primeiro a dizê-lo, independentemente de depois vir ou não vir a selecionar os seus familiares.

O que foi aqui referido e que eu continuo a dizer, mas cada um decide da sua maneira. Eu, se fosse incumbido de organizar um processo, como o Senhor descreveu, que é um processo básico, administrativo e com isto não estou a desprestigiar os funcionários da Câmara, eu acho que há coisas que o funcionário pode e deve fazer.

Se houve uma opção política, designá-lo a si para conduzir o processo, é porque tem tempo para o fazer e desse ponto de vista não tenho nada contra. Nestas coisas, as pessoas nem sempre se voluntariam, também é verdade. Foi por isso que eu perguntei se tinha havido número suficiente ou não, porque se estivermos a falar de rigor, para mim o rigor é o que a lei manda fazer. Se a lei diz que se há número suficiente não são designados oficiosamente, perguntei-lhe se havia ou se não havia.

Quanto às questões do que é que vai ou não vai fazer, espero bem que não prive os seus familiares de exercerem os seus direitos, pura e simplesmente porque são seus familiares.

Na pior das hipóteses, o Senhor desmarca-se deste processo, mas o processo já está concluído, também já não há nada para desmarcar, já está feito, agora é só votarmos a lista e mais nada.

Que isso fique claro, não fique ofendido com essa questão, que ninguém aqui levantou que estivesse a favorecer “A” ou “B” da sua família, é uma questão de português, vai ler a ata e vai ver se de facto eu disse isso. Espero bem que não tivesse ficado com essa impressão.

O que eu aqui referi foi que se levantou a questão de ser o Senhor a conduzir este processo e de estarem envolvidos membros da sua família, o que levanta eventualmente o conflito potencial ou aparente. Aparente sim, potencial não, porque o Senhor não tem interferência no processo, na seleção. Se me dissesse que tinha, então aí eu já ficava preocupado. Fui claro?

Presidente da Assembleia Municipal:

Perfeitamente, também eu ficaria preocupado.

Mas provavelmente, isto deu o que deu, porque eu fui nomeado gestor do processo.

Vamos passar à votação:

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade, aprovar a Lista dos Juizes Sociais.

PONTO 4.8 – RELATÓRIO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.8, Relatório do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição.

Quem se inscreve, por favor.

Deputado Faustino Cunha, faça o favor de intervir.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente em exercício, eu penso que este ponto não tem nenhuma deliberação, é apenas para tomar conhecimento.

Presidente da Assembleia Municipal:

É mera apreciação.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

De qualquer forma eu gostaria de expressar a minha opinião sobre este assunto.

E pensei na personalidade do Presidente desta Assembleia, não o que está em exercício, mas que hoje não pôde estar.

Quando me dirigia a ele, eu dizia Exm.º Senhor Presidente e caríssimos membros desta Assembleia, estou a dirigir-me a V.Ex.ª na dupla qualidade de Presidente da Assembleia Municipal e membro da maioria.

Tenho consciência da importância que o ilustre Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela tem e reconhece às atribuições e competências das Assembleias Municipais. Tem dinamizado aqui vários debates, sobre o papel deliberativo e o papel fiscalizador, que incumbe às Assembleias Municipais. Vem isto a propósito do Relatório elaborado pelo Executivo, como prova de observação do direito da oposição.

Cumprindo um imperativo democrático defendido pela lei, o Executivo pretende demonstrar que em Mirandela a oposição tem as portas abertas à informação plena.

Vejamus um exemplo prático desta abertura e disponibilidade democrática:

Foram hoje apresentadas as contas do município relativas a 2012! Tal como nos anos anteriores, 2010 e 2011, não vieram acompanhadas das contas das empresas participadas, conforme estipula o art.º 47º, n.º 2 da Lei 2 de 2007.

A citada lei até obriga que estas contas sejam apresentadas conjuntamente com os relatórios destas empresas participadas (Sociedades Anónimas) e sejam acompanhadas de relatórios de auditores a fim de melhor esclarecer os membros das Assembleias Municipais, na medida em que não se tem formação por vezes, nessa área e se exige uma melhor compreensão.

Não está em causa, da Assembleia Municipal, aprovar ou desaprovar o Relatório do Metro de Mirandela, ou de outra empresa qualquer, participada. Esta Assembleia não tem esse poder, mas tem o direito de saber o que é que se lá passa, porque tem o poder de deliberar aqui, sobre essa participação.

Não havendo contas apresentadas, também não há discussão.

A oposição não pode apresentar dúvidas e questões, o que poderá até significar esclarecimento e concordância! É certo que não estou a referir-me à maioria que presumo estar informada, esclarecida e conscientemente conhecedora e concordante! De certeza que sabem o que se passa nessas empresas participadas. A oposição...bem, a oposição é a oposição!

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado.

Tem a palavra o deputado Luís de Sousa.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Muito obrigado Senhor Presidente.

O nosso grupo solicitou, ao abrigo do direito da oposição, que este relatório fosse efetuado e fosse trazido para discussão a esta Assembleia. Temo-lo sempre feito desde que tomámos assento neste órgão deliberativo, mas não nos agrada o método como tem vindo a ser feito e já demos nota disso noutras ocasiões.

Um relatório desta natureza, que seja feito como a lei diz, pelo Executivo e trazido para discussão à Assembleia, a pedido de um dos titulares do direito da oposição, esse ponto de vista foi cumprido. Mas podemos ir mais além, se quisermos ir.

Não basta organizarmos conferências sobre a qualidade da democracia local, o papel das Assembleias, etc., se depois na prática não colocamos esses princípios na rotina do funcionamento diário das instituições.

Há pouco referi, quando discutimos o regulamento das medalhas e das distinções, que por bem, para nos fazermos valer dos tais princípios que vinham evocados na nota justificativa, de rigor, de isenção, os critérios fossem por maioria qualificada, que significa que tem de haver um consenso mais alargado entre as forças políticas representadas nesta Assembleia, para distinguir um munícipe na sua atividade profissional, social, etc., não quiseram, foi uma opção política.

O direito da oposição é uma salvaguarda do pluralismo, peça fundamental do bom funcionamento da democracia, para isso ele existe. Embora muita gente assim o interprete, não é uma cortesia da maioria. O que eu gostaria que fosse eventualmente feito e já o tenho dito várias vezes, é que estes relatórios fossem submetidos a contraditório e que os queixumes ficassem retratados no relatório, quando fosse publicado. Mas não o têm feito. Também é verdade que neste debate não temos sido acompanhados pelas outras forças políticas da oposição. Têm estado um bocadinho descuidados nessa matéria.

Já foram mencionadas algumas situações, que não foram as mais corteses em relação à oposição.

Não sei se foi má fé, se foi falta de profissionalismo, mas falhou a comunicação quando foi da instalação do Conselho Municipal da Juventude e sobre isso já tivemos uma discussão bastante longa por e-mail e também já aqui o referi, relativamente à conferência meritória sobre as Assembleias Municipais, também não foram ouvidos os partidos da oposição quanto aos conteúdos ou aos potenciais oradores.

E há toda uma outra série de questões, que não têm vindo a ser cuidadas ao longo dos tempos.

Por exemplo, nós não temos condições materiais para exercer condignamente a função de representação. Para começar, só o acesso ao Hi Fi, tivemos que debatê-lo porque inicialmente era um apanágio só dos membros do Executivo. Depois foi aberto e ainda bem.

Solicitámos várias vezes o e-mail institucional, que nunca foi dado, não temos página pessoal na Câmara, nem a própria Assembleia tem um portal próprio. Dou o exemplo de algumas autarquias mais ou

menos do porte da de Mirandela, que já têm um portal próprio para a sua Assembleia. O caso de Belmonte, de Évora, Lamego, Resende.

Nunca fomos consultados sobre a elaboração da agenda desta Assembleia, nem ouvidos também quanto ao agendamento das reuniões. Eu alterei a minha vida profissional toda a contar que a reunião era no dia 26, mas depois já não era no dia 26, era no dia 29, porque calhava melhor para o Senhor Presidente e o Senhor Presidente não está cá hoje, por motivos pessoais ou profissionais, seguramente.

Enfim e todos esses pequenos atropelos, relativamente ao direito da oposição.

Agora, o que eu vejo aqui? Vejo um relatório que refere um conjunto de cumprimentos, que a lei exige.

Mas vejo uma questão que é semelhante àquela que referi, na informação do Senhor Presidente, relativamente ao Conselho de Segurança, dos "faltaram". Às vezes é uma questão de, como se apresentam as coisas, dignifica muito.

Nós recebemos o relatório e anexo ao relatório, há uma catrefada de declarações, assinadas pelos Vereadores da oposição, de que receberam determinada informação solicitada. Eu pergunto se há uma justificação jurídica que me explique a necessidade de um titular do direito da oposição assinar uma declaração sobre uma informação solicitada.

Nós temos os funcionários da Câmara bem mais conhecedores do Código de Procedimento Administrativo, de nunca ter solicitado tal declaração a nenhum titular da oposição, porque nem a um titular da oposição, nem a nenhum cidadão, não há fundamentação jurídica para isto.

Daí que eu há pouco, peço desculpa à D. Natividade, que me entregou e acuso a receção dum disquete com as contas do Complexo Agroindustrial, trazia a dita declaração para eu assinar e eu disse-lhe, D. Natividade desculpe, mas eu não vou assinar isso e recuso-me a assinar. É que isto aparece aqui quase como uma coisa um bocadinho pidesca, (desculpe o termo). *"Recebeu a informação, assine se faz favor."*

Acho o relatório uma coisa sem jeito. O método é o que eu já disse. Não tem contraditório e não são incluídos os nossos queixumes. Essa seria uma boa prática, se querem avançar, não se fiquem por aquilo que a lei diz que têm obrigatoriedade legal de fazerem. Isso já nós sabemos. É o mínimo e não tem fundamentação jurídica nenhuma.

Não faz sentido, se é para ter a nota de que estão a cumprir na distribuição da informação solicitada, basta escreverem isso. Volto a dizer, quando entregam um documento, a pessoa não está ali a ler para ver se a informação que pediu é fidedigna ou não, mas no entanto já assinou o documento a dizer que a recebeu.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Senhor deputado. Eu julgo, (é a minha opinião) que acabou de exercer o seu direito ao contraditório. Senhor Presidente da Câmara, não sei se quer dizer alguma coisa sobre isto.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Prestar alguns esclarecimentos muito curtos, em relação a este Relatório. Nós aceitamos todas as sugestões, mas às vezes há situações que me deixam um bocadinho confuso.

Ser acusados de nos termos atrasado na entrega dos documentos, admito. Que não entregamos os documentos, não admito.

Todos os documentos referentes a empresas municipais, no ano de 2012, foram entregues. Foi entregue um CD com todos os documentos referentes ao ano de 2011.

Todos os documentos referentes ao ano de 2012 serão entregues. Estão a ser entregues à medida que são produzidas as respetivas atas. Foi o que aconteceu com a AIN - Agro Industrial do Nordeste, que foi entregue e há de acontecer com todos os outros documentos que venham dessas empresas municipais. Recebi agora um mail a dizer que está neste momento disponível no portal a Resíduos do Nordeste. Irá ser entregue a Resíduos do Nordeste, que foi agora produzido o documento.

Ao contrário do que aconteceu anteriormente, não o faremos em conjunto, fá-lo-emos individualmente.

Em 2012, foram entregues todos os documentos de empresas em que a Câmara de alguma forma participa, cujos documentos foram produzidos. O facto de esperarmos pelos últimos, levou a existir esse atraso.

Disse muito bem o Senhor deputado, foi entregue agora o da AIN, já entregue do ponto de vista formal.

No que se refere ao Relatório, todas as sugestões que possam querer apresentar, nós iremos implementá-las. Aliás, na reunião de Câmara foram já apresentadas algumas sugestões: a inserção da data de pedido, as respostas e as contra respostas em contraditório, um conjunto de elementos. Se aceitamos essa sugestão, é porque também o queremos fazer, para nosso esclarecimento.

No entanto, não posso deixar de não concordar consigo no que diz respeito à chamada notificação por protocolo.

Se hoje for levantar um documento á Câmara Municipal, uma fotocópia simples referente a um processo, seja ele qual for e não for notificado por postal, o município toma conhecimento do próprio processo de que foi notificado do teor daquele ofício. Certamente estão nesta sala pessoas que já o fizeram.

Um exemplo, um processo de licenciamento, em vez de levantar ou receber em sua casa o documento por via postal, toma conhecimento desse documento e no fundo é o que fazemos com estes documentos.

Não o fazemos à oposição, não é feito exclusivamente para a oposição, não é feito exclusivamente na produção destes documentos. É feito quando é possível para evitar a notificação postal e para evitar confusões mais tarde de que não houve problemas de entrega ou não entrega.

Há a notificação postal, por registo com aviso de receção e notificação individual. É o que temos feito. Não existe mais nada, é apenas esse procedimento que está a ser cumprido neste caso.

PONTO 5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

Presidente da Assembleia Municipal:

Terminado o Período da Ordem do Dia, vamos passar ao ponto 5, Outros Assuntos de Interesse para o Município.

E neste ponto, para que não haja dúvidas, permitam-me dizer o seguinte:

A entrega da moção por parte do representante da CDU, Pedro Fonseca, não significou desprezo pela moção. Só que nós entendemos não nos pronunciarmos na altura porque ele não foi entregue no seu devido tempo, com o devido respeito. Deveria ter sido entregue no Período Antes da Ordem do Dia ou eventualmente neste ponto.

Eu pergunto-lhe o seguinte: mantém a moção que apresentou, neste ponto? Mantém.

Está então aberto o período de inscrições para este ponto.

Dou a palavra ao deputado Carlos Fraga.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados, muito boa tarde.

Neste período de Assuntos de Interesse para o Município e como hoje de manhã o Senhor Presidente da Câmara afirmou, também eu queria deixar em meu nome pessoal, como cidadão, sócio do Sport Clube de Mirandela, a minha satisfação, embora não a 100%. Penso que todos nós estaremos um pouquinho tristes por o nosso Sport Clube de Mirandela não ter conseguido escrever mais uma página brilhante da sua rica história.

No entanto, terminado o Campeonato Nacional da Segunda Divisão, zona norte, é de salientar o honroso 3.º lugar em que ficou classificado. Estão por isso de parabéns a direção, os corpos sociais, os sócios, os simpatizantes, toda a cidade, todo o concelho, todas as forças vivas. Fica aqui este apreço pelo trabalho desenvolvido ao longo de toda uma época. Mirandela remou contra ventos e marés, como se costuma dizer, foi amealhando resultados, andou sempre à cabeça da classificação e chegámos mesmo ao final. Subiram os nossos conterrâneos do Grupo Desportivo de Chaves, a quem também desejamos os melhores sucessos na próxima época e também para o nosso querido Sport Clube de Mirandela que certamente irá bater-se pela vitória na próxima época e no próximo campeonato.

O segundo ponto que me traz aqui, que eu dirijo ao Senhor Presidente interino desta Assembleia Municipal e encaminhado para o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, prende-se com um pedido que já foi feito por escrito, em novembro de 2009, por cidadãos residentes no lugar da Maravilha que é composto por cinco habitações.

E onde as pessoas davam conta em novembro de 2009, que avançavam os anos e que cresciam as suas debilidades, passo a citar: *“as pessoas estão cada vez mais idosas o isolamento é cada vez mais acentuado, apesar de residirmos não muito distante do coração da cidade, já não temos pernas que nos ajudem a caminhar até lá. Aos Transportes públicos não temos acesso, apenas o serviço de táxis da cidade, quando solicitado telefonicamente. Todavia sucede que estes se recusam com frequência a fazer o trajeto na íntegra, até às nossas casas, porque temos cerca de 1,5 Km. de caminho de terra batida, em muito mau estado.”*

Depois de dar conhecimento desta situação que passou pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, Dr. Rui Magalhães, onde as pessoas apelavam, perante o exposto, para ser feita com urgência uma requalificação adequada no caminho público de terra batida, a partir do nó que dista da estrada do Parque de Campismo até às suas residências. Na altura também solicitavam a colocação de pontos de luz, situação que já foi resolvida no ano de 2011, como as sucatas que eram colocadas nas bermas clandestinamente, com a intervenção preciosa do Senhor Presidente da Assembleia interino também já foi ultrapassado.

Quanto à intervenção no caminho público é que continua sem nada se fazer.

A Junta de Freguesia fez o papel que lhe competia, que foi dirigir em 23/11/2009, ao então Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, tenho aqui cópia do ofício, e desde o início de 2012, atual Presidente, onde lhe solicitava a intervenção no caminho público.

A única intervenção que ali houve, foi no início de 2010, através da Junta de Freguesia, que com uma máquina, corrigiu alguns buracos e fez limpeza das bermas.

Hoje o caminho continua cada vez mais degradado, as pessoas cada vez mais isoladas. Inclusivamente os meios de socorro têm dificuldades em chegar à casa das pessoas para os socorrerem.

Isto magoa-me e fere cá dentro porque são cidadãos em pleno gozo dos seus direitos, têm a idade que têm e merecem o respeito de todos nós e eu pedia ao Senhor Presidente da Assembleia e ao Senhor Presidente da Câmara que tivessem isto em atenção. Se calhar uma intervenção diretamente, feita com meios humanos e técnicos da Câmara Municipal, é capaz de conseguir colmatar esta situação. E após o inverno que já passou, o dito caminho continua a ter lombas e buracos muito acentuados. É um caminho que começa a ficar cada vez mais restringido, com muitas silvas nas bermas e eu pedia que não fosse protelada a situação, que houvesse uma intervenção direta da Câmara, no sentido de cederem umas carradas de gravilha para tapar todos aqueles buracos e fazer uma limpeza das bermas.

Senhor Presidente da Assembleia e Senhor Presidente da Câmara, desculpem esta minha intervenção, é feita de boa fé, penso que é pertinente e que é justa, em nome de pessoas que hoje têm 77 anos, 82 anos, e que não podem vir aqui de sua viva voz transmitir esta preocupação que tanto os aflige. Este isolamento tão perto da cidade, mas ao mesmo tempo tão distante do coração desta cidade.

Vou entregar quatro fotografias ao Senhor Presidente da Assembleia que atestam bem como se encontram as bermas do caminho, completamente encobertas por silvados.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Em relação a esta questão, ma medida em que também fui aqui chamado, permitam-me dizer o seguinte:

O deputado Carlos Fraga sabe que as suas preocupações também são minhas e também são da Junta de Freguesia de Mirandela. Está aqui o outro elemento da Junta que sabe que eu não estou a mentir, a deputada Matilde Machado.

Para além dessa situação da Quinta da Maravilha, há mais duas ou três que têm sido motivo de preocupação, por parte da Junta de Freguesia. Acreditamos que mais tarde ou mais cedo elas serão resolvidas. Para além dessas, preocupa-me também a Quinta da Ruiva, S. Martinho, Estanca Rios e também uma rua que existe no Bairro de Santa Catarina.

É verdade que a Junta de Freguesia de Mirandela tem gasto algum dinheiro para minorar esses problemas mas como bem entendem nós não temos capacidade financeira para conseguir uma solução definitiva para essa questão e outras.

Prometo que continuaremos atentos e junto do Senhor Presidente da Câmara iremos diligenciar para que as bermas da estrada da Quinta da Maravilha sejam limpas e para que as pessoas, como disse, também tenham direito ao mínimo que deve exigir qualquer cidadão

Ricardo Garcia tem a palavra, por favor.

Deputado Municipal Ricardo Garcia (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao falarmos do 25 de Abril é preciso entender o nosso passado. Se hoje estamos aqui provenientes de uma revolução em que nada foi pacífica e muito menos politicamente correta, no sentido de que alguns interesses, como hoje, também não pretendiam ser abalados. Mas foram e serão.

Hoje como no passado, mais do que recursos formais, cheios de politicamente correto, as pessoas necessitam de humanidade precisam de afeto e de amparo.

Uma das piores revoluções está para vir e essa tem de ser de mentalidades para que erros cometidos no passado não se voltem a repetir quando hoje temos na mão a maior arma de qualquer revolução, o direito ao voto.

Com todo o respeito à Democracia e sentido de dever enquanto cidadãos não podemos deixar de honrar a Liberdade, lutando pela nossa Dignidade Humana.

Responsabilidade acrescida temos nós, enquanto eleitos, atendendo que a Democracia é esta Assembleia, na qual o poder e a responsabilidade cívica são exercidos por todos os cidadãos, diretamente ou através dos seus representantes livremente eleitos.

As eleições, numa democracia, não podem ser fachadas atrás das quais se escondem ditadores ou um partido único, mas verdadeiras competições pelo apoio do povo, que sujeita os executivos ao Estado de Direito, que assegura a todos, sem exceção o bem estar social.

Uma maioria política é um meio para organizar um executivo e decidir sobre assuntos públicos, não é uma via para a opressão.

Nenhuma maioria, nem democracia deve tirar os direitos e as liberdades fundamentais de um grupo minoritário ou de um indivíduo.

Entre os direitos Humanos Fundamentais que qualquer poder democrático deve proteger, estão a liberdade de expressão e a liberdade de se organizar, denunciar, discordar e participar plenamente na vida pública da sua sociedade.

E se na democracia se reconhece que a diversidade é uma vantagem enorme, pois trata estas diferenças na identidade, na cultura e nos valores como um desafio que pode reforçar e enriquecê-la e não como uma ameaça.

Com efeito, para preservar e proteger os direitos e as liberdades individuais, um povo democrático deve trabalhar em conjunto para regular o executivo que escolher. E a maneira principal de fazer isso é através dos partidos políticos.

Os partidos democráticos reconhecem que as opiniões políticas são flexíveis e variáveis e que o consenso pode, com frequência, surgir de um confronto de ideias e valores num debate pacífico, livre e público.

O conceito de oposição leal é inerente a qualquer democracia. Significa que todos os lados no debate político – por maiores que sejam as diferenças – partilhem os valores democráticos fundamentais de liberdade de expressão.

Numa democracia, a luta entre partidos políticos não deve ser uma luta pessoal nem de interesses isolados, mas sim uma luta de ideias para competitivamente se sirva o povo. Por isso é que, ao contrário de uma ditadura, um poder democrático existe para servir o povo e a democracia garante muitas liberdades aos seus cidadãos, incluindo a liberdade de discordar e de criticar o executivo.

A cidadania numa democracia exige participação, civismo e respeito. As democracias necessitam mais do que um voto ocasional dos seus cidadãos para permanecerem saudáveis, precisam de uma atenção contínua, tempo e dedicação de muitos dos seus cidadãos, para deste modo proteger os seus direitos e liberdades.

Para o efeito, utilizam uma imprensa livre onde podem falar com franqueza sobre questões locais e nacionais, aderem a associações, organizações. Uma imprensa livre informa o público, responsabiliza os dirigentes e proporciona um fórum para o debate das questões locais e nacionais.

Em democracia, o executivo é responsável pelos seus atos. Os cidadãos esperam, portanto, ser informados sobre as decisões que são tomadas em seu nome. A imprensa facilita o “direito de saber”, agindo como supervisor do executivo, ajudando os cidadãos a responsabilizá-lo e questionando as suas políticas. Os executivos democráticos garantem o acesso dos jornalistas a reuniões públicas e a documentos públicos, não colocam restrições prévias sobre aquilo que os jornalistas podem dizer ou escrever.

Os jornalistas não devem ser influenciados pela opinião pública, apenas pela busca da verdade, somente a verdade. Uma democracia permite que a imprensa faça o seu trabalho de obtenção de notícias sem receio nem favorecimento do poder.

Numa democracia representativa a Assembleia Municipal é o principal fórum para decidir, debater e aprovar. O papel de cada um aqui eleito, seja por partido A, B, ou C, deve ser de defender o povo e quem o elegeu e não fazer uma vénia ao executivo, só porque a cor é a mesma.

Os poderes de supervisão e investigação permitem aos deputados questionar publicamente os membros do executivo por atos e decisões tomados, servir de controlo ao poder do Presidente da Câmara e seus vereadores.

Os Deputados Municipais têm a responsabilidade de articular as suas opiniões de forma mais participativa e eficiente possível. Responsabilidade essa de ética democrática da tolerância, do respeito e da colaboração, para chegarem a consensos que beneficiem o bem estar geral de todos e não apenas daqueles que lhe dão apoio político.

Em suma, em democracia como em liberdade, responsabilidade do poder político significa que têm a obrigação de explicar as suas decisões aos cidadãos – pela transparência.

A responsabilidade do poder político é alcançada através do uso de mecanismos com o objetivo de impedir mais corrupção.

O principal mecanismo de responsabilidade política são eleições livres e justas. Se os eleitores não estão satisfeitos com o desempenho de um partido político não devem votar nele.

E hoje, dirijo-me a este plenário não só como deputado eleito pelas listas do CDS/PP, mas sim como Jovem Mirandense, que apesar de não ter tido (felizmente) de lutar para ter liberdade de expressão, mas que no entanto encontro outras liberdades tão ou mais importantes pelas quais é necessário continuar a lutar.

Como dizia Miguel Torga:

“É um fenómeno curioso: o país ergue-se indignado, moureja o dia inteiro indignado, come, bebe e diverte-se indignado, mas não passa disto. Falta-lhe o romantismo cívico da agressão. Somos socialmente uma coletividade pacífica de revoltados.”

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Queria apenas dizer, relativamente à moção, que não foi possível apresentá-la no Período Antes da Ordem do Dia. O meu tempo estava reduzido e resolvi apresentá-la desta forma.

Relativamente a este ponto, queria falar em dois ou três aspetos.

Em Vale de Madeiro, anexa da Freguesia de Mirandela, parte da cidade de Mirandela, existem ruas que estão por alcatroar ou calcetar. Encontram-se em terra batida. Os moradores têm-se queixado desta situação, que em dias de chuva se agrava ficando em lama.

Tem o Senhor Presidente da Câmara Municipal conhecimento desta situação? Que medidas irá tomar ou já tomou para a resolução deste problema com que os moradores estão confrontados?

Para além disto, a estrada que serve Valverde da Gestosa continua por sinalizar, tornando extremamente perigosa a circulação, mesmo depois de já ter sido aqui feita a denúncia por um munícipe explicando que, dependendo das condições climatéricas, aquela estrada se torna num labirinto. Estará o Senhor Presidente à espera que cheguem más notícias de eventuais acidentes? Ou por outro lado, estará a aguardar por um período mais próximo das eleições para terminar esta obra?

Sei que nas instalações do matadouro do Cachão têm sido removidas toneladas de ferro e aço de algumas instalações. Queria perguntar ao Senhor Presidente que quantidades foram ou estão a ser retiradas e qual o objetivo desta massiva retirada de materiais?

Para além disso, queria ainda deixar uma preocupação relativamente a árvores de grande porte que continuam sem ser podadas, criando uma situação de extremo perigo para moradores do Cachão.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Senhor Presidente em regime de substituição, Senhores Membros da Assembleia Municipal, muito boa tarde. No passado dia 06 de abril falou-se de Assembleias Municipais enquanto escola de democracia e cidadania e sinceramente quando fui convidada pela Dr.ª Graça Calejo a fazer parte desta escola, não consegui alcançar logo a sua grandiosidade...não estou a ser sarcástica, estou a ser sincera.

No passado dia 06 de abril concluiu-se que as Assembleias Municipais estavam doentes. Hoje, aqui nesta Assembleia, provou-se o contrário.

A Assembleia Municipal de Mirandela, está bem e recomenda-se. E prova disso são algumas das intervenções de hoje, feitas pela positiva, valorizando aquilo que Mirandela tem de bom: a hidroginástica para os idosos, defendida pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro Velho. A defesa com convicção e entusiasmo, da Dr.ª Cristina Passas, naquilo que acredita e sabe, da Dr.ª Luísa Deimões e demais intervenções feitas aqui.

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia Municipal, deveria haver eleições mais vezes.

Falou-se muito em avaliações e eu sou a favor da avaliação como processo de crivação e de tomada de consciencialização. Gostava de ver mais iniciativas de âmbito local, é verdade, não ir só a reboque das que são iniciativas de âmbito nacional, mas este Executivo fez as suas opções políticas e serão avaliadas nas próximas eleições.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse hoje que vivemos em Mirandela e sabemos como as coisas se passam mas eu acredito que estamos sempre a tempo de mudar e melhorar. Mantenho-me empenhada na construção duma Mirandela diferente.

Os cabelos brancos são importantes e os presentes nesta Assembleia mostram conhecimento, experiência e, mais do que tudo, são membros de assembleias que já se preocupam com os outros e não só com eles próprios.

Hoje li no jornal que a próxima geração será mais empreendedora e global mas no referido seminário disse que para os municípios estarem ativos. Na Assembleia devem estar o que de melhor tem o município para assim bem o representar. Eu acredito que existe uma categoria especial de homens e mulheres, dotados de capacidade específica para governar e outros com o seu ato cívico e de cidadania, contribuirão para uma vivência ativa na comunidade.

E assim, como dizia, comecei uma caminhada cheia de obstáculos, de preconceitos, de uma Mirandela formatada, em que é fácil saber sempre o que vai acontecer e coisas fora da formatação, parecem sempre um bicho de sete cabeças.

Comecei então a caminhada para a construção de uma Assembleia Municipal de Crianças e Jovens de Mirandela. A sensibilização já começou a ser feita. Foi realizado um seminário na Torre de D. Chama e outro aqui em Mirandela.

Tenho que agradecer aos membros da Assembleia Municipal que nos presentearam com a sua presença, sem falar nos que foram os oradores e os que entrevistaram diretamente.

Queria dar um obrigado público e especial outra vez, ao Presidente da Junta de S. Pedro Velho, que foi à Torre de D. Chama, e ao Deputado Municipal Faustino Cunha que esteve nos dois seminários.

Aos outros peço desculpa, se não os vi...mas um obrigada a quem participou.

Neste momento parece-me que estão reunidas as condições para criarmos a Assembleia Municipal de Crianças e Jovens de Mirandela. É claro que isso nunca seria possível se não tivesse o apoio com que tenho contado, do Presidente da Assembleia Municipal e com o Presidente da Câmara Municipal, porque sem eles isto não era possível.

Este vai ser um ano de experiência mas espero que contribua para conseguirmos ter daqui a uma geração, sentados nestas cadeiras, membros da Assembleia Municipal, informados e mais capazes de defender este município naquilo que o representam.

Logo a seguir ao Seminário viram-se alunos que começaram a questionar. Hoje passou uma reportagem na Rádio Terra Quente de meninos que vão participar nessa Assembleia Municipal e que estão preocupados com a iluminação pública, por exemplo. Queria contar com o apoio de todos. A seu tempo será dita qual é a data.

Exercer plenamente a cidadania, consiste em participar ativamente nas decisões da comunidade, propondo soluções para os problemas, em todos os âmbitos do convívio social. Os nossos jovens irão fazer isto já na nossa primeira Assembleia Municipal, porque eu acredito que quanto mais consolidada estiver a cidadania, mais hipóteses teremos de ter um país Maios justo e igualitário para todos.

Muito obrigada.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigada deputada Fernanda Cerqueira.

Tem a palavra a deputada Odete Ferreira.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Senhor Presidente em regime de substituição, terá toda a liberdade de me interromper se entender que aquilo que eu disser não se enquadrar no ponto.

Contudo, nos Outros Assuntos de Interesse para o Município gostaria de enquadrar sobre grande capa a aposta no capital humano, um grande desígnio e um grande interesse para o município porque não fazemos nascer minas de ouro, não podemos fabricar dinheiro, etc., somos pobres e temos gente. E a gente não nasce logo com os genes todos de inteligência, isso é um mito. A inteligência emocional e as vivências que se proporcionam são extremamente capacitantes para se exercerem as atividades futuras ou o quer que seja.

Isto vem a propósito de eu gostar muito de provérbios e de aforismos. Pauto muito a minha vida pessoal por elas e de pequenino é que se torce o pepino.

Sendo assim, hoje que vieram para a Assembleia tantos regulamentos e eu até chamei à colação o regulamento do Conselho Municipal de Educação. Mas porque é que existem? É só por força de lei? Não. Existem porque se pretende que haja um trabalho de proximidade, que haja uma atitude proativa e não reativa. Trata-se de jovens e não falo só da educação da escola e parem por favor de dizer, que a escola é que tem que fazer tudo, senão qualquer dia rebenta tudo pelas costuras!...É a sociedade civil num primeiro momento, sejam as famílias como elas sejam, estruturadas, desestruturadas. Mesmo desestruturadas são família, sejam monoparentais, sejam o que quer que sejam. Lembro que as primeiras famílias são quase as instituições porque a partir dos quatro ou cinco meses já tem que a criança ir para o infantário, pré e depois vêm as AEC's, porque não soubemos reorganizar o trabalho e as empresas e a escola é que tem sido o colmatar da ocupação dos meninos e aqui os meninos não é no sentido depreciativo.

Isto é diretamente para o Senhor Presidente que está por inerência em todas as reuniões, nestes conselhos todos, de Educação, de Segurança, de Juventude, todas estas iniciativas que são levadas a cabo por entidades não judiciais, como é o caso da Comissão de Proteção de Menores, a rede social, etc. Que estes conselhos juntem políticas de prevenção, sejam elas quais forem.

Ou seja, isto vem na sequência da minha atual preocupação no aumento de abandono escolar, de insucesso, mais até do que abandono escolar. O insucesso, porquê? Porque esta tutela resolveu retirar algumas áreas que estavam implementadas e impor o chamado apoio ao estudo, que não é obrigatório. São cinco horas semanais em que são horas de preguiça e o insucesso tenho a certeza que vai aumentar porque há exames de português e de matemática no 4.º ano e no 6.º ano e nós estamos num território culturalmente débil porque não há hábitos culturais e um deles é a leitura.

Já estive num país, no âmbito do Comenius, a Dinamarca, em que as famílias à noite liam com os filhos. Requisitavam os livros na biblioteca municipal, nem eram comprados.

Resumindo, que tudo que seja que nos consome e vos consome muito tempo, façam uma concertação territorial para que não tenhamos tantos jovens de vistas tão curtas (se calhar é a minha experiência) que eu tenho diante de mim e que estou permanentemente a tentar alargar horizontes, ensiná-los a pensar, claro que também tenho que ensinar os conteúdos. E esta questão de só se exerce cidadania, ninguém nasce ensinado, tem que partir de dentro para fora, temos que fazer uma cultura de genes nas nossas crianças, para que realmente tenhamos um conselho com menos problemáticas.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

O Senhor Presidente já falou de manhã sobre a Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo e eu não vou falar disso, mas vou falar sobre uma obra, que no meu ponto de vista é muito importante para Mirandela.

Acho que a obra foi iniciada hoje, dia 29 de abril, "Mirandela Sustentável"

Estamos numa Assembleia Municipal e a obra, a recuperação e a requalificação urbanística da rua da Avenida das Amoreiras e da Avenida dos Bombeiros Voluntários, do programa TuaMirandela, onde eu habito, num valor de setecentos mil euros.

É na minha opinião uma obra estruturante, em termos urbanísticos, para a consolidação da cidade de Mirandela, o que eu venho apregoando nesta tribuna há longos anos e também não esquecendo aquilo que eu também tenho dito que o estado social é muito importante para este tipo de consolidações. Sem pessoas não vale a pena fazer coisas.

Já dizia um grande urbanista, que era um urbanista por excelência, chamado Kevin Lynch: *“as imagens da cidade são o resultado dum processo bilateral entre o observador e o meio, onde o meio ambiente sugere distinções e relações e o observador organiza tudo aquilo que vê”*

Lynch promove diversas contribuições no campo urbanístico, através de pesquisas empíricas nos indivíduos, nas pessoas que observam, nas pessoas que passeiam pela cidade, nas luminárias, etc.

Ele fez um estudo teórico durante cinco anos, nas cidades de Boston e Illinois. É uma situação em que o espaço físico da cidade é um lugar que pode criar tensões e potencialidades entre o seu destinatário, que é o seu espaço lúdico, onde a pessoa tem o prazer de se sentar, o prazer de observar ou o prazer de construir imagens.

No urbano e na arquitetura constrói-se com o apoio da interdisciplinaridade para definir o que é o público e o que é o privado e para estabelecer uma analogia desse mesmo espaço físico. E o projeto que a Câmara executou, penso que irá ser estruturante para todo este eixo.

A nossa realidade atual, é que as nossas cidades estão mudando as suas fronteiras. Para mim não é a cidade de há dois ou três anos, são as que hoje já se começam a chamar “cidades regiões”. Em minha opinião, se não seguirem esse caminho, as cidades desaparecem do mapa, quando houver uma regionalização muito mais acentuada em termos de municípios.

Essas chamadas “cidades regiões” são o novo caminho para a nova cidade, para a cidade atual, que em meu entender ela vive uma realidade que é mais dependente das flutuações económicas decorrentes duma sociedade moderna, que se está esvaziando. Portanto há que pensar numa nova cidade.

E esses fenómenos evolutivos em relação a um determinado tecido urbano, através da sua contínua e simultânea transformação, tem conduzido os espaços públicos a uma distanciação da representatividade política e social.

Por tudo isto, deve a Câmara Municipal, no meu entender, ou qualquer outra câmara municipal criar instrumentos de pré viabilização para uma futura cidade região, permitindo assim contribuir para uma discussão democrática de todos os cidadãos, do que deve ser a cidade de Mirandela e o seu concelho.

Bem haja Senhor Presidente pela obra. Viva o concelho de Mirandela, viva a nossa terra “Mirandela”.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado.

Não havendo mais inscrições neste ponto, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, resolvíamos a questão da moção apresentada pela CDU. Temos indicação de que esta moção se mantém válida. Ultrapassada a questão da sua admissão ou não, tem sido prática desta Assembleia Municipal admitir todas as moções, sem se votar a questão da admissão ou não. Eu penso que podemos manter essa metodologia.

Para recordar, essa moção dizia o seguinte:

Título: “Em defesa dos Micro, Pequenos e Médios Empresários”

Depois do texto introdutório, dizia assim:

“Assim, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida a 29 de abril de 2013, decide:

1- Reclamar do Governo medidas urgentes na Fiscalidade, nomeadamente reduzindo o IVA da restauração, reposição dos apoios à interioridade, particularmente no IRC, no crédito, no apoio ao investimento, com programas adequados do QREN e em especial para o Comércio, na Justiça, não afastando mais dos cidadãos e empresas, na alteração da legislação do Arrendamento, que deve assegurar a estabilidade negocial e de apoio Social, com a entrada em vigor logo que os empresários tenham carreira contributiva suficiente.

2- Recomendar ao Executivo Municipal:

a) Que analise a possibilidade de isentar ou reduzir temporariamente algumas taxas (reclames, toldos, utilização da via pública), ou mesmo impostos (IMI, Derrama) e simplifique o respetivo processo de licenciamento a estabelecimentos dos setores da pequena indústria, do comércio tradicional, da restauração e dos serviços;

b) Que promova a criação de um Conselho Municipal para as Atividades Económicas, que junte representantes das associações empresariais e sindicais do setor, com o objetivo de contribuir para um melhor conhecimento da realidade de cada setor, para a definição de estratégias de desenvolvimento e apoio às decisões a assumir pelo Município.”

Está aberto o período de discussão desta moção.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Antes de entrar na moção, quero referir o seguinte:

Concordo plenamente com o que disse a Senhora deputada Odete e dizer que os Senhores Professores têm que se começar a unir porque senão qualquer dia têm lá as caminhas. Entram à segunda e só saem à sexta. Os pais não querem saber. Saem de manhã e levam os filhos ao infantário ou à escola. Chegam à noite, dão-lhe banho, cama, acabou...

Isto tem que mudar, ou a bem ou a mal, tem que o país culturalmente mudar.

Quanto ao Senhor deputado Ricardo Garcia, é um jovem, gostei de o ouvir. Fez intervenções que concordo consigo mas ainda tem um bocadinho que aprender determinadas coisas.

A liberdade da oposição falar contra o executivo é igual à liberdade de quem apoia falar bem do executivo. A sua liberdade não pode coincidir com a minha liberdade.

Relativamente à moção, ela foi estrategicamente metida e muito bem.

Não falou de contas, não falou de relatórios, teceu considerações sobre a moção, como quem diz...eles vão comer o isco... mas não, olhe que aqui já há pessoas muito experientes, isso não serve. Como também não serviu a última porque são moções fabricadas exteriormente. É só para lhe dizer que nós não alinhamos nisso.

Votar agora a sua moção era fazermos um voto contrário ao que fizemos com o Relatório e Contas.

Por isso o grupo parlamentar do PSD vai votar contra.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação da moção.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos contra, 48

Abstenções, 5

A Favor, 8

Recusada por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, rejeitar a moção apresentada pela CDU.

Presidente da Assembleia Municipal:

Agora sim, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que foram colocadas no ponto 5.

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De forma célere e simples, tentar responder a algumas questões que aqui foram apresentadas.

Às que têm a ver com infraestruturas, é curioso ouvir as mesmas pessoas que alguns minutos antes acusam de fazermos demais e a seguir pedem-nos para fazermos mais. Não percebi se é para fazermos mais dívida ou menos dívida...não entendi muito bem.

Em relação à Maravilha, quem colocou ali tantas infraestruturas, também há de ser capaz de fazer outras. O Município tem quatro equipas em permanência a tratar das suas vias, nos vários níveis. Significa que estamos presentes e que conseguimos sempre tentar responder às solicitações das populações e que estamos sempre atentos.

Dizer ao Pedro Fonseca que em Vale de Madeiro há ruas por calcetar, como há ruas para calcetar noutros locais do nosso concelho e haverá sempre ruas para calcetar. Vamos calcetando gradualmente, tentando colmatar essas dificuldades, mas posso-lhe garantir que em Vale de Madeiro também há muita rua que foi calcetada e que neste momento está pronta.

Sobre a estrada de Valverde da Gestosa, eu já expliquei aqui que essa estrada foi financiada pela E.P. Há um acordo e a E.P. ainda hoje nos deve quarenta mil euros desse acordo, do que foi executado e tem que pagar a fase seguinte. Nós não somos responsáveis porque há um acordo e um protocolo que foi estabelecido entre as duas instituições e nós queremos que eles paguem esse valor porque é um valor que corresponde às Estradas de Portugal e eles têm que o pagar. Sem pagarem, nós não vamos avançar.

Quanto ao Matadouro do Cachão, em vez de me falar do ferro que sai eu gostava que me falasse nas vacas que entram, porque a verdade é que só hoje entraram 76 vacas e vitelos, 64 pequenos ruminantes e leitões. Significa que matámos mais hoje do que há um ano atrás durante um mês. E hoje matamos mais durante um mês no Matadouro do Cachão do que matávamos há um ano atrás, praticamente num ano. Isto significa que há um trabalho que está a ser feito e era bom que fosse enaltecido porque já estamos a inverter o ciclo. Se em determinado momento tivemos que reduzir os funcionários, neste momento, já estamos a contratar novos funcionários. O ferro, digo-lhe, que cada vez que lá vou dá-me vontade de mandar embora mais ferro porque eu só vejo ferragachos e ferro velho lá dentro. E quanto mais tirarmos de lá, se isso representar de alguma forma, benefício para a instituição, continuando a manter os postos de trabalho e continuar a aumentar a matança, significa que estamos a conseguir estabilidade numa empresa que durante

anos foi aqui dito que estava moribunda. Era isso que eu gostava de ouvir aqui. Estamos a vender o ferro e venderemos tudo que haja lá que não nos sirva para nada. O que não vendemos é o Matadouro e estamos a recuperá-lo.

Dizer sobre as árvores de grande porte que nós já mandámos lá a proteção civil por causa duma das árvores e acabou por não ter um parecer positivo. Ele garantiu que a árvore não tinha grandes dificuldades. O que eu lhe pedia era uma indicação concreta: qual é a árvore e onde é o local? Envie um mail ao Vereador Manuel Rodrigues para nós irmos ao local. Nós constantemente fazemos essas intervenções com a Proteção Civil. Neste caso, não seria por acaso que não iríamos proceder da mesma forma.

Ouvi aqui expressões que às vezes me deixam um bocadinho desiludido e triste.

Quando oiço dizer que somos pobres!...Desculpem lá...somos poupados mas pobres não somos. Não gosto dessa atitude. Somos poupados. Poupamos, reduzimos, estruturamos, mas não somos pobres. Somos ricos. Somos ricos de pessoas e hoje em dia somos ricos ao nível dos equipamentos que temos e da oferta que temos. Podíamos ter mais, é verdade. Podíamos estar melhor, é verdade. Outra coisa é nós termos atenção a quem tem dificuldades porque é importante entender que há mecanismos próprios para isso.

E eu dou o exemplo do Conselho Local de Ação Social que tem reunido quase permanentemente de forma contínua. Foram chamadas inúmeras novas associações. Os Presidentes de Junta são todos chamados para o Conselho de Ação Social Local. Temos feito uma tentativa de demonstrar que o trabalho em rede é o trabalho mais útil neste momento. E julgo que será das instituições mais importantes e diria mais, transversal a todos os setores, porque inclui a área da educação, a área do apoio social, a área dos idosos, a qualificação e o emprego.

Estamos a trabalhar neste momento num plano que permita até 2015 perspetivar o que são os projetos prioritários de rede, não os projetos individuais, naturalmente, para podermos olhar para o concelho e estarmos estabilizados em relação ao seu futuro.

É importante vermos como estas funcionam instituições. E no caso do Conselho de Ação Social Local é um exemplo que pode ter um papel importante, pela rede que gera e pela rede que neste momento já está a fazer.

E nesse sentido, também tenho que o dizer, ouvi aqui coisas em que é importante refletirmos...a Assembleia serve para isso mesmo.

E quando falamos que esta Assembleia está de boa saúde mas a seguir dizemos que não é a melhor assembleia, eu não consigo concordar.

É assim: esta é a melhor Assembleia de Mirandela. É a Assembleia que foi eleita pelos Mirandelenses. É a assembleia que os Mirandelenses escolheram e as pessoas que os Mirandelenses escolheram e, por isso, é a melhor Assembleia que temos. E teremos outra a seguir que será não melhor do que esta. Será tão boa e do mesmo nível.

Mas no que eu acredito, e é para esse sentido que eu gostaria de orientar a minha resposta, é o seguinte: a verdade é que há coisas em que nós falhamos, porque eu gosto muito de ouvir falar aqui em participação e quando olho às vezes para certos locais não vejo lá participação nenhuma. Não é o seu caso, digo-o claramente, antes pelo contrário, e tenho que o dizer aqui que raramente é feita uma atividade da Câmara Municipal que a Deputada Fernanda Cerqueira não esteja.

E faço aqui esse reconhecimento porque é verdadeiro e sabe que é verdadeiro, desde a apresentação dum livro à simples abertura de uma exposição.

Mas a verdade é que muitas das vezes, aqueles que reclamam participação, aqueles que reclamam estar presentes e ser mais ouvidos, são aqueles que nós nunca vemos nas atividades sociais.

Eu recordo que amanhã temos aqui um seminário sobre o mês da prevenção. No dia seguinte temos o aniversário da Banda 1.º de Maio.

Durante este mês de maio, que é o mês de Mirandela, temos inúmeras atividades que celebram a nossa maneira de ser. É claro todos nós temos a nossa vida profissional, mas nos dias em que não a temos devemos estar presentes, porque a cidadania faz-se com a nossa presença. A cidadania faz-se com o nosso dia a dia. A cidadania faz-se com a resposta que nós damos aos outros, daquilo que nós fazemos e não dizer aos outros. A cidadania faz-se porque ele não fez. Isso é que eu não admito nem nunca hei de admitir. Nesta Assembleia há pessoas que todos os dias fazem cidadania pela ajuda que dão aos cidadãos. E há outros que apontam o dedo a dizer, eles não estiveram lá, mas eu estive a olhar para eles.

PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Senhor Presidente.

Vamos então, agora ao Ponto 6, Público, 2.º Período de Intervenção.

Estou a ver lá ao fundo, um velho conhecido desta casa, que será sempre bem vindo, o Senhor David Garrido.

Munícipe Senhor David Garrido:

Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais, Senhor Executivo.

Já há muito tempo que eu não passava por esta casa em termos de Assembleia, hoje passei e fiquei todo o dia.

Não sei se isto está muito diferente. De manhã ouvi um deputado dizer que não se deve falar de política no Período de Antes da Ordem do Dia. Não sei se foi uma alteração do meu tempo.

Tendo assistido todo o dia e verifiquei que esta Assembleia me pareceu um bocado fechada. Por acaso era só eu no público e parece que a Assembleia não é para o público, é um bocado para dentro dela. Eu digo isto porque dos vários regulamentos que vieram para ser alterados, só os elementos da Assembleia é que o sabem. Eu creio que ao apresentar uma alteração dum regulamento ou de um regimento, quem o apresenta devia dizer para a Assembleia, para quem está a assistir, o que se pretende fazer, é a minha opinião.

Ouvi por exemplo sobre a gestão que a Câmara vai fazer dos livros escolares, que eu acho muito bem e que não foi feita até agora, porque as populações ainda podiam comprar e se calhar agora já não podem. Acho muito bem que a Câmara faça essa gestão. Não sei se é de livros usados ou se é também de livros novos. Gostaria de estar mais informado: saber onde se entregam, se vai haver uma listagem dos manuais que irão fazer falta, porque se não a Câmara enche-se de uma série de manuais que já não têm interesse, a quem se entrega o manual se vai ser responsabilizado, etc.

Na minha opinião se o manual for usado e alguém que o utilize e que depois não precise dele deve-o devolver à Câmara, em bom estado, para responsabilizar as pessoas, sob pena de não lhes voltar a ser emprestado.

Há outra preocupação que tenho é se os manuais depois de utilizados e já não seja possível de utilizar, se irão ou não para a reciclagem. Penso que sim porque não gostaria de ver o que vi em que uma instituição de Mirandela, que eu não vou dizer qual é, despejou numa bouça dezenas e dezenas de manuais. Isso fica muito mal porque essa instituição que os foi despejar, devia-o ter feito para um contentor para não se verem.

Uma outra situação que gostaria de esclarecer. Perguntar também por quem é feita a gestão duns contentores que dizem “Cruz Vermelha Portuguesa”, onde pedem para depositar roupas, brinquedos e sapatos. Eu já vi várias vezes alguém com um gancho, retirar sacos de roupas e calçado, que levam e os que servem, servem, os que não servem deitam fora. Eu ouvi “pasmese” que é uma empresa privada que faz a gestão desses materiais, que depois até os vende. E também ouvi dizer que a Cruz Vermelha de Mirandela não tem nada a ver com isso e eu gostava de saber se é verdade ou não.

Quando estive nesta casa sempre defendi e sempre participei no Regulamento Municipal de Segurança. Acho que deve existir porque lá tratam-se muitos problemas de segurança. Eu digo isto porque se falou na ida para a Maravilha e eu há dias fui vítima de um assalto programado.

Eu ia passear e há um carro que se atravessa à minha frente, saem dois indivíduos, a minha sorte foi que vinha alguém atrás e eles deram meia volta.

Este Conselho Municipal de Segurança deveria pedir às forças policiais, que não sei se é a PSP, se é a GNR, maiores rondas por aquela zona, que agora se torna uma zona de muitos turistas e que poderá eventualmente tornar-se perigosa

Por último, uma vez que se vai entrar em obras na Avenida das Amoreiras e na Avenida dos Bombeiros Voluntários, eu gostaria, como município, que os passeios não ficassem como na Rua dos Artistas Mirandelenses e que o pavimento não ficasse como o da rotunda.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor Garrido, muito obrigado.

Se me permitem foi-nos aqui levantada uma questão. Significa que podemos eventualmente voltar atrás, que tem a ver com uma recomendação apresentada pelo deputado municipal, Ricardo Garcia, do CDS/PP, sobre a questão da fiscalização da atividade das fundações e das empresas municipais, que ele aqui apresentou durante a sua intervenção.

Em relação a este assunto podemos ter várias opiniões. Pessoalmente entendo que sendo uma recomendação poderá dar o sentido duma sugestão que será obviamente levada ao conhecimento do Executivo.

No entanto, o deputado municipal faz questão (penso eu) que esta recomendação seja sujeita à aprovação do Executivo. Eu também não vejo grande mal que assim seja, se o plenário não se opuser, nós votamos sem qualquer problema esta recomendação, incluindo no Ponto 5.

Eu julgo que estarão mais ou menos cientes desta recomendação. A ideia é que a câmara apresente contas da atividade desenvolvida nas empresas e outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, bem como os resultados disponíveis de natureza económico financeira, é no fundo uma imposição legal, mas se o Senhor deputado assim entende, não vejo qualquer problema em discutir e votar esta recomendação:

“Recomendação:

Segundo o Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, mandato 2009-2013, compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, das fundações e das empresas municipais.

Acompanhar com base em informação útil da Câmara, em tempo oportuno, a atividade desta e os respetivos resultados, nas Associações e Federações de Municípios, empresas e cooperativas, fundações ou outras entidades que o Município detenha alguma participação no respetivo capital social ou equiparado.

Como a Assembleia Municipal pode solicitar e receber informações, através da Mesa sobre assuntos de interesse para a autarquia, apreciar a recusa por ação ou omissão de quaisquer informações e documentos por parte da Câmara Municipal e dos seus membros, que obstem à realização de acompanhamento e fiscalização.

Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos, resultantes de ações tutelares ou de auditorias externas sobre a atividade dos órgãos e serviços municipais.

Em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, compete à Assembleia aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões. Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas.

A mesa tem competências para requerer ao órgão executivo a documentação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da Assembleia, bem como o desempenho das suas funções, nos moldes, nos suportes e com a periodicidade havida por conveniente.

Ao Presidente da Assembleia compete assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações. A segunda e a quinta sessões ordinárias destinam-se respetivamente à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e ainda à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, bem como a aprovação das opções do plano orçamental.

Na informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara devem constar, obrigatoriamente, as seguintes matérias:

- A atividade desenvolvida pela Câmara nas empresas ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, bem como os resultados disponíveis de natureza económico-financeira.

A situação financeira do Município, como o saldo e o estado das dívidas assumidas e vencida a fornecedores.

A informação escrita deve ser acompanhada dos elementos que proporcionem uma compreensão e análise crítica da mesma.

Por achar que em matéria de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2012 da Câmara Municipal estão omissos vários documentos de interesse para apreciação sobre todas as empresas municipais, ficando assim esta Assembleia impedida de acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, das fundações e das empresas municipais, proponho à Mesa e restante Assembleia apresentar uma recomendação ao executivo que execute e vele pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal.

- Compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo.

Como membro da Assembleia tenho o direito de apresentar esta recomendação e pedido de esclarecimento à Câmara, veiculados pela mesa da Assembleia.”

Não sei qual é a vossa opinião.

Deputado Dinis Veiga, faça favor.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

O Senhor Presidente já disse e foi-nos entregue a cada grupo parlamentar um CD sobre o Relatório e Contas da AIN. Se hoje mesmo foi aprovado um Relatório e as Contas dos Resíduos, eu acho que nós devemos esperar, por esses relatórios, por essas contas e numa próxima Assembleia discutirmos esse ponto. Se realmente não ficarmos satisfeitos com a informação prestada, então sim, fazer uma proposta de recomendação, para que se aprofunde mais o assunto.

Assim, não vejo vantagem nenhuma em estar a votar. Além disso tem que ser uma proposta de recomendação.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Conforme o deputado Dinis Veiga disse, sou exatamente da mesma opinião. É um imperativo legal que não foi respeitado.

Eu há pouco não pedi para falar, quando o Senhor Presidente deu a justificação mas senti o desagrado porque eu julgava que esse esclarecimento era feito na altura da apresentação quando se entrou

no ponto e o Senhor Presidente falava e apresentava, pedindo desculpa de não estarem presentes as contas e que seriam oportunamente enviadas.

Espero que as enviem aos deputados municipais e não apenas ao Presidente do grupo de cada bancada. Nós temos o direito de ter a informação, é o que diz lá, para depois a analisarmos. No que respeita a isto, tudo bem, também esperamos. Não é preciso estar a recomendar uma coisa que a lei já manda.

O que foi aqui decidido já há bastante tempo e o Executivo disse que sim senhor e chegou a fazer, que era, há uma série enorme de entidades, onde o Executivo participa, mas que não são aquelas empresas com capital social e que obrigam a um auditor de contas, nada disso, onde eu fiquei surpreendido na documentação que recebi de tantas empresas, de tantas ações para o desenvolvimento, do Vale do Tua, daqui e dali e eu gostava que o Executivo quando fizesse o balanço dessas áreas todas onde está envolvido, que pudesse fazer uma síntese desses resultados, para nós termos conhecimento e podermos validar se é do interesse de Mirandela que o Executivo está aí representado ou não.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor Ricardo Garcia, se me permite, acho que ficou bem claro que isto resulta de uma imposição legal e foram feitas referências sobre a matéria.

Julgo eu que na próxima sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente já terá elementos para fornecer aos deputados municipais.

Para ultrapassarmos esta questão, proponha que isto constasse da ata, como uma recomendação e que não votássemos. Pode ser aceite? Okey.

Deputado Municipal Ricardo Garcia (CDS/PP):

Okey.

Presidente da Câmara Municipal:

Peço desculpa, mas acho que há um município que fez um conjunto de perguntas e eu tenho que responder às perguntas que o município me fez.

Presidente da Assembleia Municipal:

Faça o favor Senhor Presidente.

Presidente da Câmara Municipal:

Apenas para responder às perguntas que foram colocadas pelo Senhor Garrido.

Acompanhei durante vários anos o lado oposto da bancada. Tivemos a oportunidade de aqui nos debatermos, sempre num clima de franqueza e lealdade ao longo destes anos.

Dizer-lhe, em relação ao Regulamento dos Livros, é claro, desde logo no seu n.º 2, que todos os livros que não sejam aproveitados vão para reciclagem. Compete ao organismo que irá fazer a gestão, reciclar os livros existentes. O organismo que vai fazer a gestão diária, direta e onde eles estão depositados, é a Loja Ponto JÁ, que se situa em frente ao Agrupamento e será ele o responsável por os juntar.

São livros usados, não há livros novos, porque nós temos um sistema de apoio por cartões sociais, a quem os serviços sociais determinam que podem ser apoiados e neste caso serão prioritariamente indicados para este serviço, mas poderá haver situações em que tal não aconteça.

O objetivo é: entrega no primeiro ano dos manuais utilizados e seriação da sua utilização. Se existirem de mais passarão para a reciclagem, se existirem de menos terão que ser utilizados outros meios de apoio.

Perguntou também se existiam penalizações para quem os estragasse. Quem não entregar os livros na devida condição será excluído desse processo posteriormente. A partir desse ano tem que se comprometer, existem declarações assinadas, um formulário de concurso e uma declaração em como os livros são recebidos para que possa ser responsabilizado pela sua entrega se o livro não estiver em condições.

Sobre os contentores da Cruz Vermelha, é efetivamente uma empresa que faz a recolha. Essa empresa tem um protocolo nacional com a Cruz Vermelha. A Cruz Vermelha de Mirandela tem conhecimento e é prioritária na receção de tudo que sejam têxteis ou roupas que possam ser devidamente utilizadas. Tudo o que não é utilizado, esta empresa tritura ou manda para outro tipo de situações.

De qualquer forma, é um protocolo tripartido entre a Câmara, a empresa que faz a recolha dos têxteis e a Cruz Vermelha Nacional. A Cruz Vermelha local tem direito a pedir perante a Cruz Vermelha Nacional, que esses têxteis, os que estão em condições lhe sejam entregues. E segundo sei, a delegação de Mirandela já fez esses contactos.

Quanto à intervenção na Avenida das Amoreiras, dizer-lhe que a intervenção é bastante leve. Passa por recuperar algumas infraestruturas e muitos dos passeios que lá estão. Mas tal como acontece na Câmara Municipal e aconteceu na rotunda, se existir algum erro na obra, ele será repostado posteriormente pelo empreiteiro, porque tem um contrato estabelecido connosco.

Esperamos que seja essencialmente, uma intervenção a gosto de todos os residentes e a gosto de Mirandela.

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu devo um pedido de desculpas ao Senhor Garrido mas a verdade é que aconteceu uma situação inusitada e inopinada que baralhou o meu esquema mental. Mas A ideia era dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões pertinentes que colocou e que sempre colocou aqui nesta Assembleia Municipal. E dizer que para esta Assembleia é uma honra recebê-lo aqui e contar também com a sua colaboração porque eu tenho a certeza que o seu interesse é sempre na defesa das populações de Mirandela.

Termino, agradecendo o civismo como esta Assembleia Municipal decorreu.

Eu pedi alguma compreensão e ponderação da vossa parte relativamente ao funcionamento desta Assembleia Municipal e esse pedido foi perfeitamente acolhido. Foi uma Assembleia que demonstrou grande civismo, grande democracia e grande sentido (darei mesmo) de Estado.

Muito obrigado e que corra tudo bem.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram 17 horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO

O SEGUNDO SECRETÁRIO

FERNANDO MANUEL GOMES ALVES